

SOBRE O PALÁCIO DA ANTIGUIDADE



O REINO DA ANTIGUIDADE

Wellington José Ferreira

A função desse estudo é conceder aos estudantes das Escrituras, pregadores, professores, biblicistas em geral, um pequeno compêndio sobre os reinos da antiguidade, para apoio na interpretação das Escrituras, aprofundamento dos paralelos bíblicos e dos temas que abordam o reino de Deus, e de seu Cristo.

Depois de ler esse texto, títulos bíblicos como "Príncipe da Paz" certamente irão ter, aos leitores das Escrituras, novas e abrangentes dimensões.

Vou tentar ser sucinto, o que para quem já leu as coisas que escrevo, declaro desde sempre... uma missão fadada ao mais retumbante fracasso.

Wellington José Ferreira

O REI E OS DEUSES

O sagrado e o político se confundem em certa época da história. O rei é fruto do desenvolvimento da função de liderança que se inicia na família na figura do pai, que vai se deslocando para o avô, que assume o líder do Clã. Quanto mais longeva a linhagem, maior número de descendentes, maior o grupo social que terá como ancestral comum uma personalidade que vai ganhando respeito, notoriedade e fama. As primeiras organizações humanas são familiares, que ao se reunirem geram clãs, que ao crescer atingem o status de uma tribo. Ao crescer a sociedade, a multidão de pessoas com vínculos comuns, com laços de sangue, gera uma comunidade que vai ampliando os seus limites territoriais, aumentando sua necessidade de recursos e tornando mais complexa a dimensão social de convívio, de respeito, de valores e de disciplina. A ancestralidade, ou a longa história de vida humana nos tempos da antiguidade eram algo de extremo valor, dada a falta de conhecimento médico, um mundo onde batalhas tribais e guerras eram uma constante, onde não existia um código ou código de leis que unificasse limites, contratos, relações, somado ao incipiente uso de ferramentas agrícolas, de pesca, caça e nenhum domínio da química, metalurgia ou mesmo conhecimento botânico, ou herbário. Sobreviver por gerações enquanto os povos caminham em direção a civilização, era uma coisa lendária. E o espírito religioso dos povos se desenvolve junto da sociedade. Em algum momento uma forma especial de culto tomou vulto, relacionado ao desejo de vencer a morte, diante das lutas para a sobrevivência num mundo hostil. **Era muito comum que os antepassados fossem cridos como espíritos protetores.** Como se neles permanecesse a sabedoria e a capacidade de proteger e aconselhar **mesmo depois de mortos.** A figura do líder sobre um grande grupo onde muitos clãs poderiam reivindicar o direito ao poder de uma sociedade se inspirou em que homens capazes ou fortes, experientes pudessem comandar aos demais, pudessem decidir questões administrativas e jurídicas tomando sobre si no início, das prerrogativas dos poderes que atualmente vemos como separados, o legislativo, o judiciário e o executivo, sendo exercidos de modo primário pela mesma pessoa. Se no primeiro instante isso era papel do ancião, do tataravô, logo passou a ser exercido por uma pessoa mais jovem. Mas, era necessário o aval do mais digno, do mais idoso, para que um líder fosse escolhido. As antigas

sociedades não se distinguem da religiosidade e da mágica. Não há registro de uma nação que não tenha sua religião, seus sacerdotes ou magos ou feiticeiros. O próprio nascimento da escrita é posterior ao fenômeno religioso. Há um momento em que homens ou mulheres, designados “santos” atuam como intermediadores entre os poderes espirituais e os homens. E o contato com poderes espirituais na antiguidade, seja por tranSES, visões, sonhos ou êxtases, conduziria a busca de contato, aconselhamento e proteção pelos mortos. A dignidade do vivo o acompanhava na morte. Assim como sua indignidade. Uma vez nomeados como protetores, os antepassados eram honrados com oferendas de alimentos e manjares. Seus túmulos se tornaram os primeiros “locais sagrados” da terra. A religião cresce em torno de dois pólos. Os poderes celestes, a tempestade, o sol, o granizo, o vento, as estações e a lua, representariam forças sobrenaturais maiores, evocariam atos da criação divina e trariam memória da criação do homem, por um Deus que os povos substituiriam por suas abstrações. Temos que lembrar que as mais antigas tradições de culturas em TODAS as regiões do mundo irão declarar de algum modo ao Éden, lembrarão ao dilúvio, evocarão um tempo em que a morte era inexistente, onde a doença ou o sofrimento não existiam. Dessas tradições e dessa dimensão cósmica os povos traduziram a um nível de adoração e de culto onde conceberão a existência de Deus ou de deuses como os criadores e mantenedores da ordem cósmica, celestial. Porém do mesmo modo atribuirão características divinas ou de poderes espirituais aos antepassados. São duas esferas religiosas que se entrelaçam na história da religião antiga. Além da esfera mágica, que é outra dimensão não abordada neste instante.

Apocalipse 1.18

Eu Sou o que vive; estive morto, mas eis que estou vivo por toda a eternidade! E possuo as chaves da morte e do inferno

As divindades da época antiga, 4000 a.C à 1200 d.C foram comuns a muitas nações. Os cultos se fundiam com sacerdócios locais, os povos “importavam” deuses estrangeiros, deuses estranhos ou exóticos de terras distantes. Babilônia, Pérsia, Egito, Grécia e Índia compartilharam de diversas divindades. Muitas divindades persas um dia foram hindus ou mesmo babilônicas, despidas de seus

“sáris” e vestidas de trajes persas. A “fusão” de religiões e a criação de novos cultos é uma característica fundamental da religião da antiguidade. E de muitos movimentos religiosos mágicos da atualidade. Atualmente concedem um nome simplista de “sincretismo religioso” a essa “fusão” de costumes, ritos, crenças, mas a realidade espiritual que isso traduz é muito maior que aparenta. Essa “mutação” dos deuses antigos em novas crenças, com novos rituais, realizado em novas culturas por outras famílias sacerdotais esconde uma trágica verdade, terrível constatação. Muitos “deuses” se tornaram deuses num processo de evolução. Os primeiros deuses dos povos eram seus próprios ancestrais transformados em espíritos protetores ou em fantasmas e espectros de maldade. Os ritos mortuários e a dedicação contínua de comida ou alimentação sagrada, oferendas, e a ADORAÇÃO os transmutava em seres mais poderosos, de espíritos protetores em chefes de espíritos, daí em semideuses, criaturas com poderes divinos, mas sem o status de deuses e finalmente em divindades que estavam sobre o domínio de um panteão superior ou da mais antiga delas.

Na medida que os séculos passavam, os pais de um clã, os mortos mais antigos, perdiam sua ascendência humana. Perdiam a história de suas famílias originais, perdiam os laços humanos das gerações a qual pertenceram um dia, também esquecidas. Os sacerdotes então imaginaram uma COSMOGONIA. Concediam a estas divindades uma origem divina, uma família celestial. As famílias de deuses da antiguidade possuíam histórias, onde aconteciam como na humanidade terrena, diversas tragédias. Ao olhar para a história das divindades, sejam egípcias, babilônicas ou gregas, nós leremos **nas entrelinhas histórias de paixões e de desvarios humanos**, unidos a contos assombrosos e de magia, que retratavam de modo fidedigno a VIDA PALACIANA, as intrigas da família real, da antiguidade. Incesto, assassinato, luta pelo poder, rebeliões, traições, filhos ilegítimos, paixões proibidas e licenciosidade dos deuses eram um retrato do acontecia, da Joseon coreana ao palácio egípcio, da oligarquia de Atenas aos 16 reinos da Índia antiga, e um retrato dos costumes dos antigos reinos africanos. A família real africana, de Gana à Aksum, de Mandika ao Congo, de Songhai ao Zimbábue, de Yourubá ao reino de Benin.

O ancestral necessitaria dar seu aval para que um líder dominasse sobre o clã. A morte do ancestral já não seria um problema por causa da MAGIA. Os pajés, feiticeiros, magos tomaram para si o poder de invocar ou conversar com os espíritos dos ancestrais, logo o de “intermediar” a aceitação do futuro líder. E depois, com certo malabarismo, autoneomaram a si próprios como os únicos que teriam o poder de assim fazê-lo. Logo o ancestral vivo já não teria poder de “ordenar” seus sucessores, já que **antiguidade era posto**, e os mágicos invocariam os “conselhos” ou “pareceres” de ancestrais cada vez mais distantes na história. Essa relação entre magos e reis antigos sempre foi muito conflituosa. Às vezes todo um sacerdócio poderia deixar de existir, se um rei empossado entendesse que os “sacerdotes” poriam em risco sua autoridade ou o futuro da CONTINUIDADE do reino, através de seus herdeiros. No livro de Reis vemos um grupo de “profetas” atuando com lisonja e vaticínios do “bem” com relação a Acabe, já que seu “provento” adivinha dos cofres reais e da benevolência de Jezabel.

De qualquer modo, o futuro rei deveria ser ESCOLHIDO ou CONFIRMADO pelos deuses, fossem eles dignificados como espíritos ancestrais ou familiares, fossem eles divindades da tribo ou povo. Essa “confirmação” poderia ser por meio “de adivinhação-profética”, por meio de sortilégios ou “sorteio divino” onde os magos usariam objetos de adivinhação consagrados e invocariam que os deuses “auxiliassem” interferindo sobrenaturalmente em posicionar os objetos lançados, dados, ostras, pedras, conchas, cascos de animais, vísceras, ossos, etc. Por meio de “revelação-profética” um sonho, uma visão, concedidas a determinadas pessoas, por meio de sinais cósmicos, chuvas, granizos, acontecimentos não usuais, mudanças bruscas da natureza. Até pelo comportamento estranho de animais, em especial, dos **pássaros**.

O REI COMO PRINCIPAL AGENTE DO SAGRADO

Além da concepção de um rei como a encarnação do poder sobrenatural e a possível igualdade do rei com a divindade, há também uma crença generalizada de que o rei é o agente executivo de um deus. Como servo de um deus, ele realiza a obra do deus na terra. O caráter divino dessa forma de realeza sagrada está ligado não tanto ao rei individual quanto à instituição da realeza. Nessa ênfase

na instituição da realeza está a diferença entre a realeza na Mesopotâmia e no Egito e na Índia e na China. Apesar de todas as diferentes expressões de realeza na história da Mesopotâmia (especialmente entre os impérios da Suméria, Babilônia e Assíria), havia, no entanto, um tema contínuo: o verdadeiro senhor da cidade, do país ou do estado continua sendo o deus, e o rei permanece em um relacionamento subserviente com ele. Mesmo quando o rei possuía ou dispunha de poder divino e tinha caráter sagrado e deveres sagrados, ele permanecia subordinado ao deus que o selecionou e o colocou em sua posição régia. O rei tinha uma posição mediadora entre os deuses e o homem, especialmente em sua importância para o culto (assim, Sargão de Akkad é descrito pela primeira vez em inscrições como deputado de Ishtar). O rei também tinha um status semelhante como agente na Mongólia, **onde se acreditava que o rei veio do céu e foi entronizado por Deus** para realizar sua vontade.

A função usual de um rei sagrado é trazer bênçãos ao seu povo e área de controle. Por ter um poder sobrenatural sobre a vida e o bem-estar da tribo, acredita-se que o chefe ou rei influencie a fertilidade do solo, do gado e dos seres humanos, mas principalmente a vinda de chuva. Ele tem poder sobre as forças da natureza. Onde a chuva é vitalmente necessária para o bem-estar e a continuidade de um povo, o rei pode ser descrito principalmente em termos dessa função especial. A proteção contra todo tipo de mal também é importante para o bem-estar do país. Se a tribo ou o país for assolado por infortúnios, epidemias, fome, más colheitas ou inundações, o rei pode ser responsabilizado. Às vezes, acredita-se que o rei tenha o poder de curar doenças por meio do toque ou contato com sua roupa.

A função do rei como portador de boa sorte é especialmente prevalente na África, mas também foi observada na Polinésia, Escandinávia e Grécia antiga. O poder de trazer boa sorte também é um aspecto da realeza sacra em culturas como as da Índia, Irã, China, Japão, Mesoamérica pré-colombiana, Egito, Mesopotâmia e Canaã. A diferença entre o Egito e a Mesopotâmia é significativa: no Egito o faraó era o distribuidor direto de toda boa sorte no país, enquanto na Mesopotâmia o rei mediava a boa fortuna por meio de discursos e ações de culto.

A função do rei como distribuidor de boa sorte teve uma influência surpreendentemente longa: acreditava-se que o rei inglês tinha poder de cura sobre uma doença especial (o mal do rei) até a época dos Stuarts no século 17, e até o século 20. Certa crença folclórica persistiu na Alemanha de que o governante tem influência sobre o clima ("tempo do imperador"). Palavras às vezes usadas para simbolizar o rei como o portador de influência benéfica são: o jardineiro, o pescador e o pastor.

A DIVINIZAÇÃO DOS REIS

Encobre a face do seu trono e sobre ele estende a sua nuvem.

Jó 26:9

Não existia na terra antediluviana uma organização ou liderança humana, como se todos "reinassem" ou estabelecessem domínio sem leis, ética, domínio próprio, justiça, a sombra somente de seus desejos e de sua vontade. "casavam-se e davam-se em casamento" é a única visão sobre a sociedade que existiu antes da catástrofe que separou possivelmente aos continentes e destruiu "pangéia" como alguns autores denominam ao mega-continente, existente antes do evento diluviano. A normalidade era o caos, uma libertinagem dolorosa. O dilúvio é tido como um ato de juízo contra a humanidade, um ato de destruição divina. Porém foi justamente o dilúvio, uma crise sem precedentes, que ironicamente, "salvou" a humanidade dela mesma. Uma sociedade sem normas de conduta movida somente por seus desejos, sua animosidade e sua licenciosidade, se destrói completamente em décadas. Temos o testemunho arqueológico de tribos, clãs, e de povos, nações que hoje são somente cinzas e escombros que pereceram em função de sua incontinência.

Em algum estágio da humanidade, após o dilúvio, personagens se destacam em sua sociedade. A primeira identidade, o primeiro nome que a história nos legará, ou que registrou, é o antiquíssimo relato bíblico sobre Ninrode.

"Cuxe gerou a Ninrode, o qual começou a ser poderoso na terra.

Foi valente caçador diante do SENHOR; daí dizer-se: Como Ninrode, poderoso caçador diante do SENHOR. O princípio do seu reino foi Babel, Ereque, Acade e

Calné, na terra de Sinar. Daquela terra saiu ele para a Assíria e edificou Nínive, Reobote-Ir e Calá. E, entre Nínive e Calá, a grande cidade de Resém.”

Gênesis 10:8-12

Estes consumirão a terra da Assíria à espada e a terra de Ninrode, dentro de suas próprias portas. Assim, nos livrará da Assíria, quando esta vier à nossa terra e pisar os nossos limites.

Miquéias 5:6

A primeira declaração da estrutura “reino” é anterior ao surgimento das civilizações chinesas, africanas, semitas ou egípcias. O reino assírio, de capital NÍNIVE, é o primeiro “REINO” no sentido da antiguidade, a partir de 4000 a.C, que o mundo conhecerá. E aquele que será considerado provavelmente como primeiro “rei” da sociedade humana é Ninrode.

Um dos maiores problemas da antiguidade para a expansão civilizatória eram as bestas feras de toda a sorte. Na Europa, os leões habitavam a Península Balcânica. Habitavam as atuais Grécia, Bulgária, Macedônia do Norte, Romênia e países que integravam a extinta Iugoslávia e seu habitat se estendia até à Península Ibérica, passando pelo sul da França, Itália, Hungria e o sul das atuais Áustria e Suíça. Das subespécies de leão, era a que vivia mais ao norte. Alguns escritores gregos como Heródoto e Aristóteles falam da presença de leões na península Balcânica em meados do primeiro milênio antes de Cristo. No ano de 480 a.C., a marcha do xá Aquemênida Xerxes I foi atrapalhada por um ataque de leões a seus camelos de carga. Viviam em florestas temperadas e áreas de vegetação mediterrânea, e se alimentavam de bisões, cervos, alces, auroques e outros herbívoros europeus. Os leões-asiáticos se extinguíram somente no século X do Cáucaso e no século XII, na Palestina. Milhares habitavam a palestina nos tempos bíblicos. Continuou espalhado por outras áreas até meados do século XIX, quando o advento das armas de fogo levou à sua extinção por grandes áreas. Existiram até o final do século XIX na Turquia, até 1800 no Oriente Médio, até 1870 no Curdistão turco, até 1891 na Síria, até 1918 ainda existiam espécimes no Iraque, até 1923 na Arábia Saudita e até 1942 no Irã. No subcontinente indiano existiram centenas até 1810 no atual território do Paquistão. Habitaram a Índia centro-ocidental até o vale do

rio Narmada até 1848 e viveram nas áreas ao redor de Déli ainda uma década depois. A última vez em que foram vistos fora da área da floresta de Gir foi em 1884. Sem contar os tigres, panteras, onças, ursos, bisões, lobos, chacais, cobras, crocodilos, búfalos, hipopótamos, elefantes, rinocerontes, cervos, hienas, macacos, gorilas e outros que se espalhavam, de acordo com seu habitat natural, desde a África até as mais remotas regiões do planeta. Nós não imaginamos o mundo de 4000-5000 anos atrás que possa corresponder ao RISCO de habitar lugares sujeitos a ataques de animais selvagens. E não existiam armas de fogo. Provavelmente o arco foi uma invenção de Ninrode ou de seus compatriotas, que um dia originariam ao povo assírio. Em algum momento seus atos de bravura, suas técnicas de caçada, o tornaram lendário. “Poderoso caçador” é o epíteto (apelido) que o elevaria, voluntariamente ou não, ao status de DIVINO. Os mais antigos deuses da Acádia, Mesopotâmia ou Grécia eram CAÇADORES. Era uma profissão muito respeitada. Além da provisão de alimento numa época em que a agricultura não era ainda dominada, eram os caçadores que “preservavam” a vida da sociedade. Eram os “guardas” da cidade que ao aprenderem a lutar com animais, tiveram que aprender a lutar contra os ladrões e grupos que queriam “roubar-lhes” a caçada, formando assim as **primeiras milícias da terra**. Provavelmente *em Ninrode* dá-se início a arte da guerra. O termo “poderoso” nos sugere que Ninrode foi considerado o primeiro grande herói da antiguidade. Talvez o primeiro homem a receber comemorações ou festejos. Nele irá nascer o advento da “glorificação” ou “dignificação”, que tornaria um homem SEGUIDO por uma multidão, aplaudido por centenas e talvez milhares e dando início ao processo que se traduziria, décadas ou centenas de anos a posterior, da DIVINIZAÇÃO dos reis.

O que Ninrode fez ao ser considerado “valente caçador” era o primeiro indício do que conseguiu como conquistador. Pois a caça e o heroísmo, desde antigamente, estavam associados de modo especial e natural [...]. Os monumentos assírios representam também **muitas proezas na caça, e a palavra é muitas vezes empregada para indicar uma campanha. [...] A caça e a batalha, que no mesmo país, em tempos posteriores, estavam tão intimamente relacionadas**, portanto, podem estar aqui virtualmente associadas ou identificadas. O significado, então, será que Ninrode foi o primeiro, depois do

dilúvio, a fundar um reino, a unir os espalhados fragmentos do domínio patriarcal e a consolidá-los sob si próprio como único cabeça e senhor; e tudo isso em desafio a Deus, pois significava a intrusão violenta do poder camítico em território semítico.

CONCEITO DE ASCENDÊNCIA DIVINA

ROMA

A família real era assim consagrada aos deuses protetores da nação, possuíam uma ascendência mítica que se iniciava nos deuses.

Júlio César nasceu em uma família patrícia, a gente Júlia, que afirmava ser descendente de Ascânio, filho do legendário troiano Eneias, que por sua vez era, segundo a mitologia romana, filho da deusa Vênus

Caio Júlio César (100 – 44 a.C.), por exemplo, tinha a firme crença, como outros imperadores, que seu direito de governar vinha de sua descendência direta dos deuses, ou seja, além da herança de sangue, ele governava por direito divino: “Minha tia Júlia é descendente de reis por parte de família de sua mãe;

por parte da família de seu pai encontram-se ligados os deuses imortais (...) os Júlios, antepassados de nossa família, são descendentes de Vênus. Desta forma, misturam-se a nossa raça a santidade dos reis que exercem tão poderosa influência sobre os homens, e a majestade dos deuses, que mantêm debaixo de sua autoridade os próprios reis”

Quanto ao ato de se nomear, ou do cidadão ser indicado a cargos públicos, são várias as passagens que encontramos em Suetônio. As mais reveladoras estão nos capítulos dedicados a Calígula e ao seu sucessor, Cláudio (Nero Cláudio César; que viveu do ano 37 ao ano de 68 depois de Cristo), que era considerado um imbecil e, mesmo assim, exerceu vários cargos públicos, inclusive o de imperador, aos 50 anos de idade, após a morte de seu antecessor, Calígula, consolidado na história como louco.

Escreve Suetônio sobre ascensão Cláudio, ainda antes de obter o cargo máximo do Império:

“Sob a autoridade de Caio, filho de seu irmão, que no início de seu reinado procurava por meio de toda espécie de obséquios fazer-se uma reputação favorável, alcançou as honras e exerceu o consulado com ele durante dois meses. No entanto, a primeira vez que se dirigiu ao Fórum com os fasces, uma águia pousou na sua espádua direita. Dessa forma, foi designado pela sorte para exercer, ao termo de quatro anos, um segundo consulado”.³

A obra de Suetônio também revela os movimentos políticos, sociais e culturais da sociedade romana no período compreendido entre o final da República e os primeiros anos do Império. Entre o relato da vida pública e particular também é possível localizar aspectos da relação de Júlio César com a religião romana. A parte da obra em que Suetônio narra a infância e o início da juventude de César, bem como o prólogo, se perdeu com o tempo. O relato inicia com César já jovem, com dezesseis anos e já enredado na vida pública. Da narrativa, percebemos César envolto, para além das conquistas militares, em rituais fúnebres, festivais de diversas finalidades, ritos de sacrifícios e sonhos prodigiosos.

Durante a questura, pronunciou, como era de costume, o elogio fúnebre de sua tia Julia e da esposa Cornélia nos rostos. E no panegírico da tia disse o seguinte a respeito da ascendência dupla dela e de seu próprio pai: “Do lado materno minha tia Julia descende de reis, e o paterno está ligado aos deuses imortais. Com efeito, os Márcios Reis, e esse foi o nome de sua mãe, vêm de Anco Márcio e de Vênus provêm os Julios a cuja gente pertence a nossa família. Há, pois, no nosso sangue a sacralidade dos reis que têm poder entre os homens, e a santidade dos deuses, de cujo poder dependem os reis.”

GRÉCIA

Muitas lendas envolvem o nascimento e infância de Alexandre. De acordo com o biógrafo grego Plutarco, Olímpia, na noite da consumação do seu casamento com Filipe, sonhou que seu útero fora atingido por um raio. É dito que Filipe, em um sonho um tempo após o casamento, viu-se segurando o útero de sua esposa marcando-o com um selo gravado com uma imagem de leão. Plutarco deu várias interpretações a este sonho: talvez que Olímpia estivesse grávida antes do

casamento, indicado pelo selo gravado em seu útero; ou que Alexandre fosse filho do deus Zeus. Analistas antigos dizem que uma ambiciosa Olímpia pode ter propagado a história da origem divina de Alexandre

A doutrina do Direito Divino influenciou tremendamente as dinastias europeias.

Ao longo da história, o termo Rei foi utilizado para governantes de pequenos territórios que comandam seus povos. O equivalente do termo aparece em várias outras línguas. Os sumérios usavam o termo Lugal, os semíticos usavam Sharrum, em latim era Rex, em grego Basileus, em sânscrito Rajá e em alemão Kuningaz.

A ASCENDENCIA DIVINA JAPONESA

A temática sobrenatural, desde muito tempo, faz parte da compreensão de mundo dos japoneses. Podemos comprovar tal assertiva, revendo as páginas do Kojiki (Kojiki ou Furukotofumi (古事記) é o livro mais antigo sobre a história do Japão antigo. O corpo do texto é escrito em chinês, mas inclui numerosos nomes e expressões em japonês. As canções incluídas no texto são em japonês arcaico escritas foneticamente com caracteres chineses.), nas quais é possível folhear a história da criação do mundo, do arquipélago japonês e da família imperial japonesa, a partir do olhar maravilhoso da mitologia.



Importante frisar que a origem da família real japonesa é legitimada por uma ascendência SOBRENATURAL. Ela se baseia no nascimento a partir de um YOKAI!

“De Takama no Hara (Alta Planície Celeste), Amaterassu Omikami, a Augusta Deusa Sol, gostava de apreciar as terras de Achi Hara no Mizuho no Kuni (País dos Campos de Junco e Espiga de Arroz), que mais tarde seria conhecido como Japão, e costumava comentar com as ninfas celestes que, um dia, seus descendentes povoariam aquele rincão que tanto admirava.

Certo dia, a Augusta Deusa Sol resolveu enviar seu filho mais velho, Massaka Akatsu Katsu Hayabi Ameno Akishiho no Kami (Divindade Espiga de Arroz Luxuriante do Céu), para civilizar Mizuho no Kuni. Este, porém, sugeriu à mãe que nomeasse seu filho Ninigui no Mikoto, o Augusto Neto Celeste, mais capacitado para exercer tal missão. Concordando com a sugestão do primogênito, a Augusta Deusa Sol chamou seu neto e fez uma profecia: - Esta fértil planície de juncos será a região onde os meus descendentes serão senhores. E tu, Ninigui, vai para lá governá-la. Vai, e talvez a prosperidade favoreça a tua dinastia e faz com que, tal como o Céu e a Terra, ela seja eterna”.

Acompanhado de um grupo de guerreiros, Ninigui, o Augusto Neto Celeste, atravessou Amano Hashi Date (Ponte Lançada do Céu) e desceu sobre o pico do

monte Takachiho, na ilha de Kyushu. Com os guerreiros que faziam a guarda de segurança de Ninigui, veio o capitão Katami Musubi, que dominou os habitantes do monte Takachihô, onde inicialmente se estabeleceram. Ninigui trouxe com ele as três insígnias sagradas: o espelho, a espada sagrada e uma jóia (bola de cristal), símbolos de sua autoridade real (hoje tesouro da família imperial).

Consta também que quando a expedição vinda da Alta Planície Celeste chegou a Mizuho, encontrou um forte chefe nativo de nome Saruta Hiko, que seria um grande obstáculo para a conquista da região, pois ele era um homem-macaco da Idade da Pedra, tinha um físico avantajado e era mais forte que um touro. Na luta era invencível, porém foi seduzido pela sensualidade da deusa Ameno Uzume no Mikoto, por quem se apaixonou perdidamente e permitiu à comitiva de Ninigui que se instalasse no monte Takachihô, situado ao norte de Kyushu. Nesta época, na costa oeste da ilha Honshu (principal ilha do arquipélago japonês), em Izumo, moravam os descendentes de Suzano-o no Mikoto (Deus Tempestade), o irmão rebelde da Augusta Deusa Sol.

Ninigui estabeleceu-se em Kyushu, casou-se com a bela princesa Milhares de Tecidos Esplêndidos, filha da Divindade Alta Árvore, e, com o decorrer do tempo, teve três filhos. O sucessor de Ninigui no trono foi seu filho Hassuseiri no Mikoto (Príncipe Espiga Madura), que se casou com Konohana Sakuya Hime (Princesa Floração), a bela donzela que, com seus gestos mágicos, fazia flores surgirem nas árvores. Ela espalhava pétalas no rio e todo o vale ficava florido. Konohana era filha de Ooyama Tsumimi no Kami, o Grande Possessor da Montanha, que tinha também uma filha mais velha, Iwanaga Hime, "princesa Rocha Extensa".

Os filhos do casal Hassuseiri e Konohana foram Umi no Satihiko no Mikoto ou Hohoderi no Mikoto (Príncipe Jovem do Mar) e Yama no Satihiko no Mikoto ou Hoori no Mikoto (Jovem Príncipe da Montanha), os irmãos que ficaram conhecidos como Príncipe Caçador e Príncipe Pescador. Primeiro Hohoderi reinou Mizuho no Kuni, depois deu lugar ao irmão Hoori. Este se casou com Toyotama Hime (Princesa Alma Luxuriante, filha do Deus do Mar). Shiyozuchi no Kami, Princesa Toyotama, foi flagrada em sua forma de dragão quando dava luz a um bebê. Por isso, envergonhada, voltou ao fundo do mar e enviou sua irmã

Alma Possessa para cuidar de Ugaya Fuki Ayasu no Mikoto, seu filho. Este casou com sua tia e tiveram quatro filhos.”

(Por Claudio Seto)

Deus criou IZANAGI (pronuncia-se Izanagui) e IZANAMI. Izanagi significa o homem convidado e Izanami a mulher convidada.

Na história bíblica seria: Deus criou Adão e Eva.

Deus no Japão significa Deus Xinto que daí desenvolveu-se o xintoísmo, a religião originária do Japão. Deus Xinto enviou os filhos Izanagi e Izanami à terra como seu representante. Diz a mitologia que Deus Xinto colocou-os numa ponte para que eles caminhassem em direção à “terra” que hoje é chamado Japão. Quando eles chegaram à “terra”, o Japão ainda era apenas uma ilha coagulada que se chamava ONO-KORO.

Os Deuses Izanagi e Izanami se casam para formar seus descendentes. Nessa época, inicia-se Kunibiki, a junção de várias outras pequenas ilhas até chegar as quatro atuais: Hokkaidou, Honshuu, Shikoku e Kyuushuu. O Japão é batizado de YAMATO, A Grande Paz. Eles tiveram 3 filhos:

A primeira filha, AMATERASU OOMI KAMI que significa a deusa xinto do sol.

O segundo filho, TSUKI YOMI NO MIKOTO que significa o deus xinto da lua.

O terceiro filho, SUSANO O NO MIKOTO que significa o deus xinto do trovão.

Segundo a mitologia japonesa, a primeira filha **AMATERASU OOMI KAMI é a que descende a família imperial do Japão**. E o primeiro filho dessa deusa é o primeiro imperador do Japão, JIN MU TENNOU que significa O Passo do Deus Xinto quem governou o Japão de 660 AC até 585 AC. Para termos uma idéia concreta, o atual imperador Naruhito (2022) do Japão é o **126º imperador que descende diretamente da deusa AMATERASU OOMI KAMI**, cujo filho JIN MU TENNOU é o primeiro imperador.

(Rosa T. Sonoo)



Akihito, pai de Naruhito, que abdicou em 2019.

O REFLEXO DO CELESTIAL

Ao mesmo tempo, uma história não escrita acontecia. Homens piedosos e magos receberiam visões de um REINO CELESTIAL, que foi adaptado às culturas dos povos conforme suas tradições. O Livro de Jó possui uma importante declaração:

Encobre a face do seu trono e sobre ele estende a sua nuvem.

Jó 26:9

Os textos contidos em Jó são, após o relato de GÊNESIS, os mais antigos testemunhos da religião da antiguidade. Creem os estudiosos que Jó foi contemporâneo dos patriarcas, mesmo de Abraão. Certamente ele não é um texto judaico, sendo claramente anterior a instituição do tabernáculo e da lei, logo situa-se dentro da época dos patriarcas ou pelo menos é paralelo a história do antigo Egito, no período em que os descendentes de Israel permanecem na terra de Gosen, até sua opressão. **Em Jó o conceito de REINO já está pré-estabelecido. Já existem reinos, já existem reis e já existem tronos no tempo de Bildade, Zofar e de Eliu.** O padrão de administração e de governo instituído por Ninrode se espalhou pelo mundo. E também nele, no livro de Jó, encontramos a expressão TRONO, não um TRONO humano, antes um TRONO DIVINO. Os homens piedosos que ali estão conversando com Jó, numa época

que remonta a 4100 anos atrás, JÁ compreendem a EXISTÊNCIA DE UM REINO DIVINO.

E esse padrão, de Deus ser considerado REI CÓSMICO, é generalizado. Todas as religiões da antiguidade assim o reconhecem. E toda representação do além, do povir, da divindade, seja ela greco-romana, seja do panteão dos deuses da mesopotâmia, da África, da antiga China ou do Egito, assim compreendem o DOMÍNIO divino, como um REINO.

O SENHOR é rei eterno: da sua terra somem-se as nações.

Salmos 10:16

Mas, o SENHOR é verdadeiramente Deus; ele é **o Deus vivo e o rei eterno**; do seu furor treme a terra, e as nações não podem suportar a sua indignação.

Jeremias 10:10

Foi-lhe dado domínio, e glória, e o reino, para que os povos, nações e homens de todas as línguas o servissem; **o seu domínio é domínio eterno, que não passará, e o seu reino jamais será destruído.**

Daniel 7:14

Desde a antiguidade, está firme o teu trono; tu és desde a eternidade.

Salmos 93:2

Nos céus, estabeleceu o SENHOR o seu trono, e o seu reino domina sobre tudo.

Salmos 103:19

No testemunho dos profetas percebe-se que "REINO" não é uma entidade somente de origem social humana. Há um REINO, anterior ao reino dos homens, **pré-existente, contemporâneo a história humana, posterior a ela também.**

Há uma INSPIRAÇÃO, uma IMITAÇÃO, por assim dizer, em que uma REALIDADE ESPIRITUAL INVISÍVEL irá influenciar ou FORMAR a aparência dos reinos humanos. Em algum momento o mago, o feiticeiro ou o profeta ENXERGOU essa representação do domínio de Deus sobre o universo. O REINO é uma METÁFORA,

uma REPRESENTAÇÃO CELESTIAL, uma apresentação DIDÁTICA das coisas divinas. Deus não necessita de um trono para exercer o domínio sobre todas as coisas. Porém para que nós e os anjos entendêssemos mais apropriadamente quem Ele é, assim que Ele se apresenta aos profetas. Como um REI, que se assenta sobre o TRONO.

Existe uma seta dupla, um movimento social-espiritual em dois sentidos:

- 1) Um reino eterno espiritual inspirará por meio de sacerdotes, videntes, profetas e mesmo magos, aos reinos deste mundo
- 2) Os reinos deste mundo são formatados, coloridos conforme padrões e crenças, influenciado pela cultura, pelo caráter e através da imaginação humana, onde o esboço do invisível é contaminado pelas paixões, desvarios, desejos e vaidade humana. A pintura social retrata imperfeitamente uma realidade espiritual
- 3) Os poderes espirituais em revolta contra Deus induzem os homens a receberem adoração, a desejarem serem honrados como os deuses são honrados
- 4) E finalmente a visão do celestial é corrompida. Os sacerdócios e mágicos de toda terra substituem o modelo original, por um reino humano DIVINIZADO. Os céus se tornam habitações de deuses que são soberanos, reis e rainhas, retratam a existência de um palácio e de relações de hierarquia entre divindades semelhantes a existente entre reis e súditos. E assim como os palácios humanos refletidos nas nuvens, paixões humanas são elevadas aos céus da antiguidade e logo os deuses agem como príncipes, princesas, reis e rainhas e toda sorte de nobres dos palácios da antiguidade, retratando em suas cosmogonias ou histórias divinas toda a desgraça humana dos palácios antigos.

Em algum momento **aconteceu um sincretismo. Alguém quis ser tratado na terra como os deuses são reverenciados no céu.** Quiseram assumir as prerrogativas que até esse momento, pertenciam somente aos deuses. Nesse trágico momento, as doutrinas mágicas convergiram para mesclar deuses e homens, unir o natural ao sobrenatural, nascia então a doutrina – pasmem-

universal – da ASCENDÊNCIA DIVINA -. Os reis da antiguidade reivindicaram para si terem a natureza divina, e isso só poderia ser possível, se em algum momento de sua história, seus antepassados tivessem sido DEUSES.

É um caminho complicado. De “Caçador” a “filho de Deus” ou de homem a “descendente divino”. Muitas das genealogias da antiguidade têm início nas divindades que formam o panteão adorado por determinada nação. Em outros cenários, antepassados agora sem nome, sem história e sem humanidade, perdendo sua ascendência humana, se tornam os primeiros pais da geração que agora habita o trono. No caso de Ninrode, sua glorificação deve ter consistido numa “consagração”, somente se um “poder sobrenatural” envolvesse poderiam explicar suas tremendas vitórias. Bastava personalizar esse poder, tirando claro Deus dessa história tosca, e voilá! O poder “beatificado” concederia a mesma “graça” aos descendentes. Ninrode deu início a um dos mais antigos ajuntamentos humanos, Nínive. Na época do profeta Jonas, 668 anos a.C 2000 anos após a morte de Ninrode, ela possuía pelo menos 300.000 pessoas, sendo pelo menos 100.000 delas, crianças (...que não sabe distinguir entre a mão esquerda e a direita...livro de Jonas). Os faraós egípcios se inspiraram nos monumentos de Nínive. Por centenas de anos Nínive ASSOMBRARIA povos e nações com seu gigantismo. Era uma metrópole que levaria pelos menos 1000 anos para ser sobrepujada em grandeza. E poucas cidades da antiguidade conseguiram essa façanha.

Babilónia, primeira acima de 200 000 habitantes pode ter chegado a marca de meio milhão de habitantes; Alexandria, Egito 800.000 (50 a.C.), pode ter chegado a marca de um milhão; Roma, Itália 1 650 000 (120 d.C.) Provavelmente ultrapassou largamente a marca de um milhão; Constantinopla (Istambul), Turquia 400 000 (500 d.C.); Changã (Xi'an), China 400 000 (622 d.C.); 600 000 (800 d.C.) Bagdá, Iraque Segundo algumas estimativas pode ter sido a primeira cidade a ultrapassar a marca de um milhão de habitantes.

Foi um ser humano que construiu isso? Perguntariam as crianças da antiguidade. As grandes obras eram fruto de um descomunal esforço humano, de artes de engenharia de **saberes guardados por famílias separadas**. Um grande muro, uma gigantesca estátua só poderia ser construída por famílias “dotadas de

saberes celestiais". Ver gigantescas construções da antiguidade atiçava a imaginação mágica dos povos. Por isso com o passar dos anos Ninrode perderia sua natureza humana e se tornaria uma divindade assíria, que por sua vez inspiraria Artêmis, e tantas outras divindades incluindo ao Faraó egípcio.

O REI DIVINO OU SEMIDIVINO

Em algumas sociedades, especialmente em antigos reinos ou impérios, o rei era considerado um deus ou identificado com algum deus. No início, no Egito, ele foi identificado com o deus do céu (Hórus) e com o deus do sol (Re, Amon ou Aton). Identificações semelhantes foram feitas no início da China e no início de Erech na Mesopotâmia. No Papiro de Turim (uma lista de reis escrita entre os séculos 13 e 12 aC), o deus sol Rá é visto como o primeiro rei do Egito e o protótipo do faraó (o deus-rei). O símbolo do círculo do sol, uma das representações artísticas mais prevalentes do rei sagrado, e a prática de se dirigir ao rei como "meu sol" são bem retratados em relevos rupestres e inscrições em áreas governadas pelos reis hititas . O rei persa era considerado encarnação do deus sol ou do deus lua. Além das divindades do céu ou do sol, o rei sagrado também foi identificado com outros deuses: o deus da cidade (Mesopotâmia), os deuses do país, o deus da tempestade e o deus do tempo. Geralmente, no entanto, o rei não era identificado com um deus específico, mas era considerado um deus. Como a encarnação de tudo o que é divino, o faraó egípcio foi endereçado simultaneamente em inscrições como Aton, Horus e Re. Significativa para a teologia real egípcia era a doutrina do reino-deus abrangendo duas gerações; cada rei governou como rei Hórus e tornou-se Osíris (o pai de Hórus, um deus da fertilidade e mais tarde deus dos mortos) após sua morte.

Um fundamento mais amplo para a divindade do rei é a visão do rei como filho de um deus, que pode assumir diferentes formas. O primeiro rei foi considerado um deus e seus sucessores como filhos do deus em várias sociedades – na África, Polinésia, Japão (onde o imperador, até o final da Segunda Guerra Mundial, era reverenciado como descendente do deus do sol), Peru (onde se acreditava que o inca, ou governante, era descendente do deus sol), Egito, Mesopotâmia e Canaã. Porque ele personifica o herói nacional divino (como entre os Shilluk na África).

O rei podia exigir status divino, uma prática que foi adotada no **mundo greco-romano por Alexandre, o Grande e pelos imperadores romanos**. Quando um rei que foi gerado por um deus ou quando um deus que assume a forma externa do rei vivo se aproxima de sua rainha, ele gera o futuro rei - a rainha é assim chamada **de mãe de Deus**. Um fundamento essencialmente diferente é a filiação divina do rei por adoção, como, por exemplo, na lenda do rei Sargão de Akkad na antiga Mesopotâmia. A adoção do príncipe herdeiro por um deus é muitas vezes parte do ritual de coroação, especialmente na Mesopotâmia: **o deus declara o rei como seu filho quando sobe ao trono**.

Uma expressão especialmente frequente da relação do rei com a divindade no Egito e na Mesopotâmia era a do rei como imagem de um deus. No Egito, o rei – apelidado pelo deus como “minha imagem viva na terra” – é mostrado à semelhança de Rá, Aton, Amon ou Hórus.

O mito da ancestralidade divina, como o de Rômulo, um dos lendários fundadores de Roma, serviu em muitos lugares para legitimar as reivindicações do rei. Fenômenos naturais incomuns, como uma estrela especialmente brilhante, às vezes estão relacionados ao nascimento de um rei divino.

A concepção e a prática de **tornar-se um rei divino após sua morte são** muito antigas e difundidas. Provavelmente ligado ao culto dos ancestrais, a deificação é praticada com mais frequência quando o rei vivo, embora ligado aos deuses, não é considerado um deus no sentido mais amplo. Somente após sua morte ele se torna deus. Entre os hititas, por exemplo, a expressão **“o rei se torna um deus” significava que o rei havia morrido**.

O REI COMO PASTOR

Um faraó egípcio disse uma vez de si mesmo: “Ele me fez o pastor deste país”. Na Mesopotâmia era bastante frequente a descrição do rei como pastor; no 3º milênio a.C. o termo foi aplicado aos príncipes da cidade suméria (por exemplo, Lugalbanda na 1ª dinastia de Uruk [Erech]). A função do rei como pastor também foi observada na Índia. A imagem do pastor expressa as funções mais importantes do rei - ele fornece comida ao seu povo; ele os lidera e os protege dos perigos e, ao mesmo tempo, mostra sua superioridade sobre eles. A descrição de Cristo de

si mesmo no Novo Testamento como o “bom pastor” é, em certo sentido, uma descrição de sua posição oficial na igreja cristã, que também o descreve como rei, príncipe da paz e Senhor.

O REI COMO JUIZ

Desde os primeiros tempos, além de outras funções, o chefe era o juiz de sua tribo; personificava a proteção que a comunidade proporcionava ao indivíduo. Proporcionando um equilíbrio de poder na comunidade, mediando disputas e protegendo os direitos individuais, o chefe ou rei era o legislador e o mais alto administrador de todos os assuntos da comunidade. O ensi, o legislador e a mais alta autoridade judiciária da cidade-estado suméria, foi responsável pela Ordem Publica. Dentro do Egito, **o rei era o juiz supremo, o fiador de toda a ordem pública, o senhor da vida e da morte**. No início, o Egito e a Índia desenvolveram alto conceito de justiça que descrevia as atividades do rei como **ma'at** no Egito e **dharma** na Índia. Ambas as concepções podem ser expressas como “justiça” ou “ordem”, mas na verdade são mais abrangentes. Porque o rei preserva a ordem mundial dada por Deus, a tarefa de ser justo tem sido vista como uma de suas funções fundamentais. Essas expressões representam também a VERDADE. Porque os juízos e as palavras do rei deveriam ser sempre VERDADEIROS. Uma declaração real assinada pelo rei era digna de todo crédito, acreditada em todo o reino, e punível por desobediência civil. A verdade das decisões do rei se baseava que ele seguia um PROPÓSITO divino, que ele intermediava de modo amplo a VONTADE CELESTIAL e que suas decisões eram INSPIRADAS divinamente. Como se a deusa Ma'at se manifestasse através da *pena* ou da *palavra* de Faraó. Acreditava-se que o faraó do Egito e o imperador da China eram responsáveis pela manutenção da ordem cósmica e social.

O PALÁCIO DA ANTIGUIDADE

O reino, apesar de ser uma construção política da antiguidade, estabelece muito mais que um tipo de governo, dando origem a diversas, se não a TODAS as relações de uma sociedade da antiguidade. O reino nasce da autoridade

concedida, de modo natural – Imposição, votação, escolha, eleição, aceitação, designação; ou mágico – profético, divinatório, oracular, mítico, sorteio, sobreviventes de uma tragédia ou guerra – outorgando poder a uma determinada família separada, que recebe ou usurpa o direito ou autoridade de governar todas as demais famílias que constituem uma determinada comunidade, sociedade, clã, aldeia, cidade ou cidadela, e até mesmo uma nação ou a soma de territórios que sejam maiores do que continentes. A esse último, em vez de reino damos o nome de império, mas são só sinônimos da mesma antiquíssima instituição. Uma vez constituído um reino, separada a família real, essa escolha é irremediável, vitalícia. Seus efeitos perduram enquanto durar a dinastia ou até a morte de todos os representantes daquela família que possuam legitimidade para assumir o trono ou o governo. Todos os reinos humanos possuem como meta a continuidade, a permanência ou basicamente, anseiam a eternidade, assim como o terceiro Reich de Hitler imaginava durar 1000 anos. E dentre as estruturas, sejam monumentos criados para glória dos monarcas, para exaltar sua magnificência, seus feitos de guerra ou administrativos, a que mais se destaca como SIMBOLO de um reino da antiguidade é o palácio real. A família separada para reinar recebe também uma casa separada. Um castelo, guarnecido por um exército altamente treinado, por menor que fosse, a guarda-real, num local separado de todas as outras casas e edifícios das cidades e cidadelas, construída para ser admirada, protegida e enriquecida. Os palácios eram uma extensão do reino. Símbolos maior da sede da autoridade, morada perpétua e jamais sujeita a venda ou transação imobiliária de qualquer gênero e sobretudo impenetrável. Um lugar tão sagrado como os templos das divindades antigas, cuja entrada de estranhos sem os ritos adequados era considerada ato desonroso, blasfêmia, sujeitando os delituosos a morte, sem apelação. O palácio da antiguidade possuía singular EXCLUSIVIDADE. Era domínio da família real, era ornamentado pelo que havia de mais precioso das obras de arte e de esculturas, possuía peças de tapeçaria, linho fino, e tecidos diversos importados, de altíssima qualidade e especialíssimos. O perfume e o incenso real, a cozinha, as vestimentas dos familiares próximos, possuíam uma mesma natureza de beleza, harmoniosamente entrelaçados com o estilo de vida palaciana, os símbolos e as cores do reino e os padrões do palácio. A casa dos príncipes muitas vezes era

também sua prisão. O povo, o leigo, o cidadão comum, jamais teria acesso, a não ser em locais preparados para isso e em dias específicos, para entrar no palácio real, cuja entrada proibida a estranhos e a muitas classes sociais, e mesmo aos nobres se não possuísem o CONVITE para que pudessem entrar. Entrar na presença de um rei da antiguidade sem sua permissão era considerado um ato de suicídio. Por isso o leitor do livro de Ester põe a mão à boca, tem sua respiração suspensa quando é anunciado que a rainha ENTROU no jardim real, no jardim sagrado do rei, lugar exclusivo de caminhada do soberano persa, sem a sua permissão. Xerxes tem poucos segundos para tomar uma atitude diante da cena aterradora. Se sua mão não levantasse o cetro, símbolo maior da autoridade do rei persa, os guardas ou servos do rei poderiam executá-la imediatamente pelo ato de afronta. É a permissão concedida às pressas pelo rei, que permite Ester e aos leitores respirarem novamente. Creio que literalmente falando.

O palácio rivalizaria com as mais imponentes construções da antiguidade. Seria como os tempos de poderosos deuses, porque assim eram considerados os reis da antiguidade, ascendentes da divindade. A família real serviria de modelo para a família divina. As cosmologias da antiguidade retratavam em suas divindades os dramas das famílias reais humanas, tomando emprestado histórias reais, algumas macabras, construindo sua mitologia, ou sua cosmogonia, senão *COSMOAGONIA*, tamanha eram as tragédias cósmicas vivenciadas num tempo além do tempo pelas genealogias dos deuses de então. E não sei precisar se o templo inspirou ao palácio, ou se foi o palácio que inspirou o templo da antiguidade. Porém todos os deuses antigos, eram também exaltados e considerados REIS, dominadores, governadores celestiais, e como tanto, fosse na mitologia chinesa ou indiana, na mesopotâmia ou no Egito, essas divindades habitavam PALÁCIOS. Não era possível imaginar o lugar da habitação divina que fosse inferior ao palácio dos reis e então temos a assimilação e a existência de palácios celestiais onde os deuses habitavam. Em especial dos palácios terrenos estava a casa de faraó. O faraó egípcio reuniu em si, provavelmente, a mais profundo mundo de significados religiosos e míticos da antiguidade. Ele foi um dos primeiros monarcas a ser considerado, honrado e dignificado como DIVINDADE. A morada de faraó era a morada do *homem-Deus*, por excelência. Possivelmente nele tem início a divinização humana, a chamada ancestralidade

divina, onde seus antepassados distantes, faraós míticos, teriam pertencido não a classe humana, mas sim a classe dos deuses. A família de faraó tomava para si a descendência de Horus, Ra ou Osíris. Os doze deuses e deusas mais importantes da Grécia antiga, chamados os olímpianos, pertenciam a mesma imensa família briguenta. Todos os olímpianos viviam juntos em um enorme palácio, bem acima do habitual nível das nuvens no topo do Monte Olimpo, a montanha mais alta da Grécia. Grandes muros, extremamente íngremes para se escalar, protegem o Palácio. Os pedreiros dos olímpianos, gigantescos e zarolhos Ciclopes, os construíram sobre o mesmo plano como palácios reais na terra. Sobre o drama das realezas divinas se sobrepõe o Mahābhārata indiano.



RECONSTRUÇÃO DO PALÁCIO EGÍPCIO EM ARMANA - Capital do Antigo Egito
construída pelo faraó Aquenatom



PALÁCIO COREANO DA ÉPOCA DE JOSEON

Os palácios da antiguidade eram construções que representavam o que havia de mais moderno ou exclusivo em projeto em suas civilizações. Possuíam jardins exclusivos, salas de tesouros, armazéns de viveres, adegas reais, salões de jantares e cozinhas especializadas. As moradias eram normalmente independentes e havia quartos ou casas separadas para os príncipes, princesas, para as esposas e concubinas reais, casas de oficiais que tratavam dos assuntos internos ao palácio, jardineiros, bibliotecários, historiadores, os provedores ou administradores dos recursos financeiros, da logística de abastecimento, etc. Havia, as costureiras e arrumadeiras, grupos que cuidavam das vestes reais, os cabelereiros reais, e cuidadores dos adereços e jóias, assim como os cerimonialistas que muitas vezes eram ligados ao sacerdócio ou ao ministério de MAGIA dedicado do palácio. Havia ainda os tutores reais, mestres de armas, cuidadores de animais e médicos. Muitos dos palácios da antiguidade possuíam capelas exclusivas, locais onde os deuses da família sagrada estavam representados.

Os dois principais locais do palácio eram o salão de festividades e a sala do trono. A partir da sala do trono eram recebidas as delegações internacionais, realizados

os tribunais e concedidas sentenças de casos cuja importância ou dificuldade impediu sua resolução pelos juizados das cidades.

Os palácios da antiguidade eram basicamente um microcidade.

A FAMÍLIA REAL - ASCENDÊNCIA DIVINA

A maioria dos reinos da antiguidade legitimava-se através de proclamar a família real como originada nos deuses principais de sua nação. Esse expediente era realizado através da história, invocando um passado imemorial, inatingível, onde em algum momento os deuses se uniram fisicamente aos mortais, dando início a primeira geração de seres semidivinos. Os reinos possuíam então uma genealogia que era em parte histórica, dos reis antecessores e uma parte mítica, em que personagens míticos, de lendas, imaginados ou fundidos com o sobrenatural, os aproximariam do reino celestial, das divindades celestes. Há uma parte da genealogia humana, de pessoas que viveram em séculos ou milênios anteriores que PERDEM sua humanidade, ou a tem desconsiderada, recebendo no lugar uma DIVINIZAÇÃO.

A SACRALIDADE, A SANTIDADE REAL

Tais considerações conduziam a família real a um patamar de simbologias e protocolos únicos. Os príncipes e princesas participavam dessa dignidade ou separação desde pequenos, a família real era também uma família divina, logo não poderia se comportar como as demais famílias terrenas. Tudo que faziam estava elevado a um patamar de sacralidade, ou santidade diferente da proposta pela Lei Mosaica, e reclamada da conduta religiosa dos sacerdotes levitas a posterior, quando o judaísmo transforma a essência espiritual em RITUALISMO morto. A santidade ou essa consagração aos deuses era vista através de práticas rituais. Cumpriam-se milhares de ritos vazios, mas de caráter mágico, simbólico, e a perfeição espiritual dos reis era visto não por sua ética, ou compaixão, antes por cumprirem detalhadamente os ritos religiosos ou mágicos que deles se esperava cumprir. Há uma sombra de realidades espirituais difusas na conduta ritual dos reis antigos, que sem a condução do Espírito Santo, realizam atos ou dramaturgias míticas que simbolizam a verdadeira santidade. Isso era uma

escravidão a preceitos, normas de conduta e padrões de comportamento teatralizados com intuito de simular uma natureza divina, superior, especial. Na antiguidade eram rituais mágicos, intimamente relacionado as divindades tutelares, porém, a partir da dominação romana, uma série de atos desprovidos de intenção religiosa, porém com forma religiosa, usados como ferramenta de endeusamento dos césores. Roma atinge o apogeu da decadência do comportamento sagrado que se esperava dos reis.

A ASCENDÊNCIA DIVINA

O Mandato do Céu (天命, em Pinyin: Tiānmìng) é um conceito filosófico chinês tradicional a respeito da legalidade dos líderes (inicialmente reis, posteriormente imperadores). Segundo este conceito, o céu abençoaria a autoridade de um líder justo, mas ficaria desgostoso com um líder despótico e retiraria seu mandato. O mandato do céu, então, se transferiria para aqueles que governassem melhor. O mandato do céu é similar à noção europeia do direito divino dos reis. Ambos procuraram legitimar sua liderança pela aprovação divina

Segundo a tradição, os antecessores dos faraós foram os “espíritos semidivinos”. Os faraós dinásticos e pré-dinásticos eram concebidos como ligações de uma grande cadeia de governantes divinos. Antes das dinastias humanas, houve dinastias divinas.

A legitimação da família real poderia ser fruto de um oráculo, de uma mitologia, de uma profecia, da vontade dos deuses manifesta pela boca de um sacerdócio.

A SEMENTE REAL

Logo a preservação da descendência real, a legitimidade dos filhos era uma necessidade essencial. As mulheres dos reis da antiguidade, eram trancadas, separadas em casas de mulheres ou palácios dedicados. Homens de confiança que tinham sido castrados supervisionavam os aposentos das mulheres, ou haréns, dos reis. Por exemplo, os eunucos Hegai e Saasgaz serviam como guardiões das esposas e concubinas do rei persa Assuero, provavelmente Xerxes I. — Ester 2:3, 14. Sua figura, ainda que pareça exótica, foi uma presença

importante em boa parte de sociedades por todo mundo. Foram conhecidos em Roma, na Grécia, no norte da África e através de todo Oriente Médio. No Império Bizantino, tornar-se eunuco era uma forma de atingir e assegurar posições de prestígio dentro da sociedade (RUNCIMAN, 1961). Grande parte dos Patriarcas de Bizâncio eram eunucos, e por toda sua história o império herdeiro de Roma contou com grandes Generais eunucos em sua hierarquia militar, como Narses, que serviu sob o governo de Justiniano I. Na Índia, ajudantes eunucos estiveram presentes junto aos governantes do Grande Império Moghul, e aos marajares dos Estados reais da Índia, mesmo durante a dominação britânica no século XX. Intimamente dentro do palácio, convivendo muito próximo das esposas e concubinas do imperador, sem colocar a legitimidade da linhagem imperial em risco.

O fato do rei poder ter muitas mulheres significava que teria inúmeros filhos no palácio. E também muitos pretendentes ao trono. Havia uma disputa aberta ou dissimulada pelo poder para que o filho eleito, que poderia não ser o primogênito em ordem de nascimento, mas o primeiro herdeiro de uma determinada esposa, o que poderia gerar inúmeras consequências para as demais esposas não escolhidas, dado a rivalidade natural que havia entre as esposas e entre os filhos que lutavam para possuir a maior proximidade ou valor diante da majestade.

A LUTA DAS ESPOSAS PELA PROEMINÊNCIA

O vencedor leva tudo

Em muitas dinastias a vitória ou derrota da eleição significaria o desterro, a perda de direitos e em casos extremos, o risco de vida e mesmo a morte de todos os familiares que estivessem na linha sucessória. A morte rondava os palácios e a tragédia as famílias dos soberanos, como podemos ver nas Escrituras no caso de Davi e Absalão, Salomão e seus irmãos, ou Abimeleque e o assassinio de toda a sua parentela. A rainha-mãe teria um papel notável, ou terrível como de Atalia e Jezabel descrito no livro de Crônicas.

AS PRINCESAS

As princesas eram a alegria do palácio, menos afetadas pelas disputas, mas sofreriam o destino das mães desterradas ou abandonadas dependendo da escolha dos reis. Eram protegidas pelos irmãos, sendo que haviam laços profundos dos irmãos consanguíneos, criados ou guardados pela rainha-mãe ou pela esposa do rei, já que sua mãe pode não ter alcançado o status de “predileta” ou “escolhida” como principal. Essa situação de “principal” entre as esposas do rei poderia ser modificada durante o decorrer dos anos. Numa situação de comunhão e convivência pacífica entre os inúmeros filhos e filhas, príncipes e princesas de uma dinastia, o ambiente era muito festivo, existindo incomum alegria. As terras e propriedades de uma nação pertenciam ou poderiam ser usadas prioritariamente pela família real. Tinham artesãos, construtores, farta mão de obra servil ou escrava, provisões, roupas, alimentos, vinho, especiarias e presentes enviados por todas as partes da nação. Representavam a mais rica das famílias de um determinado reino, morando nas mais excelentes residências. Uma gigantesca família real já era quase um “feudo” separado, suas fazendas, propriedades, jardins e até cidades eram locais bem cuidados, continuamente embelezados por jardineiros. Os animais que compunham o rebanho real eram os mais excelentes, os cavalos eram os da mais superior raça. As nações importaram do Egito seus puro-sangue. As festividades das famílias reais contavam com o que existisse numa nação de mais excelente a nível de música, teatro, dança. Até porque o sonho dos artistas de toda sorte era poder se apresentarem aos familiares reais, que eram tidos como a mais alta classe social de um determinado reino. Apresentar-se diante de príncipes e princesas era um sonho acalentado por milhares de artistas. O uso de um vestido ou jóias por uma princesa ou príncipe era o equivalente para os comerciantes a propaganda que os astros de cinema, televisão ou música quando vestem ou usam algum produto. A sociedade humana representa na esfera lúdica o que acontecia na esfera palaciana.

A USURPAÇÃO

O princípio da usurpação é também de antagonismo a “vontade celestial”. A linhagem real é estabelecida pelo rei, ou determinada pela profecia, pelo oráculo.

A vontade real se confunde com os “decretos divinos” e sua escolha da linha sucessória é absoluta. Por isso também ele busca auxílio nos xamãs, nos profetas, nos adivinhos, consciente de que sua escolha deve estar de acordo com a vontade divina, dos deuses. A nomeação de um sucessor que não sej idôneo feriria a santidade da família, ofenderia aos poderes celestiais e traria a desgraça para o FUTURO do reino existente, talvez até sua dissolução. Lembrando que a saúde espiritual, natural, cósmica da nação estava atrelada ao comportamento ritual e a justiça do soberano.

A usurpação do trono era outra situação que poderia ocorrer quando o rei poderia ser deposto por intrigas, sedição de militares ou TRAIÇÃO de nobres ou mesmo dos filhos. Há todo um processo nefasto envolvido na usurpação, e o principal envolvia a fama, a vanglória, o autoenaltecimento do pretendente ilegítimo. Um tirano seria deposto com uma certa facilidade, porque teria apoio dos conselheiros, da nobreza e mesmo do povo. Depor um rei justo poderia significar uma revolta sem precedentes, assim como a não-aceitação por parte de famílias poderosas ou por parte dos militares, o que seria ainda pior. Muitas tentativas de usurpação foram sufocadas no princípio pela guarda palaciana ou pela guarda real, ou pelos generais próximos ao soberano. A usurpação necessariamente significava a morte de muitas pessoas fiéis ao antigo regime. Até de membros da família real. Granjear de antemão a simpatia nacional era fundamental para alicerçar os planos de sedição e de usurpação. A usurpação poderia ocorrer com o rei ainda vivo, em excelente estado de saúde, mas os usurpadores trabalhavam arduamente para criar intrigas no reino, reduzir a “adoração” ao monarca existente, e tentariam enfraquecer a imagem real, fosse difamando o caráter do rei, fosse difamando seu estado de saúde, ou através do envenenamento lento, conduzindo o soberano a um estado de enfermidade ou mesmo morte. Se não conseguisse acesso a cozinha real, para usar plantas ou produtos que conduziram ao envenenamento (tal como o mercúrio, conhecido pelos chineses desde a antiguidade, em virtude das artes de forja), produtos alucinógenos que provocassem desequilíbrio psíquico, ataques epiléticos, e estados de desorientação mental. Poderiam utilizar o “amor ao excesso de vinho”, conduzir através de festas suntuosas aos príncipes ao alcoolismo ou usar expedientes para prende-los numa situação de luxúria, festas profanas, usando a

prostituição ou a licenciosidade para anular a vontade de assumir o trono dos futuros pretendentes legítimos.

Absalão usou grande parte da “escola de usurpação” para tentar alcançar o trono de Davi.

O significado espiritual da usurpação é visto nos líderes de comunidades cristãs que desejam substituir a Cristo por eles mesmo, e também nos falsos Cristos. Jesus é o Rei dos reis e Senhor dos senhores, e quando um falso Cristo se apresenta chamando para si a dignidade de um trono que não lhe pertence, age como um usurpador.

A REBELIÃO DO PRÍNCIPE

A usurpação do trono poderia ocorrer por vontade alheia, por famílias poderosas e ricas, ou pela valoração dos feitos heroicos de um general, de um guerreiro. A base para a manutenção do reino era a GLÓRIA. A população necessitava interpretar sinais de aprovação celestial que apontassem ao “escolhido” o que é o tema da “espada mágica” do rei Artur, da beleza de Saul, da valentia de Davi. Inclusive Saul começa a ficar temeroso quando as vitórias de Davi vão o transformando em figura notável, em personagem famoso. A fama era a porta de entrada para a entronização na antiguidade. A rebelião do príncipe significava que discordava do comando do pai, de suas posições políticas, ou que simplesmente fora PRETERIDO por outro irmão. A fome pelo poder sempre moveu as sedições do passado aos dias atuais. A realeza conduz ao poder de fazer todas as vontades e caprichos do soberano. O poder do monarca antigo é absoluto, no sentido de sua autoridade suplantar a todas as demais esferas administrativas de um reino. Incluindo o poder de vida e de morte sobre qualquer súdito ou pessoa dentro dos domínios do reino. A rebelião do príncipe é a do filho pródigo que intimamente deseja a morte do pai, para usufruto das suas riquezas e do seu domínio.

O CÍRCULO INTERNO

Os parentes próximos, os conselheiros, os generais, os eunucos, os oficiais do palácio, os nobres. No palácio assírio, por exemplo, entre os oficiais que têm livre acesso à pessoa real, há um que se destaca com tal destaque dos demais que foi

devidamente reconhecido como o grão-vizir ou primeiro-ministro, ao mesmo tempo o conselheiro-chefe do monarca, e o homem cuja função especial era expressar e executar sua vontade. O vestido do grão-vizir é mais rico do que o de qualquer outra pessoa, exceto o monarca; e há certas partes de sua vestimenta que só ele e o rei têm. Tais achados foram verificadas em esculturas assírias de diversas épocas. Em toda a série de esculturas é a marca distintiva de autoridade real ou quase real. A posição e dignidade preeminentes deste oficial são demonstradas, não apenas por sua participação na insígnia da autoridade real, mas também e muito claramente pelo fato de que, quando ele está presente, ninguém jamais intervém entre ele e o rei. Ele tem o direito indiscutível de precedência, de modo que é evidentemente o primeiro súdito da coroa, e só ele é visto se dirigindo ao monarca. Ele nem sempre acompanha o rei em suas expedições militares, mas quando as atende, ainda mantém sua posição, tendo uma dignidade maior que a de qualquer general, e assim tomando toda a direção dos prisioneiros e do despojo. O palácio era inacessível as pessoas comuns. Seu acesso restrito era em virtude do alto grau de privilégios necessário para se aproximar-se da pessoa real, dos cuidados necessários para evitar o envenenamento do rei e a necessidade de proteção e segurança da família real. O palácio terreno representava até certo grau, em sua arquitetura, em sua riqueza, em seus costumes, em sua posição comparada a todos os edifícios nacionais, ao palácio celestial, que todo o panteão de divindades antigas possuía. "os deuses habitam ali" seria um adágio comum para criticar os palácios da antiguidade. Os que tinham acesso ao rei, que não eram serviçais, eram pessoas consideradas importantes em todos os recantos do reino. E tratados com respeito, porque tinham acesso ao rei.

A SACRALIDADE DO REINO II

Tendo em vista esse caráter antigo de "santidade", ou sacralidade, a família real não poderia muitas vezes ser "tocada" por pessoas fora dos círculos mais íntimos, sem autorização. O rei da antiguidade então era o mais intocável dos homens. Havia todo um protocolo ou ritual a ser seguido para que os reis antigos fossem "tocados". Além disso determinados lugares por onde transitavam não possuíam

livre acesso a outras pessoas, eram locais "sagrados" ou de caráter EXCLUSIVO da realeza, e a intromissão nesses locais sem permissão significaria a morte de alguém, tal como o jardim persa onde a rainha Ester caminhou sem autorização, ou significaria extrema intimidade, como a correria da adolescente Sunamita nos aposentos reais em Cântico dos Cânticos. A "santidade" evocada era sombra da santidade real, ou traduziram a essência da santidade verdadeira, da pureza, em rituais e práticas e até mesmo na "aparência de pureza". Uma pele limpa era sinal de uma pessoa saudável, virtude essencial para considerar que a realeza permanecia "agraciada" pelos deuses. A doença era tida como maldição divina, como uma praga mágica, ou fruto de feitiço de terceiros. Os reis tinham que "aparentar" o tempo todo uma saúde perfeita. Logo não poderiam haver marcas, tatuagens na pele de uma princesa ou príncipe. A esposa do rei não poderia ter marcas ou cicatrizes. Sua pele tinha que ser perfeita para poder ter direito a desposar a majestade. Essa característica acontecia nas dinastias de Joseon, nas diversas dinastias chinesas. Havia uma triagem, um exame físico minucioso que ocorria nas "pretendidas" pelo rei, e uma cicatriz ou mancha poderia invalidar um futuro acordo ou arranjo de casamento real. O que levaria você a se perguntar como sunamita consegue, com os pés cheios de cicatrizes, com a pele queimada pelo sol, um lugar tão alto nos sonhos e coração do rei Salomão.

Essa *santidade real* sinalizava uma conduta única, perfumes exclusivos, roupas exclusivas. O status social na antiguidade foi representado pelas vestimentas, associado ao grau de "sacralidade" da classe que vestia as vestimentas. Quanto mais próximo dos reis, maior o status social, maiores os atributos da nobreza e mais PARECIDAS suas vestimentas com as vestes reais. Jamais seria permitido na antiguidade que um escravo utilizasse as roupas destinadas a seus senhores, ou que pessoas comuns se utilizassem de vestes imperiais ou reais. Veja que elas detêm uma grande semelhança de representação com as vestes SACERDOTAIS.

A proximidade com o trono, a proximidade com os assuntos principais do reino, e principalmente com a pessoa do rei irão gerar o sentimento do status social. A estratificação da sociedade tem origem no palácio da antiguidade. Não somente o status social, como também a etiqueta. A conduta da família real determinará os protocolos de conduta em centenas de ocasiões da vida civil do homem

comum. Quando mais próximo da conduta dos príncipes, das vestes do palácio, maior o sentimento de DIGNIDADE, ou seja, mais nobres se tornam os modos e maneiras, logo mais CORRETOS os comportamentos. Nasce então a etiqueta, os modos de proceder, de vestir, de comer, de banhar-se, tentando emular, imitar a conduta palaciana.

Era expressamente proibido aos "plebeus" o uso de vestes da nobreza ou imperiais. Para exemplificar, narramos que a veste imperial chinesa, chamada "veste do dragão", foi um estilo de roupa tradicional e específico da China antiga. Em afrescos antigos da Dinastia de Xia do Oeste (século XI a.C – 770 a.C), há cenários em que o imperador usa a veste imperial; em túmulos do Reino Liao (916 – 1125) encontraram também vestes de dragão.

Até na Dinastia Zhou (Século 11 a.C – 221 a.C.), houve regulamentos de vestido para todas as classes e isso foi incluído na etiqueta.

DESOBEDIENCIA OU ZOMBARIA À REALEZA.

A santidade dos reis os elevava a categoria de divindades. E em todas as culturas o respeito, o temor às divindades era a mola propulsora da religião. Os sacerdotes se desdobravam em oferendas, em homenagens, em atos cerimoniais que deixassem as divindades calmas, que pudessem gerar perdão contra ofensas cometidas, pois toda catástrofe, toda praga, toda desgraça ocorrida no reino era fruto da IRA, de alguma divindade ofendida. Todos os deuses da antiguidade são ao mesmo tempo bons e maus, são benévolos se alimentados e tornam-se demônios se abandonados ou ultrajados. De temperamento volúvel, com intensa instabilidade emocional, comportamental, todo cuidado era pouco, todo ritual deveria ser perfeito, para que não houvesse uma mudança do comportamento do deus ou deusa. Os hinos às divindades babilônicas deixam claro essa capacidade de mudança repentina, de guardiães para extremados e cruéis inimigos. Isso refletia a ambiguidade real, a natureza humana e a volatilidade dos reis antigos. Ao atingirem a plenitude do poder na sua juventude os reis antigos não sabiam lidar com a cólera ou as emoções, o que era péssimo nas mãos de quem detinham o poder de vida e morte de centenas de milhares de pessoas. Se um rei se tornava um tirano ou déspota, um ditador cruel, o medo era uma constante, pois os reis detinham o poder de julgar e condenar, até mesmo

torturar dos mais criativos modos. A desobediência ou a zombaria a rei era então similar a zombar de uma "deidade" com uma natureza dúbia.

Quando as primeiras legislações foram geradas ou estabelecidas nos governos antigos havia uma essencial razão por sua implantação. A capacidade de limitar a IRA do rei. Uma ferramenta que pudesse se interpor entre a vontade humana sem limites e a proteção da vida dos súditos. Para que isso pudesse ocorrer era necessário que o rei LEGITIMASSE a constituição do reino. E somente um poder na terra poderia se OPOR ao braço do rei: a PALAVRA do rei. A Lei era então, até certo ponto, a VONTADE do rei CRISTALIZADA, manifestada. Os legisladores aperfeiçoaram as leis, acresceram pontos, debateram ideias com a majestade, até a formação de um conjunto ou cânon legal de um determinado reino. E claro, as leis derivadas da majestade, legitimada pelo anel, pelo selo real, também estabeleciam PENALIDADES para o crime de desobediência e de difamação ao rei.

A zombaria tinha o caráter de atacar um dos maiores valores de um reino, sua DIGNIDADE. Essa dignidade estava presente na pessoa do rei, derivava para suas posses, para seus bens, para seus decretos. Logo, zombar do palácio, destruir propositalmente um decreto fixado, um desenho com a imagem do rei, posteriormente, danificar uma estátua ou objeto REPRESENTATIVO da realeza, era uma afronta a dignidade, a honra do soberano.

Quando Absalão tomou Jerusalém, Aitofel, ex-conselheiro de Davi, aliou-se com Absalão e o aconselhou a entrar a essas concubinas que ficaram para guardar a casa perante todos os olhos de Israel, pois, Aitofel sabia que se Absalão tomasse as concubinas de Davi, uma reconciliação seria impossível, pois se tratava do insulto público máximo, correspondendo a uma declaração de que, com efeito, o rei "estava morto". Ao aceitar o conselho de Aitofel, Absalão cometeu uma ofensa ainda mais grave, pois desonrou seu próprio pai e se tornou digno de maldição (Gn 49.4).

Estas 10 mulheres, apesar de não terem culpa dos acontecimentos, elas tornaram-se impuras para Davi e a aparição delas em público poderia ser motivo de vergonha. Elas não puderam mais casar-se com outro homem, pois haviam pertencido ao rei. No contexto de sua época, Davi foi bondoso e justo com elas

por cuidar delas após essa tragédia que lhes aconteceu pelo comportamento arrogante de Absalão e por seu desdém para com a lei.

O ato de Absalão com as concubinas de Davi é um dos atos mais execráveis já testemunhados por uma nação antiga.

A ADORAÇÃO AO REI

O rei era então objeto de adoração na maioria dos reinos, pois sua pessoa se confundia com a própria divindade. Na dinastia israelita havia uma ordenação que impedia a adoração humana, porém esse era o padrão da maior parte das dinastias, e se na evolução da monarquia não permaneceu essa confusão da pessoa humana com a mítica ou divina, ficou a figuração da eleição divina como esse marco, o direito divino dos reis. Na antiguidade a reverência ao rei era de caráter quase idêntico ao religioso, esse respeito pode ser visto no modo como os súditos se curvam diante da majestade, ao se ajoelharem, ao encostarem seus rostos no chão, ao não dirigirem a palavra ao soberano sem expressa permissão, através do uso de intermediários para acessar o rei. O rei era celebrado do nascimento até sua morte. Essas celebrações davam origem a festas nacionais, ou a comoção nacional fúnebre. Essa aura de adoração permaneceu presente nos eventos de exaltação real. Quatro eventos são marcantes nesse sentido, quase de caráter universal, o nascimento do rei, o seu casamento, a celebração do rei (sua aclamação ou coroação) e a lamentação por sua morte.

O NASCIMENTO

Era a certeza da continuidade do Reino. Sem um herdeiro a casa real desfalece, deixa de existir. Morta a linhagem real, perde-se a honra e a dignidade dos ancestrais venerados, as datas de festas e de honra a estes relacionados, o lugar na história sagrada, na história política e leva a perda do status e privilégios da família real. Conduziria a perda dos bens que pertenceriam a dinastia vindoura, conectada pelos laços sanguíneos a anterior. Significava para a mãe escolhida, o

direito ao poder e talvez o direito à vida, dado a possibilidade de um “expurgo” por parte da parte exaltada a linhagem principal, dentre as muitas esposas reais. Seria motivo de festa para a nação, e os céus seriam varridos pelos astrônomos em busca de sinais ou eventos celestes que pudessem marcar o dia como auspicioso. O posicionamento das constelações desse dia, ficariam gravados em mapas estelares sofisticados.

A MEMÓRIA DO REINO

A memória das coisas define nossas existências, os gregos e romanos almejavam a imortalidade pela lembrança perene de suas realizações. A morte era representada pelo Lethe, o rio do esquecimento, onde após passarem os mortos perdiam suas memórias, logo, sua identidade. A memória é o lugar onde guardamos a vida, por assim dizer. Os Egípcios externalizam isso almejando tornarem-se estrelas, para serem visíveis para sempre, memoráveis a todas as gerações. Os reinos da antiguidade almejavam a imortalidade, jamais deixarem de existir. Ao mesmo tempo que compreendiam o iminente risco da extinção. A guerra assola a humanidade desde os primórdios da civilização. Todos os reinos da antiguidade criaram obras, afrescos, murais e escreveram suas histórias, de um modo fantasioso ou oficial, com fatos do reino, imaginando anais que declarassem as gerações futuras os feitos e realizações das dinastias anteriores.

Os reinos da antiguidade faziam questão de anotar intermináveis genealogias, pois quanto mais antigo fosse esse reino, mais “cult” se tornava. Porque na história progressiva de gerações nascidas à milhares de anos se alcançaria os primórdios da história e também aos deuses que se misturaram à raça humana. A gênese dos reis antigos evocava a eternidade, lugares celestes, fundadores míticos. Baekdu, a montanha celestial, lugar onde o neto de Hwanin, Dangun, inicia miticamente a história da nação coreana. Hwanin é o antigo nome com o qual os ancestrais coreanos designam ao Deus supremo, diante do qual os xamãs adoravam pelo cultivo dos cereais e pela beleza de uma “terra sagrada”, comparada ao Éden. Então a memória de um reino é engrandecida pela sua antiguidade, pelos feitos poderoso, pelas conquistas, pela dignidade dos governantes, seus atos de heroísmo ou dignidade. Essa história era escrita por

cronistas oficiais que documentavam os eventos marcantes em anais separados da história administrativa, contas a pagar, taxas, pareceres jurídicos, tratados, etc.

Quando mais “enfeitada” essa história, mais alegórica ou ficcional ficava o relato. Os reis da antiguidade apagavam suas derrotas, enalteciam suas vitórias e davam asas à imaginação dos cronistas no acréscimo de elementos sobrenaturais às histórias. O fantástico permeava os anais dos reinos antigos. As crônicas de Israel vão na contramão da crônica real. Ela declara fatos vergonhosos, atos execráveis, retrata a história de Israel com uma essência jornalista que chega a doer pela intransigência em relatar a verdade. O fantástico está presente nos anais israelitas, porém seguem uma linha de registro especial. Os cronistas narram acontecimentos sobrenaturais como foram vistos, não imaginados. O mítico lança os leitores num tempo inalcançável, e narra “fatos” que não podem ser comprovados. Os cronistas das Escrituras são muito próximo aos eventos sobrenaturais narrados, colocando a identidade das pessoas envolvidas, os lugares onde ocorreram, e os efeitos permanentes que tais milagres, maravilhas, eventos sobrenaturais causaram. Porque o efeito dos eventos refletia na história contada.

O fato de narrarem coisas vergonhosas (em Reis e Crônicas) que em nada acrescentavam dignidade aos anais do reino de Israel, é a maior prova da seriedade do relato dos anais israelitas.

A memória do reino acumulava relatos, e os relatos antigos traziam consigo uma aura de eternidade, de mágico, de imemorial. As tradições da antiguidade revestiam-se de incomum importância, pois quanto mais longínqua a memória, mais próxima dos fundadores daquela civilização, e maior o respeito a esses personagens era legado. Os deuses em sua maioria nasceram das tradições familiares, traziam consigo traços de humanidade, de atitudes, humores, rancores, paixões que retratavam os acontecimentos de uma família real da antiguidade, sendo divinizados e tornados celestiais, cósmicos. Um dos mais antigos tratados sobre deuses da antiguidade citado por Filo de Biblos ou Filo de Alexandria, de autoria de um historiógrafo lendário de nome Saconiaton, antigo fenício, compreendia desse modo a “evolução divina” dos deuses antigos, como seres humanos que foram elevados a condição divina mediante a adoração e que

pela releitura de suas tradições e por meio **do elogio ou da LISONJA**, foram transformados em divindades, com a perda de sua origem natural. A memória do reino então trafegava em direção a um passado augusto ou numinoso, um tempo além do tempo cheio de glória, de onde as tradições do presente teriam tido origem. Antiguidade das tradições era por assim dizer, posto, uma condição para torná-las irretratáveis, obrigatórias, solenes. Por mais torpes que se apresentassem, por mais cruéis que pudessem se apresentar, por mais injustas ou parciais ou mesmo ilegítimas a luz dos novos patamares legais alcançados pela civilização. Assim temos, por exemplo, aos gravíssimos problemas de justiça social em virtude das castas indianas, de estratificação **IMUTÁVEL**, uma classificação do gênero humano que determinaria sua classe social, tendo origem em tradições imemorais, e logo, míticas, mágicas, que permanecem como dogmas. A memória do reino traduzia as tradições culturais de uma nação, as hierarquias de tratamento entre os súditos, suas posições sociais relativas a realeza. Nas profecias de Isaías o Espírito de Deus relata seu memorial, atos e decretos que foram emitidos desde a eternidade, desde os tempos antigos, para que os reinos humanos compreendessem que suas tradições são **MENORES**, porque as Dele são verdadeiramente **IMEMORIAIS** e logo não seriam **SUPLANTADAS** ou mudadas pelas tradições vigentes, nascidas a pouco. Por isso logo

As primeiras coisas, **desde a antiguidade, as anunciei; sim, pronunciou-as a minha boca, e eu as fiz ouvir; de repente agi, e elas se cumpriram.**

Isaías 48:3

E as demais vozes dos profetas que fortalecem, dignificam as declarações divinas, por sua origem em tempos antiquíssimos.

Abrirei os lábios em parábolas e publicarei enigmas **dos tempos antigos.**

Salmos 78:2

Até mesmo o futuro reino messiânico, cuja base é a própria eternidade passada.

E tu, Belém-Efrata, pequena demais para figurar como grupo de milhares de Judá, de ti me sairá o que há de reinar em Israel, e cujas origens **são desde os tempos antigos, desde os dias da eternidade.**

Miquéias 5:2

A CELEBRAÇÃO DO REINO

A celebração do Reino eram as festas e eventos religiosos, cerimoniais e mágicos cuja função era o engrandecimento dos feitos de um reino, comemorações nacionais de vitórias em guerras, seja por conquista de novos territórios ou pela defesa vitoriosas dos territórios já pertencentes ao reino. Era fruto de festas por excelentes acordos comerciais ou políticos, eram associadas as grandes festividades da agricultura e também ao cuidado da divindade que era patrona da nação, a quem o soberano servia como principal sacerdote, ou como o principal oficiante, sendo sua oferta, a mais generosa, a mais sagrada, a mais celebrada. Os ritos de celebração do reino celebravam principalmente a majestade, pois a figura do rei e do reino se confundiam. No Egito as festas religiosas oficiadas pelo faraó tinham caráter nacional, ele presidia o início das colheitas, o ano novo, as cheias do Nilo, e muitas outras solenidades que realçavam o papel do faraó como emissário divino. As casas reais, ou famílias reais simbolizavam ao reino, assim como seus castelos, suas residências, seus objetos, suas roupas. E o reino era o estado, simbolizava a nação. Celebrar o reino era celebrar a existência da nação. Tais celebrações se revestiam de incomum alegria, pompa, magnificência e dramatizações. O lúdico imperava, dominava através de símbolos, gestos e rituais particulares de cada nação que também COMPETIAM na glória dessas manifestações. Havia uma disputa de celebrações, quanto mais majestosa, caras, requintadas, solenes, quanto mais longas e luxuosas, quanto maior a qualidade e a quantidade dos presentes distribuídos, as dádivas repartidas, que demonstravam a "generosidade" real, mais importância determinado "reino" adquiria na visão internacional. Por isso Assuero para mostrar a glória de seu reino distribuiu do vinho real, de caráter exclusivo à multidão, numa festa interminável de 6 meses de duração.

"No terceiro ano do seu reinado, fez um banquete a todos os seus príncipes e seus servos, estando assim perante ele o poder da Pérsia e Média e os nobres e príncipes das províncias, para mostrar as riquezas da glória do seu reino, e o

esplendor da sua excelente grandeza, por muitos dias, a saber: cento e oitenta dias.

E, acabados aqueles dias, fez o rei um banquete a todo o povo que se achava na fortaleza de Susã, desde o maior até ao menor, por sete dias, no pátio do jardim do palácio real.

As tapeçarias eram de pano branco, verde, e azul celeste, pendentes de cordões de linho fino e púrpura, e argolas de prata, e colunas de mármore; os leitos de ouro e de prata, sobre um pavimento de mármore vermelho, e azul, e branco, e preto.

E dava-se de beber em copos de ouro, e os copos eram diferentes uns dos outros; e havia muito vinho real, segundo a generosidade do rei.

E o beber era por lei, sem constrangimento; porque assim tinha ordenado o rei expressamente a todos os oficiais da sua casa, que fizessem conforme a vontade de cada um.”

Ester 1:3-8

Os reinos da antiguidade realizavam festas de caráter sagrado para celebrar ao poder real como o ritual à Marduk e a Ishitar em Babilônia onde ritos celebravam a união entre o rei terreno e a divindade, como se o rei se casasse com a deusa, ou do domínio do Cosmos do faraó que “decretava” anualmente a cheia do Nilo, até a vindicação de DIVINDADE dos reis como no culto ao imperador do césares, onde haviam sacerdotisas vestais separadas, altares, ritos, canções de louvor aos soberanos de Roma, iguados em status à Júpiter.

O desejo de toda nação e dos reinos antigos era a PERPETUIDADE, os reinos celebravam o poder, sua honra, sua glória visando a ETERNIDADE. A função das festas era produzir nos súditos a memória do reino, cativar os corações para a importância da família real, e promover o respeito à dignidade real.

O caráter lúdico ficava por conta das danças especiais, feitas por dançarinas sagradas ou moças oriundas de escolas sofisticadas de canto e de dança – todo reino da antiguidade possuía uma tradição de canto e dança que se revestia de uma “dignidade real” ou qualidade musical que merecesse ser ouvida ou

apresentada diante dos soberanos e da família do rei, o que era considerado também uma invulgar honra. As princesas do reino aprenderiam as danças folclóricas, os passos das dançarinas e as artes dramáticas, postura, canto. No novo testamento podemos ver uma cena (infeliz) em que Salomé demonstra esse costume, das princesas dançarem diante de seus pais, em apresentações especiais como se fossem participantes de uma companhia de dança. Para isso percebe-se que haviam escolas, tradições, coreógrafas reconhecidas ou “mestras de dança” que seriam as professoras de dança, renomadas, reconhecidas como “mestras” pela comunidade.

Algumas celebrações eram para vanglória, para exaltação do Reino diante de outras nações, nos diversos contatos ou transações internacionais. Vemos essa característica quando uma soberana, possivelmente do lendário reino de Aksun. Conhecida entre os povos etíopes como "Makeda" (em ge'ez ማክዳ, transl. mākidā), esta rainha recebeu diferentes nomes ao longo dos tempos. A sua visita ao rei Salomão é marcada por uma “disputa” de presentes, em que na sua visita oficial ao reino de Salomão traz consigo imensa comitiva e presentes, com pedras preciosas, incensos e tapeçarias raras, 7200 kg de ouro puro, madeiras odoríferas, animais. O reino de Sabá na Etiópia era de tal magnitude que podia DAR de presente 7200 kg de ouro. Mas, ainda assim, a glória do reino de Salomão a deixou boquiaberta.

E ouvindo a rainha de Sabá a fama de Salomão, veio a Jerusalém, para prová-lo com questões difíceis, com um grande séquito, e com camelos carregados de especiarias; ouro em abundância e pedras preciosas; e foi a Salomão, e falou com ele de tudo o que tinha no seu coração.

E Salomão lhe respondeu a todas as suas questões; e não houve nada que não lhe pudesse esclarecer.

Vendo, pois, a rainha de Sabá a sabedoria de Salomão, e a casa que edificara;

E as iguarias da sua mesa, o assentar dos seus servos, o estar dos seus criados, e as vestes deles; e os seus copeiros e as vestes deles; e a sua subida pela qual ele chegava à casa do Senhor, ela ficou como fora de si.

E deu ao rei cento e vinte talentos de ouro, e especiarias em grande abundância, e pedras preciosas; e nunca houve tais especiarias, quais a rainha de Sabá deu ao rei Salomão.

2 Crônicas 9:1-9

Mesmo reinos de menor recursos festejaram imponentemente sua existência, através de suas tradições, de espetaculares apresentações de festividades, ou através de solenes cerimoniais.

Esse tipo de “manifestação de glória, de majestade” é também uma das razões do Espírito de Deus apresentar as ruas celestiais como feitas de ouro puro, conforme as visões que Deus concedeu a João. A resposta vai além das Escrituras. O ouro na antiguidade era além de simbolismo de riqueza, sagrado. Os metais passavam por fundições cuja alta temperatura era um segredo de famílias sacerdotais. As forjas eram consagradas assim como os ferreiros. O metal era mágico, sua feitura um prodígio ensinado por deuses e o dom de fazer armaduras e espadas ofício sagrado. O ouro, bronze, prata e cobre tinham origens celestiais ao mesmo tempo vinham das profundezas da terra, morada dos mortos e dos espíritos ancestrais. Uma vez processado e polido tornava-se talismã, amuleto e era necessário em milhares de cultos ao redor da terra pois era mágico. Os egípcios e os astecas e maias que também herdaram sua herança religiosa dos náufragos egípcios e chineses de períodos remotos entendiam que sem ouro a alma do morto migraria desprotegida, seria devorada, desfeita e seus mortos mais poderosos eram acompanhados de grandes quantidades desse metal. Apocalipse não foi escrito somente para a última geração. Um Asteca desmaiaria diante da visão de João, um sacerdote chinês que buscava a imortalidade na transmutação dos elementos gritaria vida eterna! Um sacerdote egípcio veria um lugar onde os poderes malignos não possuem poder. O Ouro das ruas celestiais é um símbolo onde Deus fala de modo dramático a civilizações extintas, a povos que sequer foram mencionados nos anais da história. Deus não está revelando algo somente a nós. Sobretudo a eles. O Apocalipse é uma revelação divina que transcende as épocas, que ecoa em toda a história e que concede visões para nós e para os ouvintes e viventes de tempos remotos. Porque milhões destas pessoas um dia abrirão os olhos e verão as mesmas coisas. Porque Deus deseja maravilhá-

las. Assim como um dia, nos maravilhou. O ouro apresenta a majestade, a riqueza de UM REINO DE PROSPERIDADE INFINITA, de recursos inimagináveis, um lugar de riquezas que ultrapassam a toda a riqueza deste mundo, na maior apresentação de glória de um REINO concedida ao ser humano.

A cultura de uma nação estava intimamente relacionada a celebração do reino. Na verdade, a ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL derivava da família real.

AS OBRIGAÇÕES DOS REIS DIVINOS

A um instante da história em que a realeza se confunde com o sacerdócio. Em muitos povos os reis tinham um papel religioso fundamental. Se o sacerdote era o intermediário entre os deuses e os homens, o rei era tido como se a divindade estivesse presente através de um parente, de um descendente. O rei da antiguidade recebia a legitimação de seu trono por várias doutrinas que basicamente reivindicavam sua supranaturalidade, sua essência elevada ou recebida por herança, das divindades que governavam o cosmos numa determinada época da sociedade governada. Os reis eram intimamente ligados a uma linhagem divina, a um grupamento de divindades, se por sedição, traição, tragédia, guerra ou enfermidade todos os descendentes que poderiam ser legitimados ao trono percessem, uma nova casa divina, relacionada aos novos detentores da titulação real, emergiriam no cosmos da nação cuja linhagem foi interrompida. A não ser que, de modo estratégico, os magos e sacerdotes legitimassem com aval das divindades anteriores, a nova linhagem sucessora. Daí sua importância na manutenção do reino em momentos de crise, através de presságios, profecias, transe ou revelações divinas, seja pela interpretação do movimento dos astros, ou de fenômenos da natureza. A presença da realeza era mais que um arranjo político. A ascendência divina legava a família real o status de família SANTA. Era uma família separa das demais, de DIGNIDADE intocável, de HONRA que não deveria ser manchada, de posição social declara e notória. Até mesmo o TOCAR um membro da família real sem a devida permissão poderia

acarretar a morte, prisão ou o espancamento de alguém. O rei era um descendente divino necessário para conter os poderes cósmicos do mal. Sua presença, seus rituais, sua DIGNIDADE, sua justiça, sua sabedoria, do modo de andar até o modo de vestir, o lugar de sua habitação e sua alimentação eram diferentes das mesas de toda a comunidade, e consagradas, servidas em utensílios exclusivos, por pessoas também exclusivas. Até a criadagem do palácio era escolhida dentre os escolhidos e os serventes, escravos, eunucos, oficiais de todo gênero, contavam com profundo respeito das multidões, porque eram na verdade homens e mulheres que habitavam e serviam intimamente a descendência divina. Logo possuíam privilégios e responsabilidades especiais. Sendo rei emissário divino e tendo recebido dos deuses o poder para governar, tornava-se também responsável pela saúde espiritual da nação. Se o rei adoecesse era tido como presságio de morte para todo o reino. O rei jamais se apresentaria adoecido diante da multidão, porque seu status reivindicava para ele uma proteção divina maior que a do homem comum. Sua doença significaria profundo desgosto ou abandono do reino e de tudo que ele possuía, pelas divindades arcanas, principais da nação. Se o rei foi tocado, imagina o súdito, o plebeu, o pobre? Ou seja, a saúde do rei era interpretada como um sinal, uma parábola espiritual da espiritualidade de um povo. Todas as enfermidades que atingissem a comunidade, sem serem casos isolados, epidemias, surtos, contágios, flagelos, pragas, mal, pestes, pestilências, eram tidos como maldição divina, operacionalizada através de forças malignas, espíritos do mal, demônios; compreendidas pela multidão como uma operação de poderes espirituais que se multiplicavam, e que de algum modo estavam relacionadas a CONDUTA DO REI. Porque os RITUAIS que os reis exerciam, somados a sua alta dignidade, eram os meios MÁGICOS através dos quais a HARMONIA com os deuses era mantida. Havia um limite para a atuação dos magos e dos sacerdotes e a CULPA pela epidemia era DIRECIONADA contra a família real.

O REI E O COSMOS – OS MONSTROS

Nas cosmogonias antigas, africanas, asiáticas, mesopotâmicas, sumérias, acádicas, babilônicas, gregas, hindus, egípcias, há um CONTO, uma VISÃO, uma

história padrão. Que o universo primevo passou por uma guerra entre os deuses principais e deuses ou poderes de trevas, em forma ou acompanhados por monstros, dragões, serpentes, sapos, leviatãs, raabes, que lutaram para destruir o sol, para tornar o caos e a escuridão eternas, disseminado a morte, e a escuridão. Normalmente tal batalha é anterior a criação dos homens. A vitória das divindades tutelares, boas, é que forneceu a ESTABILIDADE para as estações, de modo a manter as plantações, os animais, a abundância das águas e viveres e assim propiciar a condição da vida florescer e dos homens viverem.

As ESCRITURAS também narram essa tradição:

Jó 26.10- 13 Traçou um círculo à superfície das águas, até aos confins da luz e das trevas. 11 As colunas do céu tremem e se espantam da sua ameaça. 12 Com a sua força fende o mar e com o seu entendimento abate o adversário. 13 **Pelo seu sopro aclara os céus, a sua mão fere o dragão veloz** (serpente veloz/fugitiva)

Salmo 74.13-17 Tu, com o teu poder, **dividiste o mar; esmagaste sobre as águas a cabeça dos monstros marinhos.** 14 Tu despedaçaste as cabeças do leviatã e o deste por alimento às alimárias do deserto. 15 Tu abriste fontes e ribeiros; secaste rios caudalosos. 16 Teu é o dia; tua, também, a noite; a luz e o sol, tu os formaste. 17 Fixaste os confins da terra; verão e inverno, tu os fizeste.

A mitologia de diversas fontes antigas (Suméria, Índia, Mesopotâmia, Anatólia, Grécia e Canaã) traz traços comuns: (a) um monstro repressivo impedindo a criação; (2) a derrota do monstro por um deus heróico que então libera as forças essenciais para a vida e (3) o domínio final do herói sobre estas forças. Nesses mitos do antigo Oriente Próximo Raabe e Leviatã são sempre identificados como estes monstros anti-criacionais.

No Antigo Testamento, o dragão é, algumas vezes, chamado de Leviatã, e ele também é dito como um ser com mais de uma cabeça (Sl 74.14), e é chamado de tannîn 'dragão', descrito como a 'serpente tortuosa' (Is 27.1). Nos textos Ugaríticos, nós lemos algo similar, falando de um dragão (tnn) de sete cabeças chamado tanin.

Em outros textos, no próprio livro de Jó, Leviatã aparece com outros nomes, como Yam e Raabe:

Sou eu o mar [yam], ou o monstro das profundezas [tannin], para que me ponhas sob guarda? (Jó 7:12) Deus não refreia a sua ira; até o séquito de Raabe encolheu-se diante dos seus pés. (Jó 9:13)

Com seu poder agitou violentamente o mar; com sua sabedoria despedaçou Raabe. Com seu sopro os céus ficaram límpidos; sua mão feriu a serpente arisca. (Jó 26:12,13)

Todas as narrativas tratam de um evento cósmico, que foi relido de acordo com os pressupostos mágicos, religiosos e culturais, há uma história principal que foi adaptada de acordo com o folclore nacional dos egípcios ou mesopotâmicos. **Há um evento espiritual, possivelmente relacionado a uma guerra espiritual, a um enfrentamento de potestades ou poderes espirituais não TESTEMUNHADOS pelo ser humano que foi transmitido em forma de um conto, uma parábola ou uma representação.** Mais uma vez, algum mago ou profeta recebeu de DEUS uma imagem, um sonho, uma representação, seja de uma guerra angelical, seja da revolta de Satanás, seja de uma frustrada tentativa de destruição do COSMOS, que inclusive as ESCRITURAS afirmam terem sido ABALADOS em algum momento:

“Aquele, **cuja voz outrora abalou a terra, agora promete: “Ainda uma vez abalarei não somente a terra, mas de igual modo todo o céu”.** Heb 12.26

Uma imagem literária, uma representação de um acontecimento cósmico cujos detalhes o Espírito de Deus não nos revelou, gerou, no inconsciente dos povos, uma mitologia, uma cosmogonia. Baseada em monstros. O Espírito de Deus REPRESENTA, tipifica, CONDENSE significados em FIGURAS. A mulher que se assenta na besta em Apocalipse é um exemplo dessa PEDAGOGIA. Os povos receberam em algum momento uma VISÃO, uma REPRESENTAÇÃO de coisas espirituais. Só que não possuíam SABEDORIA para interpretar. Tomavam os sonhos, visões, revelações ao pé da letra. O monstro visto num sonho era tido

como um monstro de verdade, que habitava alguma região oculta do universo mágico.

O rei como representante dos deuses que “defenderam” a terra e o universo no passado longínquo, recebe a ‘incumbência mágica” ou espiritual de CONTINUAR FAZENDO ISSO, de modo representativo, de modo ritual, de modo MÁGICO. Ele, o sucessor, o descendente dos deuses heróis do passado, agora, através de RITOS, continuará IMPEDINDO o retorno desses monstros. Nos Animes e Mangás japoneses há vasta referencia a luta de herói contra monstros. A antiga inspiração desses contos é na verdade a luta dos reis contra os poderes do caos.



O faraó, por exemplo, realizava em cada estação do ano rituais nacionais para a **manutenção** das estações do ano. O cosmos era, ao menos ritualmente, REGIDO, pelo rei da antiguidade.

O REI COMO CENTRO DE CULTOS GOVERNANTES

Embora um culto faraônico ocasionalmente existisse no Egito, o culto do governante difere inteiramente da realeza sagrada porque o primeiro surgiu de impulsos políticos. O culto ao governante, geralmente desenvolvido em um país

ou império com muitos povos e muitas religiões, era um dos meios de poder do governante. O sincretismo, a fusão de várias crenças e práticas, muitas vezes conseguiu reunir motivos religiosos e não religiosos completamente diferentes. Alexandre, o Grande (que estabeleceu um império de muitos povos e religiões), por exemplo, revelou um esforço consciente de continuidade com o reino egípcio, na medida em que o oráculo do deus egípcio Amon em Sīwah o designou como filho de Amon e, portanto, o sucessor dos faraós. Entre os diadochoi (sucessores de Alexandre) da primeira geração, o culto ao governante permaneceu limitado, mas, sob Ptolomeu II Filadelfo do Egito (reinou de 285 a 246 aC), tornou-se uma instituição estabelecida que estava ligada ao deificado Alexandre. Quando o culto ao governante foi transferido para Roma, o imperador Augusto (reinou em 27 aC – 14 dC) permitiu que ela fosse praticada apenas no leste em conexão com a adoração da deusa Roma – embora ele permitisse que ela fosse praticada com menos restrições nas províncias ocidentais recém-conquistadas; a adaptação de honrar o divino César (ou imperador de Roma) logo se tornou, no entanto, uma importante expressão da unidade do império. Resistência séria ao culto imperial foi encontrada apenas entre as duas religiões monoteístas radicais: o judaísmo (por exemplo, contra Antíoco IV Epífanes da Síria em meados do século II aC) e o cristianismo. Os cultos dos governantes helenísticos e romanos nunca geraram um movimento religioso forte. Os sacrifícios trazidos ao rei (imperador) datam do antigo costume de trazer tributo ao rei (ou chefe). A partir dessa prática, desenvolveu-se o costume de trazer oferendas ao rei falecido.

CERIMÔNIAS REAIS - MODOS DE SELEÇÃO E SUCESSÃO

No início, a sucessão ao governo não estava necessariamente ligada à realeza sacra; o rei sagrado também poderia ser eleito ou, por meio de uma luta de poder, também poderia receber uma unção divina, mágica ou sobrenatural. Se o filho primogênito do rei não foi estipulado para sucedê-lo ou se o rei não deixou filhos, muitas vezes ocorreram lutas severas pela sucessão, geralmente resultando em uma mudança de dinastia. A morte de um rei muitas vezes era mantida em segredo até que a sucessão fosse assegurada, devido ao perigo

potencial para o povo e o país. Para neutralizar os problemas de sucessão, havia rituais para garantir a continuidade do poder sacro. Nas culturas antigas o sucessor do chefe morto era colocado em contato físico com seu predecessor, seus utensílios ou suas roupas — ele tinha que ficar, por exemplo, na casa do chefe morto e usar seus utensílios. O funeral do rei morto ocorreu depois que o novo rei foi estabelecido em seu escritório ou pouco antes de sua coroação (como no Egito). Os esforços para garantir a sucessão mostram altos padrões regulatórios; no Egito, uma complicada teologia da sucessão ligava o novo e o velho rei como Osíris e Hórus. Durante a vida de seu pai, o príncipe herdeiro poderia ser designado como co-regente. A designação do sucessor muitas vezes vinha por meio de um oráculo, um sinal ou alguma outra manifestação da palavra do deus; Tutmés III do Egito (reinou de 1504-1450 aC), por exemplo, relatou como foi designado para a sucessão através do oráculo do deus Amon. No antigo Irã , após um interregno, a eleição do rei ocorria por meio de um presságio. O rei foi escolhido pelo deus; às vezes ele foi descrito como divinamente predestinado no ventre de sua mãe como o governante.

TIPOS DE LEGITIMAÇÃO SAGRADA DOS REIS

A coroação ou ascensão ao trono por um rei é um ato oficial que mostra mais claramente o caráter sagrado do reino. Até o século 20, duas características permaneceram nas coroações de reis e imperadores: através da ascensão ao trono, o rei é colocado acima dos outros homens, e o ato de ascensão está ligado a poderes sobrenaturais. Com esta ação começa uma nova era. No Egito e na Mesopotâmia, dois atos marcaram o início do governo do novo governante. Primeiro, com a morte do velho governante, o príncipe herdeiro assumiu o controle do governo e logo depois estabeleceu sua ascensão em uma celebração festiva. A coroação, que era vista como um novo começo cósmico, geralmente tinha que coincidir com um novo começo na natureza, como o festival de Ano Novo. As ações iniciais mais importantes da realeza sagrada – a ascensão ao trono e a coroação com insígnias e vestes reais – permaneceram as mesmas em muitas culturas. O trono, coroa, cocar, vestimenta (como sinal de dignidade) e

cetro (o bastão através do qual o governo é executado) originalmente se acreditava conter o poder através do qual o rei governava. A vestimenta estrela do rei persa simbolizava seu governo mundial, assim como o manto de penas dos reis do Havaí. Em muitas culturas, o trono, a coroa e o cetro são vistos como divinos e identificados com deuses e deusas. Essa visão foi especialmente expressa na teologia real egípcia: na oração do hinário durante as coroações, as coroas do Alto e do Baixo Egito foram tratadas como deusas da coroa vermelha e branca pelo rei. Na Índia, o trono personificava o reino. Às vezes, o trono que um novo rei ascende é visto como o trono do deus. A rainha egípcia Hatshepsut, por exemplo, foi anunciada por Hórus: "Você apareceu no trono de Hórus". Em muitas imagens egípcias, o rei está sentado no trono, e o deus está ao seu lado segurando uma mão sobre o rei.

Ao se tornar outra pessoa (um deus), o rei recebe **um novo nome**, um nome de trono. Os nomes dos tronos são conhecidos na África, Mesopotâmia e Egito (**onde os cinco nomes dos tronos compreendem toda a teologia do rei: nome de nascimento, nome real, nome do falcão, nome da serpente e um nome que designa o rei como herdeiro do poder dos deuses das estrelas**). No Irã, por exemplo, o rei é proclamado por seu nome real como governante mundial. Imediatamente após a proclamação do novo status do rei e seu nome real, as pessoas sujeitas geralmente evocam um grito de júbilo, como "Viva o rei". Uma variedade africana de resposta à proclamação é "Ele é nosso milho e nosso escudo", o que mostra a importância do rei para seu povo. Outra resposta à proclamação é uma oração pelo rei: orações africanas e polinésias; salmos egípcios, mesopotâmicos e israelitas; e hinos, como o hino britânico "God Save the King".

O ato de adoração de um rei é baseado no rito do trono, que é conhecido apenas em áreas com reis nacionais. Embora a ascensão ao trono e a coroação com investidura sejam mundiais, existem muitos outros rituais ligados à realeza sagrada. Entre estes estão a unção dos reis em Israel, Índia e Irã, que se originou como um ritual que dava força ao destinatário; pseudo-lutas (batalhas simuladas), das quais o rei sai vitorioso; limpeza ritual; e refeições rituais. A sobrevivência de elementos da realeza sagrada no Ocidente cristão é

especialmente retratada nos ritos de coroação. Dentro da arte cristã primitiva Cristo é mostrado como governante real em seu trono com uma corte real; ele é imperador e governante universal. A realeza sagrada também sobreviveu no papado, bem como no Sacro Império Romano (até que as palavras **Sacro Império Romano** foram retiradas em 1806). No papado, por exemplo, as cerimônias da corte empregam formas de tratamento que remontam à linguagem imperial dos antigos reinos sagrados: "Santo Padre" ou "Santidade".

PAPÉIS RITUAIS PRESCRITOS PARA REIS EM FUNÇÕES PÚBLICAS OU ESTATAIS

Muitos e diversos rituais expressam o conceito de que no chefe ou rei se concentra o bem-estar do país. Por ordem de um deus, um rei mesopotâmico pode se envolver em guerra; assim, seu saque foi colocado diante do deus no templo. Se o rei tomou uma decisão como juiz, foi por causa de sua sabedoria única como rei. Se ele mediava uma briga, as partes reconheciam seu poder supremo. O rei agiu para proteger sua terra contra o inimigo; após sua ascensão, em algumas áreas, o rei disparou quatro flechas nos pontos cardeais da bússola. Na África e no Egito, por exemplo, ele disse então: "Estou derrubando as nações, para vencê-las." Ele agiu para garantir a fertilidade e distribuir o poder de crescimento quando começou a semear o milho, a semente da tribo. Ele também era considerado o guardião do fogo da lareira (por exemplo, na África e em Roma).

O rei exerceu importante função através de sua participação nas grandes festas, que eram de extrema importância para a vida de seu povo. Em tais festas, várias funções eram diferenciadas: (1) sacerdotal, como quando o rei presidia os sacrifícios, rezava e dava a bênção, e (2) participação cultual, como quando o rei participava do *drama de culto*. A origem do drama cult como um evento espontâneo ainda é evidente - por exemplo, entre os Asante na África -, mas teve sua expressão mais plena na Mesopotâmia e no Egito. No festival Sed no Egito, o rei, como governante, renovou seu governo sobre o mundo inteiro. No Festival de Ano Novo sua ascensão ao trono foi renovada; e no festival de Min, o deus da força vital e da reprodução, o rei desempenhou um papel significativo.

Na Mesopotâmia, os festivais originários do drama cultual tinham grande importância, especialmente o Festival de Ano Novo da Babilônia. Os acontecimentos do épico Enuma elish, que descreve a vitória de Marduk sobre os poderes do caos e a resultante criação do universo foram recriadas no drama cultual do festival de Ano Novo, no qual o rei representava Marduk, o vencedor e criador. Outro drama de culto representava a morte e ressurreição do deus da vegetação, em que os participantes em procissões de luto procuravam o deus desaparecido (representado pelo rei) e se regozijavam com seu retorno triunfante. Ainda outro drama de culto mesopotâmico foi o casamento sagrado que o deus Dumuzi celebrou com a deusa Inana. No "casamento sagrado" o rei e uma sacerdotisa representavam o deus e a deusa, e através de sua união sexual as forças de crescimento e fertilidade na natureza eram renovadas. Esses dramas de culto se originaram no início da pré-história, quando os deuses eram identificados com as forças da natureza e as ações de culto eram entendidas como exercendo influências diretas sobre a natureza. Na festa do Ano Novo persa, o rei aparecia como matador do dragão, cujo governo se identificava com a estação seca.

Há um instante na história humana quanto a realeza em que o rei ocupava a posição de mediador entre o povo e os deuses também implica que o rei pode ter que expiar e sofrer pelo povo do culto. Onde as funções de sacerdote e de governador se somam. Mesmo em reinos onde havia um sacerdócio pré-estabelecido, os ofícios muitas vezes se misturavam ou se confundiam. Em diversas culturas certos atos litúrgicos eram oficiados não pelos sacerdotes, e sim pelo rei. Isso significa que absolvição e a reintegração do rei significavam a renovação da terra e do povo. Talvez por trás dessa teoria estivesse um ritual semelhante ao encontrado entre as coroações africanas da pré-história (como, por exemplo, entre os Asante) em que o rei era espancado por sacerdotes antes de sua posse.

FORMAS RITUAIS PECULIARES AOS REIS E SUAS FAMÍLIAS

O status especial do rei sacro necessariamente também influencia sua vida privada. A fim de manter a força sobrenatural habitando dentro dele, o rei teve

que observar uma série de regulamentos e tabus nos detalhes de sua vida diária. A isso pertence a separação temporária – em alguns casos, o rei vivia completamente separado (por exemplo, na África). O rei muitas vezes aparecia apenas para audiências, em grandes festivais ou ocasiões especiais – às vezes com véu (como no Irã) ou com uma máscara. Também houve especial tabus alimentares: ele não tinha permissão para comer certos alimentos ou pode ter que beber apenas de um certo poço. O costume do rei tomar suas refeições sozinho é muito difundido. O tema isolamento-separação na realeza sagrada também aparece nos cerimoniais da corte: o rei deve ser abordado apenas de uma certa distância medida; uma pessoa que se aproxima do rei deve se ajoelhar; se o rei for encontrado, a cabeça do súdito deve ser coberta com as mãos (como no Irã); o rei não deve ser tocado; e ele não deve tocar o chão. Visto que o rei está cheio de poder sobrenatural, tudo o que ele toca pode assumir um pouco desse poder (como no Taiti). Tais proscricções e tabus para a vida privada do rei são especialmente evidentes na África, mas também ocorrem na Polinésia e na Micronésia, na Ásia Oriental e no antigo Oriente Médio. O caráter divino ou sobre-humano pertencia não apenas ao rei, mas também, em menor medida, à sua família. A consagração do rei poderia envolver incesto ritual. A participação da família na condição sacra do rei foi evidenciada em vários lugares (eg, Egito) onde, com a morte do rei ou da rainha, membros da família real e da corte eram mortos ou enterrados com eles. Os casamentos entre irmãos em algumas áreas evidenciam esse tipo de ideologia real.

A ENFERMIDADE DO REI

O rei da antiguidade descendia dos deuses, logo herdava alguns atributos semidivinos. Os deuses do passado não eram IMORTAIS, os deuses de várias culturas MORRIAM e renasciam ou passavam seus atributos divinos para outras divindades. A enfermidade era sempre associada a uma maldição, a presença ou manifestação de espíritos malignos. Todos os procedimentos para cura de uma doença sejam no Egito ou na Mesopotâmia procuravam o alívio das dores e a expulsão dos espíritos que causavam as enfermidades. O rei sendo descendente

dos deuses deveria ser IMUNE ao ataque das enfermidades. Se ele que descendia dos deuses estava amaldiçoado, ferido ou enfraquecido significava que muito grande era o mal, o poder dos espíritos ou a maldição que estava sendo lançada contra a nação. Na verdade, cria-se que a feitiçaria poderia tocar pessoas comuns. Mas, um rei era protegido pelos mais renomados e poderosos feiticeiros, magos, xamãs e sacerdotes. Logo, o poder que se abatia sobre um rei deveria ter origem DIVINA. E se eram os DEUSES que haviam lançado a praga, doença, enfermidade ou mal sobre o rei, significava REJEIÇÃO. Por isso um rei enfermo deveria ser substituído ou morto. Por isso era comum os reis do passado ESCONDEREM por completo como segredo de estado, um estado de doença ou enfermidade.

Quando um rei começava a envelhecer, dizia-se na África: "A grama está murchando". Para preservar o crescimento e o bem-estar da terra, era necessário matar o rei idoso para que seu poder pudesse ser transferido para um sucessor. A matança compulsória do rei foi generalizada entre muitos dos povos não-semitas no norte da África; e entre alguns povos o assassinato do rei ocorreu após um determinado período de tempo e foi integrado ao ritmo ritualístico cósmico. O verdadeiro significado da morte do rei se mostrava em rituais em que o sangue do rei assassinado é misturado com a semente de milho, que então se tornava especialmente fértil.

O REI E O SACERDÓCIO

Dada a estreita relação do rei com os deuses, sua figura se confundia com a do sacerdote em muitas ocasiões. Era o rei que deveria interceder pelos pecados da nação, era o rei que deveria realizar atos cerimoniais que envolvesse o bem-estar espiritual da nação. Na medida que o sacerdócio e o xamanismo vão se especializando, os cargos vão se definindo até haver uma exclusividade sacerdotal nos cultos e templos, ainda que com a presença real em grandes festividades religiosas. Na sociedade judaica essa distinção se dá na própria formação do povo israelita. Em Genesis veremos um rei, de Jerusalém, Melquisedeque que une na sua pessoa os cargos sacerdotal e de rei, porque em muitas nações o chefe do estado também era seu maior sacerdote.

Os deveres religiosos muitas vezes estão ligados ao ofício de chefe, que também é sacerdote ou vidente e fazedor de chuva – tudo em um. Correspondentemente, em sociedades não tribais, as funções de culto pertencem ao ofício do rei. Na 3ª dinastia de Uruk, Lugalzaggisi é descrito como rei do país, sacerdote do deus Anu (o deus dos céus) e profeta de Nisaba (deusa das ervas e da escrita).

Quando uma divisão de funções evoluiu, as funções sacerdotais intrinsecamente reais e outras funções de culto foram transferidas para sacerdotes, videntes e outros servos do culto; o antigo conceito do rei como sacerdote, no entanto, sobreviveu de alguma forma por milhares de anos. O rei egípcio era o sumo sacerdote da terra e o superior de todos os sacerdotes e outros funcionários do culto. Em muitas imagens, ele é retratado presidindo os grandes festivais e trazendo oferendas aos deuses. Os sacerdotes posteriores desempenharam suas funções como seu representante. Na Mesopotâmia, o rei era visto como o mediador cultural entre deus e o homem. Como chefe de todos os sacerdotes do país, teve importantes funções culturais na festa de Ano Novo. Em situações críticas, o rei pode emitir um oráculo de bênção; através dele a terra seria prometida a salvação, que muitas vezes era acompanhada pelas palavras: "Não temas!" O rei persa realizava o sacrifício na oferta do cavalo e também era o "guardião do fogo". Em todas as questões de religião ele era a mais alta autoridade; ele também era o mais culto dos magos. O rei em Ugarit (em Canaã) também desempenhava funções sacerdotais e como profeta era o receptor de revelações. Como outros monarcas do Oriente Médio, o rei hitita era o sumo sacerdote.

A relação entre a realeza sagrada e as funções de culto sacerdotal estendeu-se por amplas áreas geográficas e épocas históricas: Ásia Oriental, China, Japão, Índia, Europa (entre os reis germânicos e escandinavos), África (nos grandes impérios) e Madagascar. Às vezes, a divisão de funções acarretava a transferência do título régio para aqueles que exerciam funções cúlticas. Na África, desde os primeiros tempos, havia um tipo de rei que era chamado de senhor da terra; ele originalmente combinou funções políticas e cúlticas, mas, com a mudança dos tempos, manteve apenas as funções cúlticas. A estrita separação do ofício sacerdotal daquele do rei, como na Índia, onde rei e sacerdote pertencem a castas

diferentes – Kshatriya e Brahman, respectivamente – é uma exceção incomum, no entanto.

O rei pode ser o destinatário de uma revelação direta da vontade de um deus. Assim, no Egito o faraó recebia um oráculo divino através de sonhos no templo (prática conhecida como incubação). Na Mesopotâmia, o dever do rei de verificar a vontade dos deuses era mais fortemente enfatizado; uma diretriz dos deuses poderia resultar de presságios, sonhos ou leitura das entranhas de oferendas. Todos os grandes empreendimentos do rei dependiam das diretrizes do deus, que deveria ser consultado com antecedência. Um divino direto A revelação a um rei é relatada na Bíblia hebraica em I Reis, capítulo 3, que fala de um sonho do israelita Salomão do século 10 aC, no qual ele recebeu a promessa do dom da sabedoria. Da mesma forma, em Gênesis, capítulo 41, Yahweh, deus dos hebreus, dá ao faraó uma diretriz em sonho.

O REI XAMÃ

Em muitas tribos e clãs, a religião dominante é xamânica, onde a interação com os poderes espirituais se dá através de um mago, xamã ou pajé. Não existe uma estrutura religiosa ou um templo, mas a crença em forças, poderes espirituais e na operação de demônios, onde Deus está distante do reino dos homens que são influenciados por poderes espirituais presentes em rios, árvores, animais ou na terra. A intermediação com espíritos se dá através de um xamã, que principalmente na África assumia o papel de rei de uma tribo, sendo o responsável por práticas mágicas, como a invocação da chuva e das estações. No desenvolvimento dos povos e civilizações africanas os magos e pajés assumem funções distintas, havendo uma família real que é legitimada pela magia dos xamãs, por seus rituais e sua influência. Os xamãs migram assim para papéis divinatórios ou de aconselhamento espiritual. Porém os laços são muito fortes entre o chefe xamã de uma tribo e os seus governantes. Na prática significa reis que se legitimam através de práticas de feitiçaria, que realizam rituais consagratórios de proteção e prosperidade que por vezes se consumava com sacrifícios humanos. As práticas de expansionismo e guerras tribais fortalecia a tendência a rituais de proteção, de roubo das virtudes de guerreiros vencidos, de

modo mágico, para que os poderes presentes, nos corpos dos guerreiros e em artefatos que a tribo vencida possuísse, agora fizessem parte da coleção espiritual do rei vencedor. Nas Escrituras temos reis de Moabe que invocam os serviços de um xamã ou feiticeiro de nome Balaão e na própria sucessão de reis israelitas um rei feiticeiro, Manassés.

O REINO E OS PODERES ESPIRITUAIS

A compreensão do mundo espiritual também era ordenada em função do conceito de reino. Então os demônios, entidades, espíritos ou poderes principais seja no reino dos mortos, na esfera dos demônios, no mundo dos fantasmas, possuíam reis e rainhas. Era compreendida uma ORDEM em que espíritos que operavam males fossem servidos, fossem dominadores sobre um grupo ou casta. Então existiam entre os demônios nomeados ou poderes de desgraça reconhecidos, uma hierarquia. Esses espíritos então agiam como governantes em seus reinos ou áreas de atuação. As Escrituras nomeiam uma dessas entidades que a cultura judaica conheceu, Belzebu. O apóstolo Paulo quando descreve aos poderes espirituais como uma estrutura que reflete um REINO, com Potestades, Poderes, Soberanias, que eram divisões políticas dos reinos de sua época. Jesus refere-se ao “príncipe deste mundo” quando se refere a Satanás em determinado momento. Ou seja, há um reflexo do conceito “REINO” que pode ser uma REMINISCENCIA da eternidade ou uma IMITAÇÃO de estruturas de governo arcaicas, no “reino” invisível dos poderes espirituais.

OS REIS E OS MORTOS

Uma vez que a legitimação da família real era feita através da descendência e que o poder de governo de um rei era imprescritível até sua morte, era de suma importância compreender os efeitos da morte em várias esferas do reino da antiguidade. Um reino uma vez formado era feito para durar eternamente. Caso não houvesse sedições, guerras, motivos como tragédias ou epidemias que

vitimassem uma nação, os reinos terrenos possuíam um reflexo de eternidade, mantidos pela hereditariedade e pela herança. Porém o reino humano se estendia até a dimensão dos mortos. Credo na vida após a morte, numa esfera de vida no além-túmulo os reis ansiavam manter sua corte mesmo após sua morte. Nos antiquíssimos túmulos de reis antes do reino do Egito e na China, assim como de pessoas abastadas a arqueologia escavou não somente tesouros, mas o corpos de todos os serviçais de um determinado rei. Os antigos governantes chineses de Shang foram enterrados com vários membros de suas famílias e alguns de seus bens. Quando faleceram, foram enterrados com muitos de seus servos que foram mortos porque eram considerados parte da vida do governante morto. Muitos de seus servos, concubinas e atendentes tiveram que aceitar o fato de que, quando seu governante morresse, eles também o fariam. Milhares de escravos também foram encontrados nos enormes túmulos e foram **enterrados como objetos que pertencem ao imperador**. Arqueólogos encontraram vasos de bronze em muitos túmulos dos governantes Shang e esses potes continham alimentos como carne, peixe, pão queimado e legumes. Os potes também foram colocados na sepultura para que pudessem ser usados pelos imperadores no reino espiritual. Alguns **imperadores Shang também enterravam suas esposas em seus túmulos**, mas essa prática começou a desaparecer com o tempo. Os espíritos dos falecidos deveriam permanecer próximos aos túmulos onde seus corpos foram colocados. Assim, os utensílios também estavam disponíveis para os espíritos que partiram usarem quando fossem necessários. Porque os reis desejavam estender e dar continuidade a seu reino na esfera da morte. No Egito o ritual da abertura da boca da múmia do faraó a ser realizada por um de seus descendentes era de suma importância para sua vida pós-morte. Porque somente se esse ritual fosse realizado em sua múmia sua porção espiritual que migraria para o além teria "voz" para se defender das acusações e se "justificar" diante da deusa da verdade e assim obter o direito a "vida-eterna" ou a participar do reino celestial dos deuses, se tornando uma estrela no cosmos. Os reis antigos eram venerados por rituais porque eram compreendidos como "vivos" ou operando em alguma região celestial. Por isso seus túmulos eram adornados e manjares eram oferecidos em datas específicas e essa tradição era um ritual importantíssimo para muitas dinastias do passado

em especial para as asiáticas. Deixar de prestar “culto” aos mortos, ou celebrações poderia trazer o infortúnio para o reino presente. Os reis representavam até certo ponto, a presença “humana” da divindade na terra, afinal era um descendente de antiquíssimas divindades. E sua morte era motivo de tremendo luto. Esse luto era nacional e ritual. A celebração de luto por um rei antigo que morreu possuía muitas dimensões. Eram acontecimentos gigantescos, exigiam oferendas especialíssimas, a queima de quantidades exorbitantes de perfumes e a manifestação de angústia, choro e tristeza dos súditos num grau incomparável. O ritual de luto pelos soberanos tem seu apogeu e sua padronização a partir do enterro dos faraós. E o luto era uma obrigação dos nobres, das famílias sacerdotais, de grupos especializados de carpideiras, de músicos e toda sorte de representantes. Porque uma das exigências para obtenção da “justificação” requerida aos deuses pelos faraós era de terem sido generosos, justos e tratado com dignidade os que com ele conviveram. E a prova disso era o choro convulsivo, a gritaria, a manifestação de pesar, que deveria ser ouvida até os confins do reino da morte. Na esperança que Ma’at e outros deuses ouvissem e tivessem compaixão do faraó. Então o luto pela perda de um rei da antiguidade refletia a morte divina, como se um deu-homem houvesse morrido.

O TUMULO REAL

O tumulo real era um lugar sacro, e gerava a obrigação da família real reverenciar os reis antepassados. As datas de homenagem eram parte do protocolo da família real e fazem parte das obrigações de muitas dinastias reais do passado, incluindo em determinados períodos, a hindu, egípcia, semitas e asiáticas. Os cemitérios indígenas ao redor do mundo são considerados terra sagrada, e os túmulos dos antigos pajés e chefes da tribo reverenciados com oferendas, colares e cocares. Em alguns momentos os reis do passado iam diante dos túmulos conversar com seus antepassados, em busca de conselhos em momentos difíceis do reino.

A SANTIDADE DO REINO - AS CONSEQUÊNCIAS CÓSMICAS DOS PECADOS DA FAMÍLIA REAL

O conceito de santidade e do sagrado estavam relacionados a *uma conduta que respeitasse as leis divinas e que alegrasse ao coração dos deuses*. Ser santo, no conceito do mundo religioso antigo era similar, apesar de distinto com relação ao rituais, com o conceito hebraico, contido no termo **QADESH**, separado. O conceito de santidade vem do serviço ou consagração de uma pessoa a uma determinada divindade, que era servida por alguém que normalmente habitava o conjunto ou salas dos templos. A pessoa consagrada vestia os ídolos, colocava e retirava as ofertas de flores e de manjares diante das estátuas, era ela que ungia com óleos e perfumava o local do santuário. Muitas eram escravas deste serviço. Famílias sacerdotais exclusivas dedicavam serviços aos templos, em alguns casos essas pessoas não casavam não tinham filhos. Órfãos e crianças desamparadas (filhos e filhas de pais desconhecidos) eram dedicados a serviços dos templos, que cresciam na esfera dos templos. Algumas dessas crianças que se tornariam sacerdotes e sacerdotisas eram fruto de prostituição cultural, eram filhos em pais, filhos de sacerdotisas que desempenhando o papel de deusas da fertilidade tiveram relações com fiéis das deusas e ao engravidarem involuntariamente dedicavam ou consagravam as crianças aos templos da antiguidade. Essas crianças sacerdotais, eram designadas de "santas". O segundo significado do termo santo, além da **dedicação** é o de **consagração**. Consagrar é dar, doar, entregar uma coisa aos deuses. Uma coisa doada ao templo, pertence aos deuses. A coisa consagrada só pode ser utilizada para os fins de sua consagração. Os vasos e utensílios não poderiam ser usados em nenhuma atividade que não estivesse relacionado ao serviço das divindades, por exemplo. Porque consagrar significa em última instancia, uma doação de algo aos deuses. De onde vem a noção de pertencimento. Pertence ao deus tal. É posse inalienável, imprescritível. O último sentido do termo santidade é que tudo que é dedicado aos deuses, **recebe a presença dos deuses**. Seu poder, sua essência estão no objeto, purificando-o. Logo os amuletos, estatuetas, vasos, representam aos deuses porque os olhos deles estão vigiando suas coisas e seus poderes estão unguindo, tocando, envolvendo a coisa consagrada. Então o termo santidade se relaciona a pessoas cuja vida era dedicada ao serviço dos deuses, algumas de modo integral, **dedicada**, a coisa que era doada aos deuses, **consagrada** e aquilo que possui o caráter divino, **uma coisa santa**, porque os deuses a consideram

propriedade pessoal, e seu poder as purifica. A família real recebe o conceito de família sagrada por sua ascendência. A família real era separada, santa, porque possuía o caráter divino herdado por descendência, sendo distinta das famílias humanas. Como se essa santidade fosse transmitida de geração em geração. Ela não se tornou santa por dedicação, por consagração ou por purificação. Ela recebeu isso como herança da natureza divina dos deuses que deram origem a linhagem real. Logo sua conduta deveria ser também excepcional, e suas atitudes fossem de caráter interno ou externo, irrepreensíveis. Como o ser humano, sujeito as paixões humanas dificilmente seria considerado perfeito diante dos deuses, por perfeito compreenda-se irrepreensível no cumprimento das obrigações de culto e no trato com os que estavam ao seu redor, sem considerar a condição da alma, antes a conduta, a santidade da família real tornou-se somente RITUAL. Manter sua santidade era vestir-se de determinado modo, comer determinadas refeições, unir-se em matrimônio a pessoas de famílias consideradas dignas, celebrar as festividades religiosas e presidir determinados ritos das divindades nacionais e seguir as determinações de justiça requeridas pelas leis oficiais. Porém a quebra da continuidade desses rituais ou das leis, a infidelidade dos príncipes, reis e rainhas, a conduta indecorosa, o desrespeito às tradições, aos cultos, e às festividades poderia acarretar graves consequências espirituais a nação. Porque a família real representava em alto grau diante dos deuses, a toda sua nação.

A REPRESENTAÇÃO DA SANTIDADE REAL

O ser humano tem nítida noção de sua pecaminosidade. Porque as leis divinas estão estampadas em seu espírito. Todos os povos possuem essa representação expressa por suas consciências, que se reflete em seus comportamentos, no reconhecimento de atos de dignidade ou indignidade, sendo traduzido o conceito de pecado de modo imperfeito em padrões de conduta e convivência, usos, costumes, preceitos religiosos e por fim, preceitos mágicos. A perfeita conduta do homem para com os deuses é impraticável em virtude das paixões e desejos carnis humanos. Tendo em vista a imperfeição moral in natura, a incapacidade de não desejar o mal, ainda que não o realize, a santidade interna

desejada, a integridade espiritual almejada foi transformada em atos exteriores, em padrões de conduta, em rituais. O homem, no caso, a família real se APRESENTAVA santa ou santificada pelo cumprimento de ritos. E APARENTAVA santa através de PROTOCOLOS. A família real era SEPARADA, distinta através de leis que impediam, por exemplo, o CONTATO FÍSICO com os governantes. A família real era, LITERALMENTE em muitas civilizações, intocável. Tocar num faraó ou num rei chinês da antiguidade era punível com a morte. Sunnandha Kumaritana, rainha da Tailândia, 1880, intocável, morreu afogada porque seus subordinados eram proibidos de tocá-la. A alimentação da família real era SEPARADA, havia um STATUS da refeição real e determinados alimentos eram praticamente de uso exclusivo do rei, ou compartilhado com convidados somente em ocasiões ou festividades especiais. Como na festa de Xerxes, rei persa, que num ato de tremenda benevolência permite que centenas de convidados desfrute dos manjares reais por um período razoável (Livro de Ester).

O VINHO REAL

A adega do rei era também exclusiva, os vinhos reais dedicados a libação de deuses e ao uso exclusivo dos reis e da família real. As vinhas reais produziam uvas separadas, esmagadas e misturadas a especiarias, que com o conhecimento de especialistas era feito o vinho real. E de exclusividade uso da realeza. Com o tempo, e para aumentar a receita do palácio, os vinhos especiais foram vendidos e comercializados ao público. O vinho do Egito, um dia exclusivo da mesa de faraó, era um dos mais conhecidos da antiguidade.

EXCLUSIVIDADE

Assim também os perfumes, cosméticos, adornos, determinados tecidos e padrões de vestimenta e especiarias. Na china antiga havia cores exclusivas para o uso da família real. Um plebeu, ou trabalhador que vestisse as padronagens ou usasse as cores exclusivas da realeza seria severamente punido. Veja que o óleo da unção e os perfumes de incenso queimados no tabernáculo israelita possuíam um caráter de exclusividade similar aos dos perfumes e óleos reais. Num resumo, os dons da família real tinham um caráter de exclusividade, santidade ritual ou por tradição, porque de certo modo pertenciam a uma família divina, possuindo a natureza dos dons oferecidos aos deuses.

Esse conceito de EXCLUSIVIDADE deriva do conceito de SANTO. Por motivos econômicos no desenvolvimento da sociedade, os itens que pertenciam a família real se tornarão bens de desejo nacional. Serão transformados nos bens de consumo mais desejados entre os manufaturados no reino. Todos gostariam de possuir coisas a que "somente os deuses" possuíam acesso. E essa estética influenciará propaganda e o mercado até os dias atuais. O poder econômico substituirá a essência da nobreza da família real do passado e a nobreza que era fruto de uma ascendência divina migrará socialmente para os filhos e filhas dos magnatas das indústrias, conglomerados, corporações e instituições financeiras. A estética dos perfumes reflete o sonho da realeza, do poder de adquirir produtos exclusivos, inalcançáveis pela pessoa que não possua abastados recursos.



AS CONSEQUÊNCIAS CÓSMICAS DOS PECADOS DA FAMÍLIA REAL

A quebra dos protocolos, a rejeição de tradições da antiguidade, mágicas, de origem que muitas vezes já haviam sido perdidas no tempo, a iniquidade ou impiedade dos atos da família real, assim como desrespeito aos cerimoniais e honra devida aos antepassados eram considerados atos de pecado, de transgressão da família real sujeita a desaprovação dos deuses ou espíritos protetores da nação. O rei era legitimado pela unidade com os deuses. Havia ritos em que uma divindade adotava ao rei, e ao se tornar filho adotivo recebia

prerrogativas divinas. Havia em certas civilizações o rito do casamento divino, onde uma sacerdotisa representava o papel de uma deusa e tinha relações sexuais como num rito de casamento que tornava o rei conjugue da deusa. Em contrapartida até rainhas que herdaram reinos sem esposos, pela viuvez, pela morte em batalha, também se submetiam a rituais semelhantes. Fossem atos de sexo reais ou simulados, com a interação com sacerdotes, que representavam os deuses ou dramatizando o rito conjugal por meios estranhos, insalubres. Como no caso de determinadas dinastias indianas em que a rainha tinha que passar por rito mágico com introdução de objeto de origem animal em seu corpo. A ideia mágico-religiosa era uma comunhão, relação de proximidade, de amizade, de parentesco e até natureza com o divino a partir de rituais.

A transgressão então quebraria tais pactos, anularia esses cerimoniais, como um divórcio entre o rei e a deusa, como ato que afastaria a família do acesso ao reino divino. O reino terreno refletia um reino divino. Embora o rei fosse soberano sobre os homens, permanecia submisso aos céus, sendo súdito dos deuses. Como se fosse um ministro, uma embaixada terrena desse reino celestial. A perda dessa posição era o resultado do pecado. Então a nação administrada perderia a ligação entre o reino celestial e o terreno onde o rei era o intermediário maior. Se um sacerdote errasse levava sobre si mesmo sua iniquidade. Se um rei errasse derramava sobre a nação a consequências de seus pecados.

AS OBRIGAÇÕES DOS REIS DIVINOS

Há uma relação entre o ser humano e os deuses e uma universalidade dos princípios espirituais e mágicos que ordenam os ritos religiosos do mundo antigo. Os deuses dos antigos eram semelhantes aos homens. Participavam de tragédias pessoais, traições, sedições, paixões, decepções amorosas, atos impulsivos, ora arrebatados pela ira ou pela indignação. Servir a deuses no passado era como servir a uma corte real desajustada, onde os ânimos humanos estão elevados a uma condição cósmica. As imperfeições humanas estavam personificadas na conduta dos deuses. E logo os deuses tinham fome, sede, e podiam ser destituídos de seus cargos e até mesmo morrer.

Além desse pano de fundo, os povos compreendiam que toda tragédia era fruto de três coisas.

- a) Benevolência divina ou juízo ou vingança divina,
- b) poder ou presença de demônios,
- c) e pecado humano, pela maldade contra semelhantes ou por desagrado aos costumes, leis, preceitos dos deuses.

O sagrado, que era respeitado através de obrigações, rituais, condutas, veneração dos símbolos sagrados, manjares ou ofertas contínuas, atos de culto obrigatórios da comunidade, respeito a tradições sagradas, taboos, usos e costumes, a afronta ao sagrado gerava ira divina. Gerava obrigação de expiação do pecado, ou como consequência a morte do pecador pois um homem ou mulher debaixo da ira divina estava numa condição de maldição contaminante. As desgraças atingiriam não somente ao pecador, mas a toda a comunidade. O maldito atrairia a demônios, a espíritos malignos, de enfermidade, de desgraça. Daí que as antigas religiões expiavam pecados com sacrifício humano. Até iniciar uma evolução no pensamento mágico e imaginar a ideia de **Substituição**. Em vez de matar um ser humano se iniciou a oferta de animais. Em vez de sacrifícios humanos reais, iniciou se a representação destes sacrifícios. E finalmente para evitar aos demônios, a prática da feitiçaria e da mágica através de **totens**.

Os reis primitivos criam que seus bens os acompanhariam para o mundo do além.

O TESOURO REAL

Era com as riquezas acumuladas por tributos que os reis construía os monumentos que os glorificariam. Do dinheiro dependia a estrutura palaciana que consumia considerável valor dos tributos. (pegar do celular)

O rei e os tesouros

A realeza da antiguidade relacionava a riqueza a boa-sorte, e ao poder. Era motivo de vaidade, símbolo do poder. Porque as riquezas alugavam os mercenários, aparelhava exércitos nacionais e alugava exércitos estrangeiros. E

simbolizava a grandeza de um reino que almejava a glorificação e a eternidade. Cidades, castelos, monumentos, e festividades com músicos e dançarinas e a apresentação da família real com figurinos exclusivos, joias trabalhadas, adornos em pedras preciosas e ouro. Há na época de ouro dos quadrinhos da Disney no Brasil a revista do Tio Patinhas em que por vezes disputava com seus maiores rivais a posição de pato mais rico do mundo. Pataconcio e o riquíssimo Mc Money. Em certa disputa Mc Money e Patinhas transformam todos seus bens, plataformas de petróleo, minas de ouro e diamantes, ações, em MOEDAS. Ajuntam em montes gigantescos e por pouco Patinhas vence. Noutra comparam por dias em discussões seus bens. No final compreendem que são semelhantes em tudo. Menos numa bola gigante de barbante que os *pães-duros* economizavam catando nas ruas pedaços de barbantes. Decidem ir pra África desenrolar, o único lugar que tem uma planície que dava para ver quem tinha mais barbante.

O poder econômico sempre foi uma das bases do palácio antigo. Porque desde sempre o dinheiro, os bens, dominaram a sociedade. Vida e morte estão ao alcance de quem possui riqueza. O dinheiro era tido como dom divino. As classes abastadas como abençoadas, as castas pobres como amaldiçoadas, o dinheiro era poder econômico utilizado para engrandecimento e Divinização. Uma representação terrena do poder dos deuses. Os deuses dominam sobre a natureza. Os reis sobre tudo que pode ser comprado. A ostentação era então ritualizada, além de instrumento político, instrumento do imaginário para engrandecimento para manifestar propositalmente opulência e majestade. Essa ostentação visava o encantamento e admiração. Se no desenvolvimento da visão de desequilíbrio social, confronto entre classes, divisão marxista do mundo entre burguesia e proletariado foram temas recorrentes pós-revolução industrial, a riqueza foi estigmatizada como permanente fruto da exploração humana. Ela, para o marxismo é permanentemente destituída de qualquer tipo dignidade. Esse pressuposto é falho e mentiroso. A riqueza é de natureza complexa, uma joia encontrada, um poço de petróleo num terreno particular, uma receita de bolo, uma obra das mãos do artista, uma composição, um sorteio, uma herança. O que corrompe a riqueza é seu uso egoísta, o modo desumano de seu acúmulo, e a AVAREZA do homem. Na antiguidade os súditos, serviçais e toda sorte de trabalho artesanal entendiam se como papéis de dignidade.

O REI COMO SENHOR DA GUERRA

A crença no poder sobrenatural do governante fez com que ele fosse visto como o protetor de sua tribo ou de seu povo dos inimigos. Por um lado, ele era o chefe dos senhores da guerra e decidia sobre questões de guerra e paz (como na antiga Suméria). O faraó egípcio foi representado, em sua capacidade divina de guerreiro, em dimensões maiores que a vida. Por outro lado, havia o conceito de que o rei, por seu caráter sacro, não deveria participar pessoalmente da guerra. Esses conceitos existiam, por exemplo, entre os reis persas. Mas, nos tempos da antiguidade, os reis eram também os marechais de seus exércitos, tidos como guerreiros celestiais. Por isso faraó que enfrentou Moisés, mesmo após a morte do filho que realizaria o ritual da abertura da boca de sua múmia, tendo então à luz das crenças vigentes perdido a esperança de "vida eterna", parte impoluto para batalhar contra o próprio Deus presente "fisicamente" no meio do povo israelita em fuga, sendo avistado assim pela coluna de fogo e de nuvem que os guiava/protegia enquanto seguiam em direção ao mar vermelho. Porque as pinturas, os cânticos e a tradição impunham sobre os reis divinos a herança das batalhas que seus ancestrais divinos tiveram com os monstros na eternidade. Se seus ancestrais venceram aos leviatãs do caos, logo então faraó, lutando contra o poderoso Deus israelita, triunfaria porque sobre ele repousava a glória e a exaltação de todas as divindades que protegiam os dois reinos do Egito, cuja dupla coroa sua cabeça ostentava. Evocava a tradição de NINRODE, citada no início deste texto e as crenças nos deuses caçadores, ou em caçadores divinizados que também se tornaram deuses da guerra.

A GUARDA REAL

A guarda real era especializada, os escolhidos dentre os escolhidos do exército dos reis, equivalentes parcialmente ao serviço secreto ou guarda presidencial dos dias atuais, porque além da capacidade de defender o rei, muitas vezes era composta de generais e companheiros de antigas batalhas desde a época em que o rei ainda era um príncipe ou pretendente ao trono. A guarda real é bem

representada nas Escrituras pelos Valentes de Davi que dispunha de um grupo de ex-mercenários que o serviam a mais de 20 anos, e que acompanharam o rei em inúmeras batalhas, incluindo a última que PERMITIRAM a Davi os acompanhar. Possivelmente é com Davi que se inicia a tradição de que os reis não mais saíam em batalhas com seus guerreiros. Já com mais de 50 anos, numa difícil batalha, Davi se desequilibra e quase é morto por um poderoso guerreiro egípcio, sendo salvo por muito pouco através da atuação de um de seus generais. A guarda real era então o mais fiel setor militar que envolvia o rei, tendo uma honra elevada entre os militares da nação que pertenciam. Eram a segunda sombra do rei. A proximidade com o trono as vezes os fazia sucessores, como os generais de Alexandre o Grande que dividiram os reinos conquistados em administrações separadas. Os Reinos Helenísticos foram reinos surgidos na Ásia, Egito, Macedônia e Grécia após a divisão do Império de Alexandre, o Grande (ou Magno) por seus generais: Selêuco, Lisímaco, Ptolemeu e Cassandro, após a morte do imperador em 323 a.C. Em Cantares de Salomão 3.7 há uma referência a guarda real de Davi e de Salomão onde sessenta valentes cercavam a liteira de Salomão, "Vede! É a liteira, a cadeira na qual Salomão é transportado, escoltada por sessenta guerreiros, dos mais valentes de Israel." É a guarda próxima ao trono, protegendo o rei nas festividades e celebrações. Quando Jesus declara em Mateus 26:53 "Acaso, pensas que não posso rogar a meu Pai, e ele me mandaria neste momento **mais de doze legiões de anjos?**" é um paralelo a guarda real que ele está realizando. Ele como rei celestial também tem direito a uma guarda real. Só não quis utilizar.

O POSTO DE GENERAL

O general é o posto mais elevado dos exércitos da antiguidade. Ele na verdade é símbolo de chefia, liderança, GOVERNO das forças militares. Ele PRESIDE sobre a academia militar, como se sobre ela REINASSE. Sob suas ordens milhares de soldados o obedecem com risco de vida, atendendo seus decretos como se fossem as determinações de um rei. Porque ele recebe uma comissão de autoridade real para COMANDAR sobre os exércitos do rei com sua expertise ou conhecimento. A estrutura do reino se subdivide na administração do reino.

Então os administradores são como pequenos reis, cada um tendo cuidado de uma determinada área do Reino. Por isso em muitos reinos são EMPOSSADOS através de cerimoniais, onde o próprio rei lhes DELEGA autoridade

O REINO NO MUNDO MODERNO

O mundo moderno herda a hierarquia de suas organizações do Reino da Antiguidade. A colação de Grau dos formandos de cursos acadêmicos recebe o GRAU ou a autoridade para exercer, simbolicamente, sua área de formação por um ritual em que AUTORIDADES acadêmicas lhes DECLARAM, após juramentos, estarem APTOS para receber seus diplomas. Como se houvesse uma DELEGAÇÃO de autoridade, pois em algum instante do passado. A Procissão Acadêmica se inicia na idade Média, época em que foram criadas as Universidades. As procissões eram acontecimentos comuns nos centros urbanos. Frequentes, tinham papel proeminente nas ocasiões festivas ou expiatórias. As procissões aconteciam nos dias destinados as grandes celebrações: um feito de guerra, o louvor ao santo padroeiro, como prece coletiva para se evitar a peste ou outras calamidades ou como homenagem a um grande dignitário – festivais que evocavam os do antigo Egito e Mesopotâmia. O povo, governantes, figuras públicas importantes, desfilavam pelas ruas da cidade, ordenadamente, em alas. Era a ocasião em que as pessoas ilustres se mostravam à população com suas roupas mais vistosas. No cortejo eram levadas e mostradas ao povo as insígnias e relíquias, em meio a bandeiras e estandartes que se relacionavam com a comemoração. A colação de grau se inicia e termine a sua cerimônia com uma procissão, reproduzindo, assim, uma tradição de 800 anos (1214).

A ESTÉTICA DO REINO

O presidencialismo como forma de governo nasceu em 1787. A república é uma instituição que nasce na Roma antiga, dentro de um principado ou reino, herdando características do direito grego, e sua forma é semelhante aos diversos conselhos da antiguidade, dos reinos egípcios, babilônicos, persas etc. Os diversos modelos administrativos atuais, todos eles herdam sua estética de um

reino da antiguidade, em todos eles estão presentes elementos que são comuns aos reinos antigos. A estética do reino impacta os sistemas de governos existentes, e as culturas vigentes. Está presente na hierarquia japonesa, chinesa e coreana, da família à empresa, está presente nos domínios humanos das empresas estatais e privadas, em todas as instituições do feudalismo a revolução industrial, nos oligopólios modernos, nas mais modernas instituições de ensino, nas academias militares, nos conglomerados industriais ou financeiros. Onde existir uma organização administrativa, nós leremos nas entrelinhas um pequeno domínio, um pequeno reino. Os papéis de liderança, de gerência, os executivos, diretores e finalmente presidentes de empresa retratam com impressionante identidade aos reinos da antiguidade. Nas atividades artísticas, na música, nas artes, no cinema, ou na televisão, leremos os papéis de princesas, de príncipes, veremos os fãs como veneradores de príncipes e princesas, imitando-lhes o modo de vestir e agir. A aristocracia, reflete a nobreza da antiguidade, as famílias ricas são semelhantes as famílias de renome da antiguidade, muitas delas próximas ao poder. Mesmo num estado dominado por um partido, nós leremos nos líderes, a necessidade de honraria, manutenção do status, o medo da vergonha, a luta contra inimigos, posições de veneração, o uso pessoal de autoridade, o uso contínuo de poder sobre pessoas e a necessidade de atos de honraria que os iguala aos reis da antiguidade. Dos heróis dos filmes modernos, aos principais personagens de animes japoneses, nas épicas batalhas interestelares e invasões alienígenas de toda espécie, da loucura de Thanos da Marvel aos delírios de Darkseid da DC Comics, das lutas do império Klingon de Star Trek às batalhas de Luke contra o Imperador o que lemos é a estética de um reino da antiguidade. O delírio das fãs de K-pop é como a admiração dos adolescentes da antiguidade por príncipes e princesas.

A MODA se origina no palácio da antiguidade. O sonho de todas as mulheres do reino era se vestir como as princesas, porque seus vestidos eram exclusivos, originais, caríssimos e pertenciam a nobreza. As vestes tinham uma “hierarquia de beleza” de suntuosidade ou coloração, onde quanto mais próximos os cargos de nobreza da majestade, maior a semelhança de vestimentas. Em reinos antigos os plebeus não poderiam se vestir sequer como os nobres, sendo severamente punidos se assim fizessem.

REALEZA SAGRADA

A realeza sagrada, conceito religioso e político pelo qual um governante é visto como uma encarnação, manifestação, mediador ou agente do sagrado ou santo (o reino transcendente ou sobrenatural). O conceito originou-se nos tempos pré-históricos, mas continua a exercer uma influência reconhecível no mundo moderno. Ao mesmo tempo, quando a religião estava totalmente conectada com toda a existência do indivíduo, bem como com a da comunidade e quando os reinos estavam em vários graus relacionados com poderes religiosos ou instituições religiosas, não poderia haver reino que não fosse, em algum sentido, sagrado. Entre os muitos tipos possíveis de reinos sagrados, havia um tipo especial em que o rei era considerado e reverenciado como um deus - o reino dos deuses, uma política do qual havia três formas: preliminar, primária e secundária. A forma preliminar existe em culturas nas quais o chefe é considerado divino. A forma primária era o reino-deus dos grandes impérios do antigo Oriente Médio e Leste Asiático, do antigo Irã e da Mesoamérica pré-colombiana e da América do Sul. A forma secundária ocorreu nos impérios persa, helenístico (cultural greco-romano) e europeu. Entre essas três formas existem muitos tipos de transição.

O fenômeno da realeza sagrada era conhecido e descrito nos tempos antigos por vários viajantes, incluindo Aristóteles no século IV a.C. e os geógrafos e historiadores gregos do século I aC Strabo e Diodorus Siculus. O estudo da realeza sagrada, no entanto, foi introduzido quando o antropólogo britânico Sir James Frazer publicando **O Ramo Dourado (1890-1915)**. Tomando seu material abrangente de relatórios e estudos etnológicos, Frazer concentrou-se na fase preliminar. Com a descoberta de textos em escrita cuneiforme na Mesopotâmia e na Ásia Menor, iniciou-se uma nova etapa de pesquisa. Chamado Pan-babilonismo por alguns estudiosos, as teorias baseadas nos resultados dessas descobertas colocaram o reino-deus do antigo Oriente Médio em primeiro plano.

Com base na tese do **pan-babilonismo** de que existia uma cultura homogênea do Oriente Médio e nas teorias do culto como um drama ritual, as chamadas

escolas históricas de culto britânicas e escandinavas sustentavam que o rei, como o deus personificado, desempenhava o papel principal no padrão cultural geral. O ramo inglês desta escola (A "escola de mitos e rituais") concentrada em estudos antropológicos e folclóricos. O ramo escandinavo (o "Escola de Uppsala") concentrou-se em estudos filológicos, culturais e de história das religiões semitas. Foi representado na última parte do século 20 por historiadores suecos da religião que teorizaram que, para todo o antigo Oriente Médio, existiam certos padrões de culto e que por trás desses padrões de culto estava a ideologia do rei sagrado.

O STATUS SAGRADO DE REIS, LÍDERES E CHEFES

Básico para uma compreensão da realeza sagrada é o reconhecimento de que o exercício da poder de uma pessoa sobre outras pessoas ou sobre uma comunidade (local, regional ou imperial) nos primeiros tempos era geral e não dividida. O poder só podia ser exercido por uma pessoa — que tivesse simultaneamente a necessária força e influência física (individual e corporativa) e espiritual (psíquica) — sobre pessoas e objetos. Porque ele era o governante de uma comunidade, o poder do rei se estendia a tudo relacionado à vida da comunidade. Só gradualmente se desenvolveu uma divisão desses poderes.

O status sacro do governante difere em forma e origens.

Três formas principais podem ser distinguidas:

- (1) O possuidor de poder sobrenatural,
- (2) O rei divino ou semidivino e
- (3) O agente do sagrado.

O governante pode ser visto como o possuidor de poder sobrenatural - benéfico e malévolos - necessário para manter o bem-estar e a ordem da comunidade e evitar perigos e danos. Nas sociedades pré-letradas ele representa a força vital

da tribo, na qual não se distinguem as esferas mundanas e espirituais ou políticas e religiosas. Concentrado no chefe é a herança comum do poder mágico da comunidade, e sua autoridade se baseia unicamente na posse e exercício desse poder sobrenatural. O impacto e abrangência desse poder exercido por um chefe, por exemplo, atinge todas as áreas da vida da tribo: provisão de alimentos, fertilidade, clima, todas as formas de vida comunal e proteção contra inimigos e infortúnios. Porque o poder sobrenatural (mágico) do chefe é idêntico à sua própria força vital, o chefe (ou rei) de tal sociedade não pode ter nenhum defeito físico. Com a diminuição de seus próprios poderes físicos (doença, cabelos grisalhos e perda de dentes), acredita-se que seu próprio poder de manter e garantir o bem-estar comum e sua própria capacidade de governar sejam diminuídos de forma correspondente.

Esta forma de status sacro é encontrada principalmente entre os governantes de uma tribo (ou várias) - ele pode ser um chefe, curandeiro, xamã, ou rei (como, por exemplo, um rei-fazedor de chuva na África) – em que uma definição fixa ou limitação de tais funções não é possível.

A GRATIDÃO DO REI - AS BENESSES AOS BENQUISTOS

Ter o favor real era um privilégio desejado por muitos. Porque sendo senhor de posses que abrangiam a todo o reino, possuindo em suas mãos o poder legislativo, o judiciário e o executivo ao mesmo tempo, o favor real se estendia a concessão de benefícios vitalícios em qualquer área da vida social. A generosidade real poderia transformar não somente a vida de um súdito, mas afetar a vida de todas as gerações a partir de seu favorecimento. Existem famílias riquíssimas hoje no mundo, cuja riqueza se deu início a centenas de anos atrás através de um ato de benevolência de um rei para seu ancestral.

AS INTRIGAS PALACIANAS

Provavelmente os maiores inimigos dos reis eram seus próprios familiares. A ambição pelo poder gerava divisões, lutas, intrigas que muitas vezes terminava em expulsão ou exílio de membros da família, ou a morte de esposas e príncipes e mesmo do rei. Havia, casos de incesto, de traição, abuso sexual de escravas e

escravos, detenção e expropriação de bens de nobres que foram propositalmente transformados em “traidores” ou pessoas não desejáveis aos olhos do rei através de acusações falsas, mentiras e dezenas de estratégias para alcançar a confiança, elevar o status de alguém ou prejudicar a posição de outrem por vingança, soberba, inveja ou capricho. A segurança jurídica da família real lhe outorgava uma proteção dos crimes pessoais cometidos contra qualquer pessoa da comunidade. A família real estava acima das leis aplicadas ao resto da nação. Se a honra de uma esposa ou rainha fosse maculada, forjando um ato de traição, ela poderia ser morta ou exilada.

A LUTA PELA ASCENDÊNCIA REAL - A LUTA DOS PRÍNCIPES

A perda do status de rainha-mãe poderia acarretar mesmo a morte de todos os seus descendentes, porque a concubina ou esposa que assumisse seu lugar, com apoio de conselheiros fiéis, obteria os meios de manter sua posição e consolidar sua posição, muitas vezes assassinando todos os descendentes da esposa expulsa. Podemos ver na família real de Judá, os eventos de incesto de Amon e Tamar, a revolta e assassinato de Amon pelo meio-irmão Absalão, que através de sedução, intrigas e jogos políticos tenta tomar o trono de seu pai Davi através de uma rebelião militar, abusando de modo ritual das concubinas reais, no palácio abandonado pela fuga, e morrendo pelas mãos de Joabe, general do exército de Davi. Há uma intriga entre outro filho de Davi que tentou assumir o trono prometido a Salomão, fazendo com que o profeta Natã intercedesse pela manifestação de Bete-Seba, ciente de que se o rei não proclamasse a Salomão rei de imediato, sua mãe e irmãos certamente seriam mortos pelo opositor. É importante saber que a religião da antiguidade era expressa em REINOS CELESTIAIS que na verdade eram IMAGEM de reinos terrenos e de suas intrigas palacianas. Os deuses refletiam famílias reais humanas e protagonizavam em suas histórias ou cosmologias toda sorte de desgraça familiar. Traições, sedições, assassinatos, incesto, estupro. Os céus da antiguidade religiosa eram na verdade a tradução das histórias palacianas, cheias de paixões humanas e tragédias, representadas na vida dos deuses. Exemplo de Osíris, divindade egípcia, morto pelo irmão Seth, despedaçado, tendo seu corpo espalhado, suas partes juntadas numa múmia pela esposa Isis, que se transforma num pássaro e num ato sexual,

mistura de bestialismo e necrofilia, faz sexo com a múmia morta de Osíris, ressuscitando-o dos mortos. Todas as cosmologias, fossem assírias, gregas ou babilônicas ou indianas refletiam intrigas palacianas.

O HARÉM REAL E O CONCUBINATO

Desde a antiguidade egípcia os reis possuíam muitas mulheres que eram abrigadas em construções especiais, denominados de palácios das mulheres, mais conhecidos pela sua versão árabe dos sultanatos como harém. Os reis tinham direito a desposar a qualquer mulher que escolhessem para si em seus reinos. E poderiam na maior parte das civilizações antigas possuir quantas mulheres assim desejassem. As esposas eram divididas em hierarquia conforme a predileção do rei, antiguidade do casamento, e classe social de origem. A esposa principal então administrava o palácio das mulheres, tratando da educação dos filhos, do trabalho das servas, que eram muitas e particulares de cada nova esposa, variando em número dependendo da nobreza de sua origem. Havia a questão da manutenção das grandes estruturas, das provisões, dos cosméticos, da limpeza e questões inerentes a hospedagem dos palácios que se assemelhavam a grandes hotéis, com quartos separados para as princesas e concubinas. As concubinas eram mulheres dos reis que possuíam atributos parciais de esposa dos soberanos. Elas não estariam ligadas a sucessão do trono, a não ser que os filhos as rainhas secundárias falecessem, ou que por decreto o rei elevasse o status de concubina para rainha. Havia entres as concubinas de reinos da China, Japão, Tailândia, Coréia províncias da Índia da antiguidade, uma HIERARQUIA. A questão de preservar a descendência real as forçava a uma vida de RECLUSÃO, porque nenhum homem sadio sexualmente poderia se aproximar do palácio das mulheres para não colocar em risco a descendência real, dado que o reino necessitava de sucessão hereditária.

O EUNUCO

Daí que para evitar a corrupção da semente divina, a possibilidade do adultério ou do nascimento da criança imprópria, bastarda, a sociedade antiga adotou a castração involuntária ou voluntárias de homens que trabalhariam nos haréns reais. A razão desta prática era a preservação da semente real. Os eunucos existiram na China desde há cerca de quatro mil anos atrás, eram servidores

imperiais há três mil anos, e eram comuns como funcionários públicos na época da dinastia Chim. Os eunucos deviam assegurar tanto a pureza da linhagem imperial como a castidade das mulheres do palácio. As mulheres estavam nos aposentos interiores do palácio e não podiam sair; os homens estavam no exterior e não podiam entrar; mas os eunucos funcionavam em ambos os lugares.

A ESPIONAGEM

Todos os grandes planos políticos, culturais, de guerra, iniciavam-se no palácio. Saber de antemão o que os reis e conselheiros reais estavam planejando ou tramando configurava conhecimento privilegiado que poderia gerar lucros exorbitantes, chances políticas ou mesmo granjear reputação mágica. Ou profética. Os adivinhos, magos e profetas da antiguidade eram convocados muitas vezes para interpretar os pensamentos, sonhos, desígnios reais. Alguns utilizavam artifícios psicológicos, como habilidosos profissionais de neurolinguística que hoje apoiam os investigadores na percepção de sentimentos através das reações dos entrevistados ou suspeitos. Saber o que um rei pensava antes que pronunciasse poderia fazer a diferença entre viver e morrer.

OS MEMORIAIS ANAIS E CRÔNICAS A HISTÓRIA DO REINO

O reino da antiguidade aspirava a eternidade. A história do reino e dos seus feitos era a coletânea da história sagrada, pois os anais do reino perpetuavam na história os feitos da família sagrada. Os anais do reino se iniciam com o instante da sacralização real, ou da ungidura do rei até sua morte, relatando os feitos dos ascendentes até o tempo presente daquele reino, sendo somados os atos administrativos, as comendas mais importantes, as nomeações dos oficiais, as destituições, as recompensas as obras de engenharia, construção de cidades, guerras e conquistas. Quanto maior um reino, maior seu sistema administrativo, quantidade de oficiais e divisões do poder para realizar a gestão, que poderíamos denominar ministérios ou superintendências. Os anais eram parte de uma coleção de documentos que relatavam os atos administrativos, jurídicos, políticos, sociais, financeiros e atos de governo do reino. Cada superintendência

possuía seus registros próprios e os anais ou crônicas reais faziam um resumo dos feitos ou acontecimentos mais relevantes, tendo como foco os atos dos reis. Como um diário da majestade. Ocorre que como tinha a natureza de contar a história do reino, retratava também os contos do palácio, e o relato do mágico da antiguidade. Porque criam os antigos governantes num mundo espiritual presente e manifestando poderes o tempo inteiro. Havia ministérios, superintendências dedicadas a magia, ministérios da magia onde magos trabalhavam na esfera de tradução de textos antigos, no acompanhamento dos fenômenos astronômicos, na marcação de datas auspicias, ou dias afortunados pela posição dos astros, que eram propícios para a geração de filhos, para casamentos, para festividades e mesmo celebração de tratados. A proximidade do palácio com o ministério da magia se dava também em virtude da ASSOMBRAÇÃO, ou dos sinistros acontecimentos de doenças desconhecidas, a mortes de origem desconhecida de membros da família real. Havia episódios de loucura, de perda de consciência e atos irracionais produzidos por soberanos da antiguidade que eram tratados como possessão maligna, maldições de origem de feiticeiros e a presença fantasmagórica de espíritos que habitavam locais específicos, quartos, corredores, salões de palácios e residências governamentais. Sonhos perturbadores ocorriam em locais do palácio, sempre incensados, perfumados, guardados por astaroths ou camafeus, pequenos ídolos portáteis, por ritos de consagração ou purificação. Mesmo os ritos não impediam que os poderes espirituais entrassem ou mesmo habitassem os palácios antigos. Embora houvesse a influência real de poderes espirituais em virtude da maldade ou injustiça real, parte dos eventos possuía origem humana. Era constante na antiguidade o envenenamento por mercúrio, fruto de sedições e traições, e por outras ervas cujo conhecimento botânico era exclusividade de xamãs ou famílias de arboreiros/perfumistas/tratadores de especiarias e alquimistas/químicos. Seja por vingança, pelo desejo de usurpação, por atos de traição familiar, o uso de drogas entorpecedoras através de incensos também era praticado. Assassínatos ocultos, simulando uma atividade sobrenatural eram meios utilizados para desviar as investigações dos verdadeiros culpados. Afinal quem matara o membro da família, se fosse um espírito, não teria como sofrer punição. Em paralelo, a conduta de iniquidade e irreligiosidade dos reis, sua apostasia e

irreverência, demonstrava um caráter de zombaria e desconsideração as coisas divinas. Esse desrespeito, agravado pela tradição desprezada, gerava escândalo dos súditos, e os reis se tornavam objeto de vergonha nacional. E sujeitos aos poderes espirituais.

Os anais retratavam, até certo ponto, a história sagrada do reino, e logo os acontecimentos tidos como sobrenaturais eram REGISTRADOS para sinalizar a PROXIMIDADE do reino terreno com o reino dos deuses.

A BIBLIOTECA REAL

As bibliotecas reais eram os mais importantes centros de documentação da antiguidade. Nela estariam guardados os anais e memórias do Reino, a história da família divina e sua ascendência, os registros de nascimentos e familiares, os títulos de propriedade dos súditos, ou autorizações para cultivo e usufruto das terras da nação, os limites geográficos do reino, a localização dos marcos, os mapas, a nomeação dos oficiais, dos postos militares, os assuntos de estado, da fazenda e administração das finanças do reino. Os tratados internacionais, a legislação vigente, inclusive a criminal – e os terríveis manuais de punição -, os editos reais dos reis que antecederam ao atual governo, os anais do palácio, os atos administrativos. Os acordos em diversas línguas, os dicionários e gramáticas das línguas estrangeiras. Os tratados de ciências, de medicina, de matemática, astronomia, de botânica, de ciências agrícolas, tratados e artes de guerra, de estratégia, os livros de sabedoria da antiguidade, provérbios, anedotas, parábolas, os romances e histórias. Os livros de protocolo e etiqueta da casa real. A nomeação dos eunucos, dos inúmeros oficiais e serviçais do palácio. Os calendários das festividades e eventos nacionais. Os tratados de magia, de encantamentos, quando não estivessem em santuários ou no ministério de magia – que alguns reinos possuíam. Havia livros que retratavam o ASSOMBROSO, o fantástico, o fantasmagórico, fruto de aparições, histórias de fantasmas que habitavam cômodos do palácio. O exemplo bíblico e a crônica de Beltesazar. Existem relatos OFICIAIS nas crônicas dos reinos da antiguidade coreana, em crônicas japonesas e chinesas da aparição de entidades, fantasmas ou yokais. E enfim, livros que continham PROFECIAS sobre o reino. A escrita era, desde a mais remota antiguidade, considerada um ofício divino, um saber doado por

divindades que primeiramente foi concedido para gravação da história divina, dos ritos, orações, hinos de adoração e invocações mágicas. A pré-história da escrita chinesa é conhecida pelas escritas em cascos de tartaruga com encantamentos e invocações mágicas. Os hierógrafos são escrita egípcia, pictogramas de caráter sagrado, linguagem usada para escrever encantamentos e maldições, que migrou do caráter de escrita dos santuários para escrita civil, mantendo contudo essa característica como a principal. Deuses eram invocados para proteção e doação do dom da escrita para os escribas egípcios consagrados a essas divindades. Então uma biblioteca da antiguidade guardava essa relação com o sagrado, contendo textos de caráter mágicos e de caráter administrativo, mantendo uma ligação com os santuários do passado, sendo frequentadas por magos, por conselheiros e oficiais que possuíam um status diferenciado. Os escrivas eram muito considerados, os cientistas do passado, astrônomos, agrônomos, matemáticos, linguistas, engenheiros – ainda que não sejam assim modernamente classificados - como portadores de ciência divina.

Abaixo a lista de três famosas bibliotecas da antiguidade

Biblioteca de Nínive - IRAQUE – Erguida em Nínive no século 7 A.C., é considerada a primeira biblioteca do mundo. Foi construída pelo rei Assurbanipal II, e guardava um acervo de 25 mil placas de argila com textos em cuneiforme. Uma das obras mais importantes era a Epopeia de Gilgamesh (foto), uma das primeiras que se têm notícia da literatura mundial. A cidade de Nínive foi destruída em 612 A.C.

Biblioteca de Alexandria - EGITO – Possivelmente a mais importante da história, foi destruída por um ou vários incêndios (as duas versões são sustentadas por historiadores). Acredita-se que a biblioteca guardava cerca de 700 mil rolos de papiro e pergaminhos, e que conservava as principais obras da antiguidade como documentos de Euclides, Arquimedes e Ptolomeu, entre outros. Alexandria era a cidade cultural mais importante entre os séculos III a.C. e IV d.C.

Biblioteca de Pérgamo -TURQUIA – Foi fundada no período helenístico, na antiga cidade de Pérgamo (hoje Bergama), berço do pergaminho. Acredita-se que abrigava 200 mil volumes, entre eles os manuscritos de Aristóteles. Segundo

consta, Cleópatra teria recebido todos os volumes da biblioteca de presente de casamento de Marco Antônio, transferindo-os para a Biblioteca de Alexandria

A PALAVRA DO REI O DECRETO, O EDITO.

O rei da antiguidade simbolizava a presença da divindade, através do parentesco. Como um emissário ou embaixador do deus da nação. Os poderes dos deuses submetiam o cosmos sendo compreendidos como as forças que dominavam sobre a natureza. O relâmpago, os trovões, a ventania, o vendaval, a tempestade, a geada, todas essas coisas eram “convocadas” pela palavra, pelo movimento da mão invisível dos deuses de outrora. A palavra real, a ordem do rei era então uma representação, uma extensão, fosse da vontade dos deuses, fosse do incomensurável poder divino, dentro dos limites da humanidade. Ao rei da antiguidade eram atribuídos os poderes de um juiz, de um supremo sacerdote, de um poderoso legislador e do máximo governante. Todos os poderes políticos que hoje verificamos separados e tendo sua autonomia imitada entre eles, estavam debaixo do exercício da vontade da mesma pessoa. O edito então era fruto de uma autoridade irretroatável, pois dentro de determinada nação, não haveria tribunal ao qual se pudesse recorrer para anular ou não sofrer as consequências do edito, que poderiam MUDAR completamente os hábitos e costumes de uma nação. Inclusive, substituindo até mesmo a religião oficial do estado. Como sombra da vida eterna dos deuses antigos, dos quais se cria imensa longevidade, apesar de não existir nos conceitos teológicos da antiguidade a eternidade sem começo ou fim, o edito real herdava esse “cheiro” ou essa aspiração de ser eternizado ou de valer para sempre. Apesar de não existir o conceito ou a possibilidade de não haver um nascimento dos deuses, era inconcebível uma história ainda que cósmica onde não houvesse um começo da vida celestial, dimensão que só foi conhecida pelo ser humano através de uma revelação divina de Deus através da profecia no Velho Testamento. Essa “palavra eterna” era simbolizada pela imutabilidade do decreto real, por não perder a prescrição, a não ser que outro edito da mesma hierarquia fosse publicado. Em algumas civilizações essa possibilidade sequer existia. O edito escrito e selado

com o selo real de um soberano persa jamais perdia a validade e jamais podia ser anulado. Isso gerava para os persas, que dominaram grande parte do mundo por centenas de anos, um ritual burocrático sem precedentes. Similar a das centenas de milhares leis brasileiras que muitas vezes se colidem, exigindo mesmo coisas contrárias. Esse contraditório que existe em muitas jurisprudências de estados modernos, que lutam para modernizar seus códigos legais, não era viável no reino persa. Porque nenhum edito novo teria poder de anular um edito já publicado após o ritual de expedição. Como havia essa identidade entre a palavra do rei e o edito divino, havia também uma celebração, um rito de proclamação dos editos reais, desde o momento em que o rei ordena, escreve, sela e o envia. Em alguns povos a proclamação do edito real era acompanhado do toque de trombetas, rufar de tambores, festividades. Os mensageiros conduziam cópias autenticadas da palavra real, guarnecidos de guardas e soldados. Quem tentasse impedir ou abatesse um mensageiro em missão de entregar um edito real receberia punição de morte. A mensagem contida no decreto possuía um rito de escrita, com cuidado especial tanto entre os escribas egípcios como os asiáticos. Porque as letras, seu formato, sua natureza, a palavra escrita são de origem sacerdotal ou religiosa. Havia divindades que doaram ou concederam ao home o dom da escrita, que se assemelhavam a palavras mágicas que continham histórias, narrativas, façanhas e até a morte, quando sentenças de julgamento. Para os iletrados de uma nação da antiguidade, o caráter mágico das palavras era muito forte, presente. Seja pelo fato de que pessoas separadas, muitas vezes sacerdotes que se tornariam uma das mais poderosas classes da antiguidade, os escribas, serem tidos em alta estima, como pelo mistério do saber oculto contido nas palavras. A palavra escrita tinha uma aura de sobrenatural, uma origem mágica, um cuidado sacerdotal e uma essência de permanência. O edito real gerava reverencia, temor, e muitas vezes horror. Cidades inteiras poderiam ser condenadas a escravidão, seus habitantes ao desterro ou ao ANÁTEMA, ou seja, a destruição.

A MESA DO REI O BANQUETE DIVINO

O BANQUETE SAGRADO

O ofício em homenagem aos deuses criou uma categoria especial de funcionários dos templos das divindades da antiguidade. Padeiros, açougueiros, cervejeiros, pasteleiros, cozinheiros cuja função era receber a oferta em alimento bruto e prepará-los para os banquetes religiosos. Eles preparavam os pratos oferecidos as estátuas dos deuses. Os oficiais e sacerdotes recebiam uma parte do que eles ofereciam então era uma comida de qualidade. Seguiam um calendário litúrgico com responsáveis determinando as datas festivas a essa ou aquela divindade. As refeições servidas refletiam a hierarquia e importância das divindades. Em alguns rituais os sacerdotes traziam as estátuas para fora dos santuários e as posicionavam como num banquete real, onde eram servidas como um banquete real, por funcionários do templo. Os sacerdotes se misturavam às divindades e se assentavam junto com elas comendo parte dos alimentos oferecidos, com queima de incenso, lavando a mão com óleo perfumado, unguendo suas frentes, cantando hinos e tocando músicas religiosas de adoração aos deuses. (festa de Akinu, afrescos do templo de Anu, na cidade de Uruk, época selêucida, século III ao século I a. C).

O banquete real procurava imitar o banquete sagrado.

A mesa do rei era um lugar de abundância, que necessariamente deveria permanentemente representar a riqueza do reino. A família real era tida como superior a todas as demais famílias e por isso se aproveitavam de itens de alimentação exclusivos. O alimento real recebia um tratamento diferenciado, a culinária do palácio era exclusiva e reunia o que havia de mais saboroso aos olhos de uma civilização, ou cultura. Recebiam as melhores verduras, vinhos, grãos, carnes, especiarias diversas. Também pratos exóticos fruto dos encontros internacionais e da variedade cultural provida pelas inúmeras esposas do rei. Oriundas de muitas nacionalidades as mulheres do harém real, ou do palácio das mulheres sempre tiveram enorme influência no cardápio do palácio. Do mesmo modo, como os demais aspectos do reino, a mesa do rei espelhava um outro tipo de banquete. O banquete cerimonial dos deuses de outrora. Os deuses das nações eram servidos com alimentos frescos, iguarias, pães, vinhos, bolos, pratos

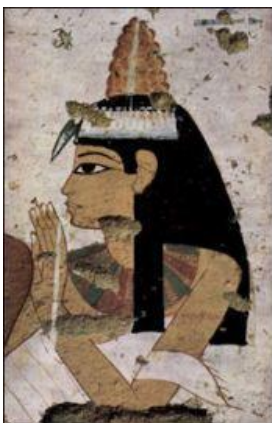
elaborados por cozinheiros-sacerdotes, que ofereciam sacrifícios, oblações, holocaustos, nos rituais sacrificiais e banquetes, mesas de alimentos, em ocasiões festivas, como ofertas, e com significados razoavelmente macabro. A oferta de alimento às divindades possui um eco na crença de que os espíritos no além necessitavam se alimentar também para poder continuar a existir no mundo dos mortos. Se os espíritos dos falecidos, espíritos que as Escrituras denominam de “espíritos familiares” que os gregos denominavam “manas” NÃO RECEBESSEM O ALIMENTO OU A OFERTA DE MANJARES, de tempos em tempos, se transformariam em entidades malignas, transformados pela fome espiritual. Os antigos criam que MAGICAMENTE o alimento “oferecido” aos deuses, fossem eles imortais ou tornados assim pela divinização, pais, avôs, antigos e ilustres ancestrais erguidos a condição de protetores, se tornaria “fantasmagórico” por assim dizer, seria espiritualmente transportado ou tornado acessível ao reino espiritual. Os “fantasmas” só poderiam se alimentar deste tipo de alimento, OFERTADO CERIMONIALMENTE. Essa crença possui vestígios em cultos de origem africana e em cerimoniais de luto diversos pelo mundo afora, em especial de origem xamânica coreana. A maioria dos dramas coreanos onde falece uma pessoa, cujo luto é celebrado com costumes antigos, ou xamânicos, possui alimentos sendo depositados diante das fotos dos parentes falecidos.

Compreender isso nos dá a dimensão da importância do banquete real. Ele se confundia com o banquete divino.

A mesa do rei era símbolo de intimidade com a família real, era um lugar de honra para os nobres, para os homenageados, para governadores locais, para oficiais de reinos estrangeiros. E também lugar de intrigas, onde o alimento necessitava necessariamente passar por provedores de confiança e copeiros reais. A cozinha real era vigiada por guardas. Havia uma logística de avaliação dos alimentos, provedores estariam a postos para que a família real não sofresse envenenamento por inimigos. Como sombra do banquete divino, alguns reinos estabeleciam celebrações, muitas que desandaram para um caráter profano, com licenciosidade, bebedice ou mesmo orgias. A decadência dos reinos era precedida pela decadência da sala do banquete.

O CABELO DO REI - O ESBOÇO DOS CARGOS DO SALÃO E ETC.

Desde o antigo Egito o cabelo representava diversas realidades espirituais e humanas. E a mais sublimada, ou abrangente tradição mágica sobre os cabelos é de origem egípcia. Essa visão espiritual do cabelo na religião egípcia irá de muitos modos influenciar a percepção e o uso do cabelo por centenas de povos, do uso litúrgico, transpassando o mágico, os rituais de luto e alcançando até mesmo o fashion ou o mundo da moda da atualidade. É uma visão necessária para compreender os vários costumes das famílias reais ao redor do mundo, no que envolvem o trato com os cabelos e suas representações, que certamente terão sua inspiração, desenvolvimento ou referencia nos rituais do Antigo Egito.



Para eles, os egípcios da antiguidade, 3800 anos antes de Cristo, o cabelo era mágico. E, claro, quem teria o cabelo mais mágico de todos? A Deusa da Magia: a própria Isis. Os longos cabelos de Isis na tradição egípcia - desarrumados e cobrindo o rosto de luto ou caindo em pesadas e escuras mechas sobre os ombros - seriam o predecessor do famoso Véu de Ísis da tradição posterior.

No antigo Egito, era um costume de luto para as mulheres egípcias desfiarem seus cabelos. Usaram-no por muito tempo e desalinhado, deixando-o cair em seus rostos manchados de lágrimas, cegando-os em solidariedade com a cegueira experimentada pela primeira vez pelos mortos. Como o Enlutado Divino

Supremo, isso era particularmente verdadeiro para Ísis. Em Koptos, onde Isis foi notavelmente adorada como uma Deusa do Luto, uma oração de cura feita “perto do cabelo em Koptos” é registrada. Estudiosos consideram isso uma referência ao Luto Isis com seu cabelo despenteado e poderosamente mágico.



PLANTEADORAS OU CARPIDEIRAS usam vários gestos de luto e despenteiam os cabelos. É em seu estado de luto, com o cabelo desgrenhado que Isis finalmente encontra Osíris.

O capítulo 17 do *Livro de Chegando de Dia* (também conhecido como o *Livro dos Mortos*) descreve os cabelos desgrenhados de Ísis quando Ela chega a Osíris: *“Eu sou Ísis, você me achou quando eu tive meu cabelo desordenado em cima da minha face, e minha coroa estava desgrenhada. Eu concebi como Ísis, procriquei como Nephthys.”* (Capítulo 17; tradução de [Rosa Valdesogo Martín](#), que estudou extensivamente a conexão dos cabelos com os costumes funerários do antigo Egito.)



Uma mulher de luto com o cabelo no rosto do túmulo de Minnakht

Não só o cabelo simboliza a cegueira da morte e a nova vida; o cabelo das deusas é, na verdade, parte da magia do renascimento. Isis e sua irmã, Nephthys, são chamadas especificamente de “os dois cabelos compridos”. O cabelo comprido das deusas é associado a fios que servem de amarração, para tecelagem, tricô e urdidura compreendidas como etapas necessárias para produzir o grande mistério do renascimento. (a divindade egípcia Osíris é assassinada num ato de ciúme doentio por seu meio irmão Seth, que secciona seu corpo em partes, levando sua esposa, a deusa Isis, ao trabalho de agrupar seus restos, uni-los através de tecelagem, e ressuscitar sua múmia através de um ato sexual - os deuses egípcios se casavam, davam-se em casamento, experimentavam paixões, traições, e até abusos sexuais, ou seja, retratavam a imoralidade, os abusos, até estupros, que aconteciam nos palácios da antiguidade).



Enlutadas, provavelmente Isis e Nephthys, jogam seus cabelos sobre o Osíris

Em algumas iconografias egípcias, vemos mulheres de luto, bem como as deusas Isis e Nephthys, com os cabelos jogados para a frente no que é conhecido como o gesto do *casamento*. Às vezes elas realmente puxavam uma mecha de cabelo para a frente, especialmente em direção ao falecido, o que é chamado de gesto *nwn m*. Esse gesto, especialmente quando feito por deusas, tinha a intenção de transferir uma nova vida para o falecido, assim como o cabelo de Isis deu vida nova a Osíris. É interessante notar que os egípcios chamavam a vegetação de "os pêlos da terra" e que a terra nua era chamada de terra "calva", que simplesmente reitera a ideia de que o cabelo é uma expressão da vida.

O feitiço 562 dos textos dos sarcófagos registram a habilidade do cabelo de Ísis e Néftis de unir coisas, dizendo que o cabelo das Deusas está unido e que o falecido veio para "ser unido às Duas Irmãs e ser fundido nas Duas Irmãs, porque elas nunca morrerão.



Isis e Nephthys puxam uma mecha de cabelo para o falecido

Os Textos da Pirâmide instruem os mortos ressuscitados a soltar suas amarras, “pois eles não são laços, eles são as tranças de Nephthys”. Assim, o cabelo mágico das deusas é apenas um elo ilusório. Seu cabelo não é um elo de contenção, mas sim o agente de ligação necessário para o renascimento. Como a placenta que contém e alimenta a criança, mas não é mais necessária quando a criança nasce, a nascida de novo solta as tranças das Deusas que a haviam envolvido anteriormente em segurança.

A idéia egípcia de Ísis como a de cabelo comprido foi transferida para seu culto romano posterior também. No relato de Apuleio dos Mistérios de Ísis, ele descreve a Deusa como tendo cabelos longos e belos. Suas estátuas frequentemente a mostram com cabelos compridos, e suas sacerdotisas eram conhecidas por usar os cabelos longos em homenagem a deusa.

A BBC em reportagem entrevista a Gopala Amma, desesperada para reverter a má sorte de sua família que corria o risco de perder o único cômodo que dividiam em um pequeno beco no subúrbio de Perambur, em Chennai. Amma trabalha duro como faxineira, mas está lutando para sobreviver. O marido perdeu o emprego e começou a beber muito, enquanto o filho mais velho está falhando nos estudos. Tudo isso fez com que Amma pensasse em pedir ajuda aos deuses hindus. "Eu decidi ir ao templo em Tirutanni e raspar meu cabelo. Dessa forma, os deuses vão abençoar a mim e minha família", diz ela.

E isso não será apenas um recorte, mas um corte de cabeça completo - todos os 81 cm de suas longas madeixas onduladas irão embora. Ao sacrificar algo tão bonito para os deuses, derramando seu ego, ela espera que eles a abençoem com boa sorte em troca.



O cabelo humano é valioso na Índia. Muitas das vizinhas cabelereiras de Amma coletam o cabelo de seus clientes para vender ou trocar para os colecionadores de cabelo que vêm uma vez por mês em scooters pedindo o que chamam de "desperdício de pente".



De Hollywood ao Reino Unido e à África do Sul, o cabelo humano mais utilizado é o indiano, pois sua textura lembra o cabelo caucasiano, que a indústria de cabeleireiros considera desejável.

Havia uma ordem específica sobre os cabelos dadas aos sacerdotes judeus:

Levítico – Capítulo 21

10 O sumo sacerdote entre seus irmãos, sobre cuja cabeça foi derramado o óleo da unção, e que for consagrado para vestir as vestes sagradas, **não desgrenhará os cabelos**

Que vai de encontro a tradição das CARPIDEIRAS egípcias. Deus não quer que os sacerdotes levitas se identifiquem com as práticas mágicas que nascem no templo de Isis.

Há ainda nas Escrituras um texto esclarecedor sobre o papel mágico, que traduzimos como profético ou sacerdotal numa alegoria em que Jerusalém tem o papel de uma mulher:

29 Corta os teus cabelos consagrados, ó Jerusalém, e põe-te a prantear sobre os altos desnudos; porque já o SENHOR rejeitou e desamparou a geração objeto do seu furor;

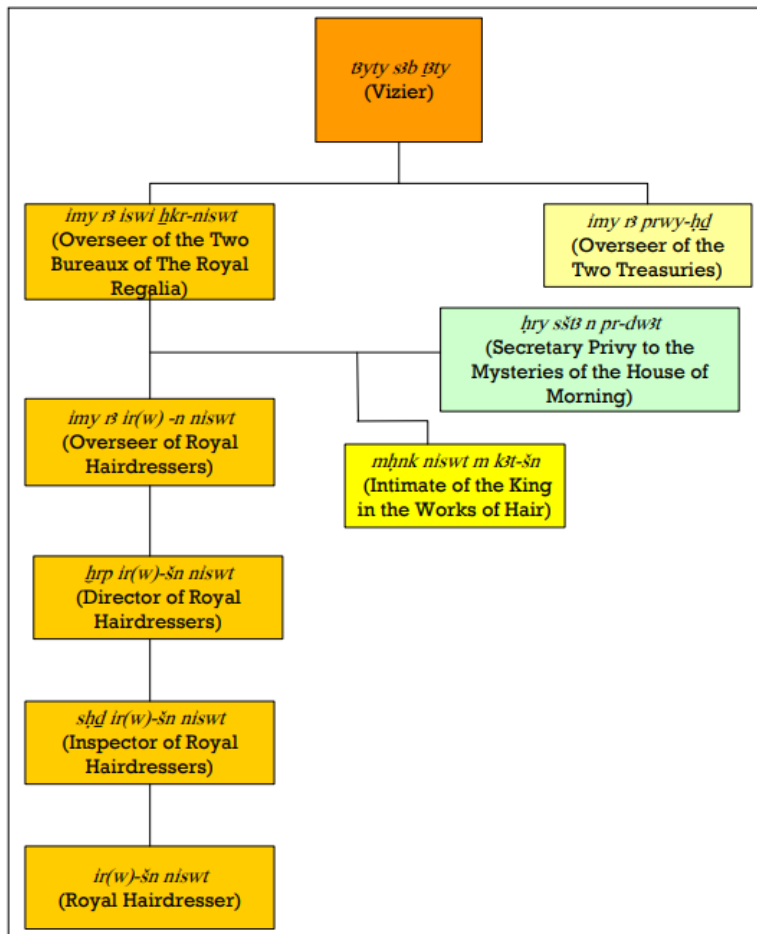


Isto é esboçado de um caixão encontrado em Gebelein (agora Naga-el Gheria), 13ª dinastia. Ou uma imagem feminina de cabelos compridos ou uma minúscula mulher de cabelo comprido está espalhando seu cabelo sobre o falecido.

O cabelo possuía significado mágico, ritual, representado na imagem das deusas, e dotados de poderes divinos. As carpideiras egípcias despenteavam-se, desarrumavam ou desgrenhavam seus cabelos em sinal de luto. Escondiam suas faces para simular cegueira ou obscuridade, representando assim o reino dos mortos.

Além dessas representações temos outros usos dos cabelos além dos religiosos, os de caráter mágico voltado para encantamentos e feitiçarias.

O cabelo na cultura egípcia, seu penteado, arranjo, estilo, desenho, assim como em muitas culturas milenares, traduzia gênero, posição social, associação de ritos ou sacerdócios, posição governamental. Sacerdotes tinham seus cabelos cortados, ungidos, penteados de acordo com os deuses a quem serviam. As filhas dos faraós recebiam um penteado, um arranjo único, inimitável. Assim como nas dinastias chinesas. A imitação do penteado REAL, das mulheres do palácio poderia gerar penalidades. Em outros momentos, era a partir do palácio que a "moda" ou estilos de arranjo e penteado se desenvolviam e se espalhavam para as regiões do país.



Nos palácios egípcios do antigo Reino do Egito havia oficiais cabelereiros, uma classe de oficiais que possuía a missão de tratar os cabelos dos faraós e dos membros da família real, assim como da alta classe governamental e sacerdotal. Havia uma hierarquia que envolvia a execução dos tratamentos e cortes, a inspeção, diretorias ou supervisão, feita por altos funcionários para que fosse mantida uma IDENTIDADE dos penteados, que muitas vezes imitavam a iconografia dos deuses e das deusas. Os deuses na sua maioria possuíam cabelos, madeixas, penteados e adereços. Era necessário então uma “emulação” uma aparência dos cortes que visava **a identificação dos sacerdotes e sacerdotisas, dos reis e rainhas com as divindades que veneravam.**

Durante o Antigo Império havia profundo aspecto ritualístico para a “toalete da manhã” do rei, que era realizada na **casa da manhã**, um edifício que foi anexado

ao palácio ou ao templo do sol. Muitos títulos, estão relacionados com esta instituição, "Aquele que adorna Horus", "supervisor de todos os adornos do rei", "Secretário Privado para os Mistérios da Regalia do Rei, "Inspetor da regalias do Palácio do Rei", Supervisor do linho do rei", "Superintendente do banheiro do rei", " Servo do corpo real", "Supervisor de Óleos ", etc. Lembrando que o faraó era considerado "deus na terra". Logo, toda a classe de trabalhadores, que tinha o PRIVILÉGIO de tocar aos cabelos da família real, ou ao corpo da "divindade" faraó, recebia um título de nobreza, um ritual CONSAGRATÓRIO. Óleos para manter o cabelo condicionado e cheirando bem são indicados como sendo derramados sobre o cabelo das pessoas durante o Antigo Império. Na dinastia VI no túmulo de Niankhpepi o "Preto em Meir", o dono da tumba pode ser visto com óleo perfumado derramado sobre a cabeça por seu servo. Um texto da dinastia V no túmulo do vizir Senedjemib, afirma que o rei Djedkare Isesi "fez com que eu fosse ungido com gordura". Isso indica que os antigos egípcios não estavam apenas preocupados com o estilo do cabelo, **mas mantê-los bem conservado. O penteado tinha que ser mantido, conforme o tipo necessário dos rituais e das celebrações, continuamente.**



Rainha Kawit tendo seu cabelo estilizado por uma serva, enquanto tomava café da manhã. Cena em seu sarcófago de calcário, Museu do Cairo, originalmente de seu túmulo em Deir el-Bahari, dinastia XI, reino médio.

A BARBA REAL E O BODE

Os faraós cultivavam árvores de incenso e de resinas caras importadas da terra de Punt para satisfazer as necessidades dos templos e prolíficos túmulos do Egito. A ascensão do cristianismo no primeiro século fez o incenso ser censurado temporariamente, mas após essa época clérigos ortodoxos começaram a celebrar a liturgia com nuvens de fumaça perfumada. Algumas das propriedades antigas de vida e de fertilidade do incenso foram ainda perseveradas sob a nova teologia. Examinando a iconografia e a magia do incenso, seu papel irá traçar os temas de intercessão, rejuvenescimento e deificação por suas origens cúlticas e funerárias até suas reverberações nos mosteiros e nas igrejas de ortodoxia copta.

O incenso significava reverência e oração, mas em um nível mais profundo também evocava a presença real da divindade, criando a "fragrância dos deuses".

Texto do templo do Ritual de Amon descreve incenso vindo dos poros de ATUM:

"O deus vem com o corpo adornado que ele fumigou com o olho de seu corpo, o incenso do deus que emanou de sua carne, o suor do deus que caiu no chão, que ele deu a todos que lhe pertencem . . . É poder do olho de Horus. Se tu vives, as pessoas vivem, sua carne vive, seus membros tornam-se vigorosos.

Alguns textos identificam divindades com aromas específicos ou tipos de incenso. Sagrados e secretos. Receitas de incenso esculpidas nas paredes do templo de Horus em Edfu explicam que a mais fina mirra "brota do olho de Re", enquanto outros graus de mirra vêm dos olhos de Thoth e de Osíris, das costas de Horus, "dos membros divinos" ou da "saliva" e o dos "ossos" dos deuses. Os egípcios adoravam vários "patronos de fragrâncias", incluindo Merehet, deusa dos unguentos; Chesmet, divindade de produção de perfumes; e Nefertum, o deus de cabeça de leão do incenso descrito como "o lótus na narina de Re".

Osiris tem uma conexão particularmente antiga com o incenso. Os estudiosos acreditam que seu nome costumava significar "lugar do olho" em referência à lenda de Horus. Horus ofereceu seu Olho de "doce aroma" para seu pai, como um sinal de vitória sobre Seth. Os egípcios comparavam o Olho de Horus com o incenso, e às vezes o conectavam especificamente aos sucos pegajosos do incenso de ládano, que caíam como lágrimas do Olho do deus em arbustos de goma-esteva. Osiris tornou-se equiparado a esses arbustos - o literal "lugar do olho [de ládano]" - e os egípcios reverenciavam as cabras vagando pelos montes com arbustos de goma-esteva como fossem manifestações do *carneiro osiriano de Mendés*.

Mendés ou **Banebdjedete** era um deus do antigo Egito com um centro de culto em Mendés. Como os deuses egípcios não têm realmente um gênero, também poderia ter um aspecto com cabeças de ovelhas. **As palavras para "carneiro" e "alma" soavam da mesma forma em egípcio**, de modo que as divindades de carneiro eram às vezes vistas como **aparições de outros deuses**, incluindo carneiros e cabras que aparecessem espontaneamente em determinados locais tidos como sagrados. Em particular montes em que haviam plantas para fabricação de incenso.



Enquanto comiam os arbustos, **as barbas das cabras se tornaram endurecidas** com o labdanum endurecido, e o incenso poderia ser colhido cortando suas barbas. Alternativamente, fitas feitas de pele de cabra, enroladas ou presas à manguais (bastões de madeira usados normalmente para triturar grãos) eram colocadas sobre as plantas da goma-esteva, para estocar gotas de labdanum. O arbusto de cistus labdanum, de goma-esteva, ou arbusto de esteva, é originário

do Oriente Médio, de montanhas das regiões costeiras e do Mediterrâneo. Os atributos de **Osiris relacionavam-no com a barba de cabra** e o mangual o conecta à colheita de incenso, sublinhando a centralidade antiga do perfume na religião egípcia. **A barba cerimonial e o mangual cerimonial do faraó também podem ter tido conotações de incenso.**



Como ferramentas para coletar o ládano, tanto o mangual como a barba das cabras, representadas pelo mangual na mão de faraó (a ferramenta com três bastões da figura anterior) e a barba cerimonial, podem ter associado a intercessão do rei para o seu povo para a coleta incenso para os altares do templo e, em seguida, usando as nuvens de fumaça para mediar ou dramatizar o contato entre o céu e a terra. A nuvem de fumaça representava ao mistério, ao MARAVILHOSO, ao miraculoso.

Importante frisar **que a barba do faraó lembra a cena em que bodes e ovelhas são separadas no julgamento divino da parábola de Jesus. Bodes não entram.**

Os antigos egípcios trançavam perucas feitas de cabelo humano e lã de ovelha. O uso de extensões de cabelo nasce no Egito Antigo, as técnicas se espalharam rapidamente por todo o resto da África. O cabelo era usado por diferentes tribos para indicar hierarquia social, além de expressar fertilidade. Mechas longas e grossas sinalizavam que o dono era capaz de ter filhos saudáveis. Durante séculos, as técnicas de trança de cabelo na África incluíram extensões de cabelo de algum tipo, com os materiais usados distintos da própria região tribal. Um

exemplo inclui o grupo Mbalantu of Wambo da Namíbia, utilizando extensões de cabelo de tendão para construir tranças que atingiam seus tornozelos

HERALDICA - A BANDEIRA DO REINO

As casas reais possuíam símbolos que representavam ao reino, estampados nos selos reais que autenticavam documentos, representados em bandeiras que iriam em conjunto com outras bandeiras carregadas pelas tropas do exército, e que iriam ser esculpidas ou estampadas em pedras e monumentos das cidades conquistadas. A águia, por exemplo, tornou-se o símbolo maior do império Romano, sendo conduzida a frente dos seus exércitos e de suas conquistas. "De todos os pássaros que conhecemos", escreveu Plínio, "este é o mais nobre e notável pela sua força", tornando-se, por isso, uma constante companheira e o atributo principal da maior divindade romana. A helenização da cultura romana, a que não escapou o campo religioso, teve como consequência a transposição do panteão grego para o mundo romano: Júpiter assimila as principais características e atributos de Zeus. A imagem mais aceita e posteriormente difundida de Zeus foi esculpida por Fídias. A estátua, de treze metros de altura, encomendada para o santuário de Olímpia, representava o deus sentado num trono, segurando na mão direita uma vitória e, na esquerda, um ceptro encimado por uma águia. O Zeus de Fídias foi tido como modelo ideal. Feita esta transferência de atributos para Júpiter, velha divindade do Lácio, a águia jamais deixou de o acompanhar. **Ave que liga o Céu à Terra**, estabelecendo a comunicação entre homens e deuses, eleva-se à categoria de mensageira do deus romano tornando-se o seu satélite (lovis Satelles) e o seu portador de armas (lovis Armiger). O resultado desta relação foi de tal modo intenso que, não raro, **Júpiter e a águia se identificavam**, diluindo-se num só. Sendo um deus capaz de se metamorfosear (do mesmo modo que os deuses egípcios), assume, por vezes, a forma desta ave, tal como as obras literárias de Propércio e de Ovídio o descrevem. Mas, a sua apropriação enquanto símbolo não foi exclusiva da divindade. Animal real por excelência, foi naturalmente assimilada por uma vasta galeria de reis e heróis. Inúmeras as grandes personagens, reais ou míticas (Agamemnon, por exemplo), que a ela recorreram para melhor sublinhar a sua

superioridade sendo incontestável que a supremacia no uso pertence aos imperadores romanos. Roma evolui rapidamente para **uma monarquia de direito divino**. O imperador, senhor absoluto à imagem e semelhança dos deuses, é adorado em templos onde recebe um culto organizado e extensivo a todo o império. Carismaticamente, é agora um ser divino com a difícil missão de guiar vastos domínios, ousando chamar a si os atributos próprios de Júpiter. E a águia torna-se também a sua mais fiel companheira, na vida (como símbolo de glória, força incontestável e virilidade) e também na morte. Em Roma, a águia se torna a insígnia das legiões. Primeiro de bronze, depois de metais preciosos como a prata e o ouro, encima o estandarte com as asas abertas e um raio entre as presas. Nos acampamentos (em tempo de guerra) e nos fortes permanentemente ocupados, era alojada numa capela especial, sendo alvo de veneração por parte dos soldados, como protetora divina. Não existia desastre maior para uma legião que a perda deste símbolo. Do ponto de vista ideológico, deparamo-nos com uma amálgama de vários elementos independentes que se fundem num só: Júpiter, império, imperador, glória, triunfo. A todos serve a mesma iconografia, a mesma mensagem. Até ao comandante-chefe de uma campanha, general revestido do imperium, quando honrado por um cortejo triunfal, vestia o traje de Júpiter, a toga purpúrea bordada a ouro, e ostentava, magnífico e orgulhoso, o ceptro de marfim encimado por uma águia. Era verdadeiramente o Deus personificado, que subia, solenemente, para a sua residência capitolina. Assistimos, na realidade, a uma escalada descendente do símbolo, passando das mãos dos deuses para imperadores, generais e para todos aqueles que, de uma maneira ou de outra, dele necessitassem para se afirmar. Por toda a parte se manifestava: na arquitetura (arcos triunfais, colunas, etc.), na joalheria (camafeus), na medalhística e na arte funerária. Como todas as aves em geral e ainda mais porque mensageira de Júpiter, era portadora de presságio que cabia ao homem decifrar, tal como nos conta Suetónio, quando uma águia e dois corvos pousam próximo a tenda de três generais antes de uma batalha. A bandeira ou o estandarte não poderia ser tocado por qualquer pessoa. A águia romana era o estandarte das legiões romanas, aparece colocada sobre o tumulo de Cristo, significando que ali repousava a autoridade de Roma e que ninguém poderia tocar naquele estandarte, ou no tumulo sem a ordem de um governador.

A lealdade das tropas romanas aos seus estandartes, em que estava a águia e as letras SPQR (Senatus Populusque Romanus - Senado e Povo de Roma), era inspirada pela influência conjunta da religião e da honra. A águia que rebrilhava à frente da legião tornava-se objeto da sua mais profunda devoção; era considerado tão ímpio quão ignominioso o abandono dessa insígnia sagrada numa hora de perigo.



Os estandartes e bandeiras eram símbolos de muita importância para a Legião, e venerados pelos soldados. A partir de 104 a.C., após a reforma de Mario, cada legião passou a usar uma Aquila (águia) como símbolo de estandarte. O símbolo era levado por um oficial conhecido como aquilifer, e sua perda era considerada uma grande vergonha e frequentemente levava à dispersão da própria legião.

Com o nascimento do Império Romano, as legiões criaram uma ligação com seu líder, o próprio Imperador. Cada legião possuía outro oficial, chamado imaginifer, cuja tarefa era carregar uma lança com um imago (imagem, escultura) do imperador como pontifex maximus. Além disso, cada legião possuía um vexillifer, que carregava um vexillum ou signum, com nome e emblema da legião descritos, próprios da legião.



Os emblemas nascem com um caráter SAGRADO. Porque derivam ou representavam as divindades a elas associadas, divindades TUTELARES, ou seja, as mais importantes no aspecto de adoração nacional. Os símbolos, onde quer que estivessem mantinham um caráter sacro, ou santo, sendo assim honradas, veneradas como se as deidades que representavam estivessem presentes ou vigilantes. Essa sacralidade da bandeira era PRECEDIDA por um ato CONSAGRATÓRIO, ou seja, as bandeiras eram CONSAGRADAS ou UNGIDAS ou DEDICADAS as divindades que representavam. Havia ritos diversificados para cada nação, para as bandeiras que os representavam. O sacerdócio nacional ou os magos do reino estavam diretamente relacionados aos ritos consagratórios dos símbolos. O respeito aos símbolos nacionais da atualidade tem origem na sacralidade desses símbolos para a antiguidade. O Decreto-lei nº 898/69, que definia os crimes contra a segurança nacional e a ordem política e social, determinava, em seu art. 44, que "destruir ou ultrajar a bandeira, emblemas ou símbolos nacionais, quando expostos em lugar público" era considerado crime, com pena de detenção de 2 a 4 anos. Desde 1978 este decreto foi revogado, porém ainda que não incorra em crime continua sendo considerado uma grande ofensa por toda a sociedade brasileira o ultraje à bandeira nacional.

Hitler retomando as tradições da antiguidade consagrou as bandeiras do partido nazista com o sangue de aliados mortos, para reforçar o simbolismo da suástica.



Migrando para a Assíria, à frente do Panteão Assírio estava o "grande deus". Asshur. Seus títulos usuais são "o grande Senhor", "o Rei de todos os deuses", "aquele que governa supremo sobre os deuses". Às vezes ele é chamado de "o Pai dos Deuses", embora esse seja um título que é mais apropriadamente atribuído a Belus. Seu lugar é sempre o primeiro nas invocações. Ele é considerado em todas as inscrições assírias como a divindade tutelar especial tanto dos reis quanto do país. Ele coloca os monarcas em seu trono, estabelece firmemente o governo, prolonga os anos de seus reinados, preserva seu poder, protege seus fortes e exércitos, torna seu nome celebrado e assim por diante. Para ele, eles procuram dar-lhes a vitória sobre seus inimigos, para conceder-lhes

todos os desejos de seus corações, e permitir que eles sejam sucedidos em seus tronos por seus filhos e os filhos de seus filhos, para uma posteridade remota. A frase usual ao falar dele é "Asshur, meu senhor". Eles se apresentam passando suas vidas a seu serviço. É para divulgar sua adoração que eles continuam suas guerras. Eles lutam, devastam, destroem em seu nome. Finalmente, quando subjagam um país, eles tinham o cuidado de "colocar os emblemas da Assíria" e ensinar ao povo suas leis e adoração.

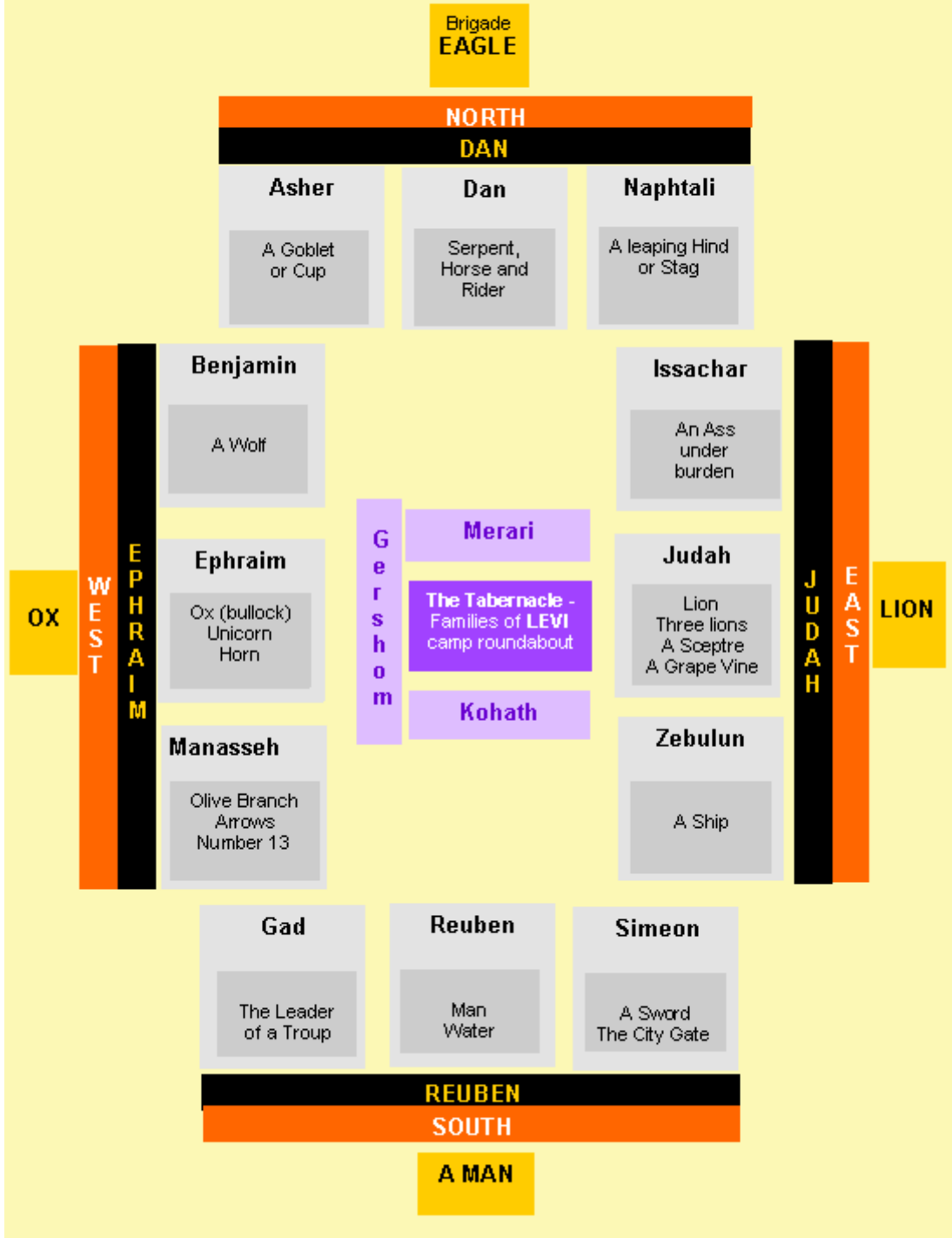
Os emblemas representavam num primeiro momento, a divindade tutelar ou principal da nação, depois se confunde com a casa real e serve como um símbolo de conquista e também de posse. A bandeira representaria o domínio que ultrapassava os limites territoriais de uma nação que agora toma para si as terras conquistadas. A bandeira, brasão, emblema representa então a "tomada" de uma nova região, se cravada na terra, se substituísse os emblemas locais, porque trazia consigo o caráter da substituição da adoração dos deuses locais pelos novos deuses que vieram juntamente com os conquistadores. Se permanecesse nas mãos dos embaixadores, dos "bandeireiros" ou oficiais ocupados de conduzir os emblemas, simbolizava um "reino em transito" um "reino de passagem" que traduziríamos modernamente como as embaixadas estrangeiras.

O outro significado das bandeiras presentes até os dias atuais é a identificação nacional ou tribal. Mesmo quando não nascidas do culto de uma divindade e transfiguradas na bandeira da casa real, elas traduziam identidade de um grupo, identificavam uma família, um clã, uma tribo, que ao assumir para si determinado símbolo, o transmitia para as suas gerações futuras. Muitas vezes o momento da geração ou assunção deste símbolo tinha um caráter mágico ou profético.

Cada tribo israelita possuiu uma bandeira, como não há evidências arqueológicas os estudiosos usam as referências das Escrituras para imaginar o que elas poderiam conter com base nas profecias dadas por meio de Jacó.

The Banners of Israel

The Camp and Brigade Emblems



Ou

The Tribes of Israel

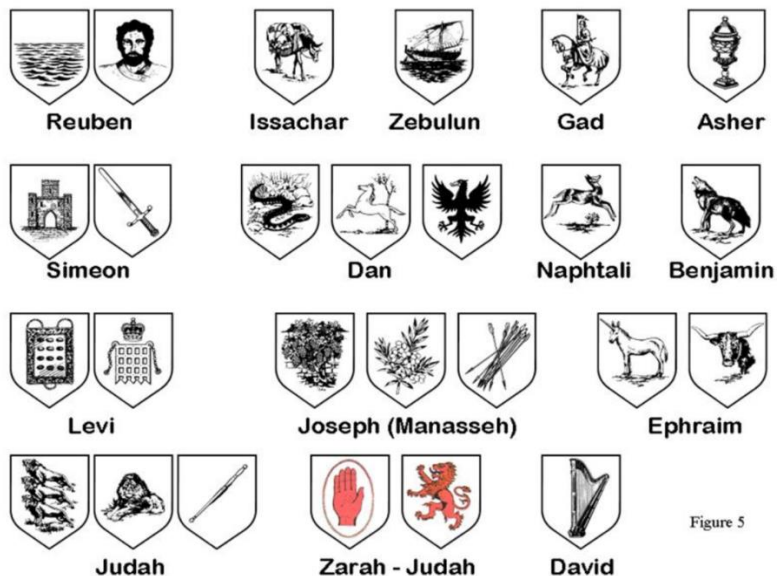


Figure 5

São bandeiras imaginadas, mas nos declaram um pouco da origem das antigas bandeiras da antiguidade, pois essas nascem da "descrição profética" que Jacó dá sobre o destino de cada filho.

AS TORRES DE MARFIM

Em muitas nações da antiguidade o Marfim tinha a conotação de uma pedra preciosa. Logo, além do ouro, um dos maiores símbolos de ostentação, dada a preciosidade e a arte envolvida nos entalhes mais o intrincado processo de importação, com origem indiana e africana, era o uso do marfim. Os primeiros locais a serem enfeitados com marfins eram antigos templos africanos e hindus. De artefato mágico, que invocava sobre si o poderio dos elefantes de quem fora extraído após a caça, tratado como amuletos para defender da magia e depois como objeto de enfeite dos palácios antigos. E o cumulo dessa ostentação era quando casas e até edifícios eram cobertos de entalhes do precioso material. Algumas dessas antigas construções erigidas para exaltar a realeza local, contendo toneladas de marfim, eram conhecidas como torres de marfim.

Já eram famosas na época do reinado de Salomão. Em seu cântico no livro de Cântico dos Cânticos Salomão compararia o pescoço da amada a uma raríssima torre de marfim, uma das coisas mais preciosas de Israel, e do mundo de então.

Atualmente o uso comum da expressão ivory tower ("torre de marfim") designa o mundo acadêmico das instituições de ensino superior e universidades, particularmente os estudiosos de humanidades. A expressão Torre de Marfim designa também um mundo ou atmosfera onde intelectuais se envolvem em questionamentos desvinculados das preocupações práticas do dia-a-dia. Como tal, tem uma conotação pejorativa, indicando uma desvinculação deliberada do mundo cotidiano; pesquisas esotéricas, superespecializadas ou mesmo inúteis, e elitismo acadêmico, se não, desdém ilimitado por aqueles que habitam a proverbial torre de marfim. Interessante é que hoje a ATIVIDADE **acadêmica** se relaciona com uma expressão de 3000 anos cunhada por um gênio, SALOMÃO.

Salomão fala de uma torre em especial que parece ser revestida externamente de marfim. Ou que abriga em seu interior muitas peças de artesanato desse material. O salmo 45 referência a existência de um palácio de marfim. O próprio Salomão construiu um trono inteiramente de marfim.

Na Bíblia, somos informados do marfim trono do Rei Salomão (1 Reis 10:18, 2 Crônicas 9:17) e da ostentação do Rei Acabe que construiu uma casa inteira de marfim (1 Reis 22:39). Às vezes o marfim foi usado como usamos o dinheiro, para permuta, tributo ou troca (Ezequiel 27:15). Nós aprendemos nela sobre os marfins preciosos trazidos a partir de três viagens por ano dos navios de Salomão que operavam numa rota de comércio entre Társis e Ofir (1 Reis 10:22, 2 Crônicas 9:21). E aprendemos também sobre o marfim como um símbolo de riqueza e decadência: Amós investe contra Israel que dormita sobre suas **camas de marfim** (Amós 6: 4). Ele profetiza em nome do Senhor, que *a casa de marfim, nessa época um local de peregrinação, uma atração turística*, perecerá e será demolida (Amós 3:15).

O MINISTÉRIO DA MAGIA

A essência do reino antigo era mágica. Um soberano, de uma família santa, escolhida pelos deuses, tendo ele mesmo a semente divina, um parentesco com a divindade que protegia a nação, tendo uma genealogia mítica que o remetia ao celestial em gerações de milhares de anos que o antecederiam, guardião dos poderes que se interpunham entre os céus e a terra, coparticipante dos ritos mais solenes e sacros de sua nação, tendo sua vida pessoal regrada por atos que são de caráter mágico mais que bem poderiam ser denominados de proféticos. As datas das festividades religiosas eram marcos civis, públicos, serviam para manutenção do status quo de divinização do rei, eram públicas e de convocação geral. Em alguns momentos o rei se "casaria" com uma deusa consorte, através de um ritual com a sacerdotisa do templo da deusa mãe, outras vezes receberia a "adoção" como filho no templo da divindade principal. As datas de nascimento do rei e principalmente dos seus antepassados eram datas especiais, reverenciadas em especial pela família real que visitaria os túmulos dos antepassados, depositando flores, mantimentos, entoando cânticos, porque a dignidade da realeza presente era também guarnecida pelos fantasmas, espíritos familiares ou protetores dos reis da antiguidade. Desonrar ou esquecer de celebrar o rei anterior teria um efeito devastador, já que uma das crenças básicas da antiguidade em muitas civilizações era de que os mortos deveriam ser honrados e alimentados, para que não passassem fome ou necessidades no reino do além, na passagem permanente do reino dos mortos ou transitória já que a maioria dos povos da antiguidade acreditava na reencarnação. Espíritos de pessoas mortas em tragédias, de pobreza ou injustiça, ou que não tiveram seus ritos realizados CONTINUAMENTE pelos seus descendentes se tornariam DEMONIOS ou espíritos malignos, fantasmas que vagariam pelo reino dos vivos provocando todo tipo de mazela, principalmente AMALDIÇOANDO a família, caso tivesse descendentes, que teria a obrigação de alimentá-los. O cosmos era regido pelos astros, e os tempos fixavam datas auspiciosas ou tenebrosas. Baseado nas estações do ano, nos períodos passados de seca e fome, ou epidemias, nos fenômenos cósmicos naturais, tais como terremotos, cometas, eclipses, luas novas, os tempos influenciavam na escolha de datas para o nascimento das crianças, para datas auspiciosas para casamento, para até mesmo a realização de conquistas e guerras. Um sistema complicado de equacionar

centenas de datas, que praticamente REGIAM a vida pública, civil e até SENTIMENTAL dos reis do passado, exigia um ministério separado com astrônomos, linguistas, MAGOS, encantadores, amaldiçoadores profissionais, artesãos especializados em amuletos, bibliotecários que guardassem os livros das tradições e ritos, e cerimonialistas. Os acontecimentos tidos como mágicos, fantasmagóricos, assombrosos eram sempre tratados com apoio dos especialistas em rituais e artes mágicas, desse ministério separado que foi NOMEADO em algumas civilizações. Eram DECLARADOS como ministérios da MAGIA, ministério dos magos, assembleia dos ritos, etc. Os livros históricos da Dinastia Joseon, da Coreia da antiguidade, possuem registros OFICIAIS dos atos, recomendações, ritos e etc. EMITIDOS pelo ministério da magia do reino. De caráter XAMANICO, os ministérios da magia asiáticos persistiram por longo tempo na história humana. Nas Escrituras podemos ver a atuação nítida de uma classe de pessoas separadas para tratar de assuntos mágicos ou proféticos, mesmo em Israel. Quando Moisés e os israelitas rodeiam a Canaã um grupo de conselheiros contrata um especialista em maldições a pedido do governo de Moabe, Balaão. Os egípcios resistem aos poderes divinos, acreditando na intervenção do seu "ministério" da magia particular, representado por uma parte do sacerdócio mágico que assessorava a faraó, imitando parte dos sinais miraculosos, realizando façanhas inexplicáveis diante dentro do palácio, numa batalha mágica contra Moisés, tão famosa que os israelitas guardaram por cerca de 2000 anos em sua tradição oral ao nome dos magos egípcios que resistiram a Moisés, JAMES e JAMBRES, ou Iannes e Iambres. Nas armações de Hamã na corte persa, nas escolhas mágicas que realiza para datar os dias que deseja enforcar a Mardoqueu, ou para cumprir o genocídio planejado do povo judeu. A próxima cena nas Escrituras, cronologicamente anterior, é a cena do livro de Daniel no império babilônico em que de modo muito claro podemos ver a interferência do ministério da magia, do conselho dos mágicos na administração do império babilônico. Incluindo a famosa cena do sonho que Nabucodonozor esqueceu e que quase culminou com a morte de dezenas de conselheiros. Essa estrutura que chamei de *ministério de magia*, variava em dimensões, nomenclatura e oficiais, sendo no mínimo representado por um xamã, ou um pajé nos reinos tribais, ou por um profeta/grupo de profetas nos reinos

teocráticos similares a Israel. O ministério profético ou ORACULAR não foi uma exclusividade israelita. Os assírios, os gregos e mesmo os romanos possuíam ou exerciam atividades religiosas e mágicas ensejando conhecer o amanhã, o futuro, buscando aconselhamento em oráculos famosos sobre decisões políticas importantes relacionadas ao governo de cidades, províncias, estados. Da nomeação a cargos importantes, ao esclarecimento de situações de traição, ou sedição, os oráculos eram parte cotidiana da vida de alguns reinos antigos. A prática adivinhatória ou divinatória dos reinos antigos era de certo modo PROFÉTICA. Infelizmente guiados por uma espiritualidade errada. Israel foi a única nação que por certo tempo foi guiada de modo abrangente pelo conselho divino, através de profetas verdadeiros, tais como Samuel, Natã, mas logo se desvirtuou e o exercício profético ESTATAL, ou a profecia que ocorria como apoio ADMINISTRATIVO, custeado pelo governo, perverteu-se em conselhos vãos, em falsidade ou simulação do que podemos apelidar de “ministério profético real” ou monárquico. Não que DEUS não tenha FALADO as nações antigas, de muitos modos e até através de seus oráculos, ou por intermédio de sonhos e visões. Nabucodonozor, Ciro, Abimeleque antigo rei de uma potestade árabe, a rainha de Sabá e mesmo os magos do oriente que vão presentear a Jesus são mais do evidências suficientes para entender que muitas nações receberam orientações divinas, profecias verdadeiras, mas não permaneceram ouvindo, ou perverteram a mensagem recebida. Fica então essa consideração sobre as estruturas governamentais do passado que abrigavam os magos de toda sorte, para o apoio da administração.

A SABEDORIA, DIGNIDADE, HEROISMO DO REI

O herói se destaca da multidão pelos trajes que usa, um resquício dos príncipes, sacerdotes e magos da antiguidade cujas vestimentas os identificavam imediatamente no meio da multidão, nos quadrinhos essa dimensão lúdica dos personagens é conferida através do denominado “uniforme”. Mesmo os antigos detetives da literatura já possuíam elementos que os tornavam imediatamente identificáveis pelos leitores. Até os elementos que compõem o personagem

tornavam-se marcas registradas do mesmo, tais como o chapéu e cachimbo de Sherlock Holmes, ou a bengala de Dr. House, seriado que transpõe Sherlock Holmes para a pele de um médico mal-humorado, porém brilhante. Como componente básico do herói compreendemos sua inteligência ou seu brilhantismo. Essa idéia permanece nos dias atuais através da ciência, ou do brilhantismo científico em muitos heróis, um subproduto da valorização moderna do saber científico. Traços marcantes da personalidade de heróis como Homem-Aranha, um gênio da química, do Senhor Fantástico ou Tony Stark, vulgo homem de ferro. Quando o personagem é mágico, a "sabedoria" ou brilhantismo do personagem é transportado para seu universo, como no caso de Dr. Estranho, um expert em artes místicas. A "inteligência" pode ser a extrema capacidade ou saber especializado em artes marciais, estratégias de batalhas ou capacidade de investigação como de Batman. Nos heróis asiáticos dos Animes e Mangas há várias referências que lembram "nobreza" até nos títulos dos primeiros animes. "Príncipe do espaço" ou "príncipe planeta".



A identificação do “príncipe” ou principal, do personagem de , origem real, parentesco sublime, mítico ou nobre é uma constante na mítica do cinema e dos quadrinhos japoneses.



Ultraseven, um dos primeiros ‘gigantes’ extraterrestres da família “ultra” oriundo do espaço é um guerreiro que representa antigos samurais ou príncipes-guerreiros do imaginário nipônico. O Seya do famoso “Cavaleiros do Zodíaco”



é outro representante que é o “príncipe” do seriado, destacando-se como principal por sua nobreza desde os primeiros capítulos dos seriados.

Essa identidade do herói com o príncipe herdeiro ou príncipe-guerreiro do passado vem de encontro à várias tradições ao redor do mundo onde **as guerras das nações eram conquistadas com o auxílio dos reis assessorado pelos seus filhos**, que acompanhavam o soberano em suas batalhas, muitas vezes sendo eles designados como comandantes ou generais. Este costume pode ser visto no livro de Samuel nas inúmeras batalhas em que Saul é acompanhado do filho Jonatas.

Essa “sabedoria” ou “inteligência” que caracteriza o herói pode ser representado por sagacidade ou esperteza, a famosa “MÉTIS” da mitologia grega, que concede

velocidade de compreender situações com respostas surpreendentes, onde o herói tira proveito ainda que em desvantagem virando um “jogo” perdido em seu favor através de uma saída irreverente, inaudita, escondida dos olhos do adversário. A sagacidade é uma das virtudes que ilustra dois personagens bíblicos em especial, Sansão, que elabora enigmas espetaculares numa festa de casamento com base numa experiência incomum - e Salomão que concede uma “sentença impossível” no caso das prostitutas.

Vejam! O Soberano, o Senhor dos Exércitos, logo irá retirar de Jerusalém e de Judá todo o seu sustento, tanto o suprimento de comida como o suprimento de água e também o **herói e o guerreiro, o juiz e o profeta, o adivinho e a autoridade, o capitão e o nobre, o conselheiro, o conhecedor de magia e o perito em maldições**. Isaías 3.1-3

Numa profecia em Isaías podemos ver o “parentesco” da profissão de herói e outros personagens ou funções da antiguidade. Herói, Guerreiro, Juiz, Profeta, Adivinho, Autoridade, Capitão, Nobre, Conselheiro, Especialista em magia e o Perito em Maldições.

Todos esses personagens estarão presentes em muitas literaturas da antiguidade e em muitos momentos serão os personagens principais e de seus atos dependerá a sobrevivência ou a morte de uma comunidade. Apesar de não considerarmos ao “perito em maldições” o que idealizamos como herói, Balaão é pérfido, mas **agirá como um “herói” para os Moabitas se conseguir “amaldiçoar” aos odiosos israelitas**. Moisés é um profeta mas para **os egípcios ele é um “perito em maldições”**, porque todas as pragas que profetizou se cumpriram cabalmente. E a última profecia é uma maldição terrível e dolorosa, a morte dos primogênitos. A ética da antiguidade possui alguns “desvios” com relação a ética moderna, o ideal heroico nem sempre se iguala em justiça ou “bondade” que esperaríamos de um. Mas, não deixamos de considerar um herói em virtude de sua imperfeição.

“É verdade que o herói tem um amplo espaço na literatura. O poeta dá forma artística às crenças, aos mitos, aos anseios e desejos coletivos. A primeira forma que o herói atingiu na literatura foi a épica e seu maior poeta foi o grego Homero.

Ele era cego, morava na região da Jônia, no século VIII a. C., e transmitia oralmente as sagas heróicas do povo grego que reuniam em duas obras primas a Ilíada e a Odisséia. Na Ilíada estão narrados acontecimentos que envolvem o último ano da guerra de Tróia, cujo herói principal é Aquiles. A Odisséia narra o retorno do herói Ulisses para o lar, após a guerra de Tróia. Os dois heróis são mitológicos e fazem parte da crença popular que conseqüentemente os tornou heróis épicos pela criação que o poeta Homero lhes deu. Vale ressaltar que as respectivas obras são datadas do século VIII – VII a. C., e portanto, as mais antigas referências ordenadas sobre mitos que certamente já eram parte da sociedade grega a mais de quatro séculos antes de serem registradas por escrito.”, como explanado por José Rosamilton e Ivanaldo Oliveira.

Porém o mito do herói é anterior a Homero e aos gregos. Seja nas tradições africanas, o dos povos que deram origem a Índia, retratando seus heróis nos antiquíssimos Vedas, nas poesias e cânticos sagrados dos escandinavos, nas canções da antiguidade árabe, nas tradições das tribos americanas, ou em contos do antigo Egito, subindo as montanhas dos Andes e ouvindo antigos contos que remontam às civilizações andinas, como a Inca, ou nas lendas de diversas tribos brasileiras, o herói está sempre presente. A imagem do herói é um símbolo que atinge a modernidade, sendo atualmente protagonizado no cinema através de alguns personagens característicos, sendo o principal o “super-herói”. Durante a primeira guerra mundial ele era o mito que estava por detrás dos nobres que protagonizaram as primeiras batalhas aéreas da história. **O Barão Vermelho recusava-se a lutar contra oponentes que não pudessem se defender ou que tivesse terminado com sua munição.** (Delmo de Oliveira Arguelhes na tese Sob o céu das Valquírias).

Huizinga, autor de Homo ludens, estabeleceu conexões entre a guerra e o jogo, sendo este último definido como:

“uma atividade voluntária, exercida dentro de certos e determinados limites de tempo e espaço, segundo regras livremente consentidas, mas absolutamente obrigatórias, [o jogo é] dotado de um fim em si mesmo, acompanhado de um sentimento de tensão e alegria e de uma consciência de ser diferente da vida cotidiana.”

A luta travada de acordo com regras explícitas e tácitas, na qual os antagonistas se reconhecem como iguais, possui um caráter inegavelmente lúdico. As alusões aos jogos como combates e combates como jogos são antigas e numerosas. Ao tratar das causas das guerras, Huizinga se interessa menos pelas motivações políticas e econômicas do que pelo “orgulho e o desejo de glória e prestígio e de todas as pompas de superioridade.” Para esse autor, a prática da guerra total ergue uma barreira entre o bellum e o ludens. Na tradição literária ocidental, inaugurada por Homero, a guerra se **associa intimamente ao heroísmo e o guerreiro perfeito é, por excelência, a figura que encarna o herói**. Agraciar com medalhas e outros prêmios os soldados que se distinguem por um desempenho bélico que vai além do simples cumprimento do dever foi, tradicionalmente, uma maneira de alimentar essa associação. Uma das definições mais comuns de heroísmo, desde a Grécia antiga, refere-se a feitos guerreiros extraordinários, praticados por aqueles que “procuravam e mereciam honra”. Na mitologia germânica, os guerreiros que tombavam em combate mereciam uma honra indelével. As valquírias, figuras femininas que montavam cavalos alados, recolhiam esses combatentes e os levavam para o paraíso germânico, o Valhala. Lá eles compartilhavam a mesa de banquetes com Odin por toda a eternidade.

Marcel Detienne narra que uma das funções dos poetas **gregos era de tecer odes ou louvores aos que se sobressaíam em suas atividades, conquistas e ato de honra e que dentro da sociedade grega esse “louvor” não era uma convenção sem valor, era uma necessidade social**. A memória ou honra pública era uma necessidade social, feitos deveriam ser lembrados e comentados, nas festividades, nas reuniões, nos simpósios que eram jantares que os atenienses se reuniam. Era inconcebível na mentalidade grega que o ato nobre, qual a atitude que beneficiou a outrem não fosse nomeada, louvada, honrada. Tanto os feitos maus ou desonrosos deveriam ser anunciados para reprovação e vergonha como os atos bons e heroicos deveriam receber a aprovação, a admiração de todos. O esquecimento, o silêncio sobre o comportamento dos nobres não era uma opção. O poeta na antiguidade era também um mensageiro divino, ligado

aos oráculos, muitas vezes exercendo a função de adivinho ou de profeta. Na medida que as cidades gregas se afastavam de um contato maior com as divindades e com os locais sagrados, os oráculos, os poetas adquiriram outras funções além de hinos às divindades, **iniciaram a cantar ou tecer louvores aos atos dos governantes, dos nobres e até das pessoas comuns**. A poesia e os poetas eram representados pelas lendas das Musas. Elas são filhas de Memória. [...] no panteão grego, a Memória, 'Mnemosyne', é uma deusa, filha de Urano e de Gaia, irmã de Chronos e de Oceanos. Zeus teria se unido nove vezes a "Mnemosyne e dado luz a nove Musas que representariam a inteligência, as ciências, ao saber e as artes. — a Memória é, simbolicamente, **filha do céu e da terra, irmã do tempo e do oceano**: todas, metáforas de coisas infinitas. "Sobrinha" de Chronos, a representação titânica do tempo que a tudo devora, e de Oceanos, o pai dos rios e das ninfas oceânicas - Mnemosyne seria a divindade da enumeração – *a Musa que enumera as coisas, que as nomeia* - frente aos perigos do esquecimento que na cosmogonia grega aparece como um rio, **o Lethe**, um rio a cruzar para a morada dos mortos (de onde vem a palavra "letal" - esquecimento), o Hades. O rio Lethe de onde "as almas bebiam sua água quando estavam prestes a reencarnarem – os gregos acreditavam na reencarnação - e por isso esqueciam sua existência anterior". Mnemosyne, mãe das Musas, é aquela que preserva do esquecimento, do Lethe desintegrador, água letal e infecunda. A poesia grega era designada como "aletheia" - desvendamento e verdade Toda grande poesia é de certo modo a revelação de uma verdade oculta. Memória e invenção, ao serem personificadas como mulheres, carregariam, na cosmogonia grega, os poderes da conservação identificados ao comportamento feminino. Mnemosyne é mãe das musas, deusas da literatura e das artes (inclui-se também as ciências).

Na Antigüidade, acreditava-se que a totalidade das artes e das ciências humanas estivessem personificadas nas nove musas.

Esquecimento para a mentalidade grega era algo relacionado a morte. Daí a importância do "tributar louvor" aos atos que se não fossem lembrados estariam legados ao esquecimento, que era algo similar à morte. *Os gregos sentiam-se vivos enquanto estivessem sendo homenageados e lembrados*. Os heróis em

todas as culturas foram divinizados, o continuo louvor aos seus feitos heroicos os tornou semelhante aos deuses. Muitos heróis lendários dos gregos tornaram-se deuses possuindo templos e cultos de adoração, tal como Hércules, ou Herácles. Na Sicília ainda existem ruínas de um dos templos de Hércules da antiguidade grega.

O heroísmo e a dignidade da família real estão e necessitam estar intimamente relacionados. Por isso também algumas guerras da antiguidade, o papel de general ou marechal exercido pelos soberanos que necessitavam se apresentar como heróis nos campos de batalha, os rituais de sacralização ou intermediação junto aos deuses, para que o rei fosse adotado como filho divino, ou como consorte, esposo da divindade feminina tutelar, representando este ao papel do deus tutelar da nação, unindo-se a uma sacerdotisa. Por isso os rituais de enfrentamento das potestades, poderes sombrios e cósmicos, para que através dessa vitória ritual o soberano fosse exaltado ao papel de heroísmo cósmico.

Os heróis são a base de quase toda a literatura em suas inúmeras personificações. Eles abrangem a ficção, o romantismo, o romance histórico, e mesmo obras de caráter social e até político. Está presente nos círculos acadêmicos com outros atributos, são os cientistas a quem se atribuem grandes descobertas, são os matemáticos, sociólogos e escritores de renome. Não importa o ramo do saber humano, o herói sempre está presente, mudando somente seus "poderes" ou o objeto que em suas mãos ou psique, o conduzirá a "vencer" um grande obstáculo. Todo ser humano que consegue superar um tremendo obstáculo, exerce transitoriamente o mito do herói, por isso é impossível desvincular a essência do heroísmo da atividade humana. Ou da psique humana. A admiração da criança com os atos de seus pais, da menina com a beleza, a inteligência ou as vestes de sua mãe, a criança que admira a força de seu pai, ou a habilidade de realizar coisas que só será capaz de fazer quando amadurecer – o herói é um símbolo inerente ao espírito humano, que se desdobra no patamar mítico, literário, social, religioso, acadêmico e mágico. Podemos ver nos heróis da antiguidade e da modernidade características que lhe concedem o título:

- A capacidade de não desistir diante da dificuldade

- Suportar grande sofrimento com dignidade
- Fazer o impossível ainda que com poucos recursos à sua mão
- Ser vitorioso ainda que lutando contra adversários mais numerosos e aparentemente mais poderosos
- Suplantar as diferenças sociais, o ostracismo, ser mais digno do que se esperava de sua condição de nascimento
- Realizar um feito inesquecível, memorável, digno de ser lembrado e louvado
- Possui uma dignidade superior, que o adorna e o torna um ser humano formoso, a quem se deseja imitar
- Seus atos salvam, preservam a vida de outros
- Ele é movido por sentimentos nobres e muitas vezes por uma amor maravilhoso
- Ele está disposto a morrer para salvar a vida de um amigo
- Ele não teme ou mesmo temendo o que enfrentará não recua diante do que aterrorizaria e até paralisaria uma pessoa comum
- Ele é inteligentíssimo, sagaz, solucionando situações difíceis, desvendando segredos, abrindo caminho em meio a mistérios
- Ele é fiel, de idoneidade inigualável, ele não trai, ainda que sobre afronta, dor, humilhação.
- Ele não mente, não volta atrás com sua palavra, fazendo o que prometeu custe o que custar
- Ele acredita que vencerá mesmo lutando contra forças sobrenaturais, ou além da imaginação
- Ele é consciente de suas fraquezas e não desiste de lutar ainda que elas possam destruí-lo,

Dentro deste contexto cada sociedade possuiu um escopo de virtudes que esperava de seus heróis. Os heróis míticos possuíam ainda uma série de características que os colocavam num patamar de exclusividade.

- Seus nascimentos eram anunciados de antemão, anos antes que viessem a nascer.
- Seus nascimentos eram cercados de eventos e circunstâncias sobrenaturais que fortaleciam a crença em um destino glorioso
- Nasciam com uma missão atribuída por deuses ou de origem celestial.
- Realizariam feitos que somente eles seriam capazes de realizar na terra em sua época.
- Antes que viessem ao mundo nenhum outro homem poderia realizar aquilo ao que estavam destinados a fazer.
- Eles seriam capacitados pelos deuses com as capacidades necessárias, inteligência, força, poderes espirituais ou mágicos, destreza, habilidades específicas, atributos que seriam essenciais para realização de suas tarefas impossíveis.
- Haveria um tempo de preparo que antecederia a época da realização de seus grandes feitos.
- Quanto mais assombrosa sua proeza, maior a grandeza do herói.

Os heróis normalmente eram desprezados de início, eles nasceriam de castas inferiores no caso das lendas hindus, ou de condição social inferior, como Jeftá que é filho de uma prostituta, e lidera um exército na vitória contra os midianitas. Os heróis são vitoriosos contra coisas terríveis, independente da honra ou dignidade atribuída a sua condição de nascimento. O herói muitas vezes nascia pobre, desconsiderado e era elevado a uma posição de extrema grandeza. Como José do Egito que é elevado a condição de Grão Vizir ou Primeiro Ministro do Egito, Davi que era pastor de ovelhas e é feito Rei de Israel, Sansão que é filho de um fazendeiro pobre da região onde a tribo de Dã habita e se torna o mais famoso dos heróis hebraicos. Conveniente dizer que os Aqueus, uma tribo que

faz parte dos cinco principais povos que formarão a civilização grega, teve grande transação comercial com a tribo de Dã. E que é grande a possibilidade de que Herácles – Sol em grego, tenha sua lenda recontada a partir dos feitos de Sansão – Pequeno sol – em hebraico. A outra característica excepcional do herói, sofrer o dano, o prejuízo, para que a honra ou a dignidade alheia de quem ele ama, seja preservada. José quando descobre que Maria está grávida tem a intenção de deixá-la secretamente, porque sendo a moça sua noiva estava prometida a ele e compreendendo que ela havia adulterado se ele reclama sua dignidade ofendida expõe sua amada ao risco do apedrejamento ou no mínimo do ostracismo ou rejeição completa do seio de sua comunidade. Ele escolhe o mais difícil caminho, assumir em silêncio a paternidade e a covardia de abandonar uma menina grávida em Israel, sendo difamado pelo resto de sua vida, sendo excluído, um anátema, do que expor, apesar de sentir-se traído, a moça que ainda ama.

A partir destas premissas podemos compreender a identidade do herói celestial, do Messias, a identidade escondida, do maior de todos os heróis.

Isaías 9:6

Afinal, **um menino nos nasceu, um filho nos foi concedido, e o governo está sobre os seus ombros. Ele será chamado Conselheiro-Maravilhoso, Deus Todo Poderoso, Pai-Eterno; Sar-Shalom, Príncipe-da-paz.**

Príncipe chamado antes do nascimento, coragem que o levará ao flagelo e a morte. Sua proeza será religar a terra aos céus e destruir a muralha de inimizade que separa o ser humano de Deus. Nascerá pobre, de origem humilde, porém seu nascimento será de origem sobrenatural sendo ele “semente de mulher” sendo anunciado tanto por milenares profecias, centenas delas, como por revelação direta de um emissário celestial, um anjo. Ele sozinho enfrentará o impossível, não tendo suporte humano no qual pudesse confiar. Enfrentará a dolorosa rejeição de seu povo, a incompreensão de seus familiares, a rejeição do sacerdócio que deveria servi-lo. Ele entrará na sua casa, no templo que lhe foi roubado pela tradição oral e pelos corruptos sacerdotes que transformaram uma mensagem sublime em um torpe comércio. Ele manifestará poderes

desconhecidos na terra e abalará estruturas malignas invisíveis exercendo tamanha autoridade que demônios serão expulsos por simples ordens de sua boca. O segredo guardado no coração de Cristo era incomensurável, sua identidade o maior mistério de toda a eternidade. Sua origem exatamente a esperada para um herói tão maravilhoso, divina. Sua missão concedida pela mais alta comissão, pelo próprio Deus, seu destino uma escolha que não lhe pertencia, sendo o único ser capacitado em todo o universo ou mesmo fora dele para cumpri-lo. Sua santidade absoluta. As distâncias físicas e psíquicas que percorre são de ordem cósmica, esperava-se que o herói da antiguidade enfrentasse ou percorresse grandes distâncias, mas nunca foi imaginado transpor as dimensões e mesmo um universo para enfrentar tão desigual batalha. Jesus enfrentaria um desconhecido número de demônios, que se for próximo da métrica encontrada em Apocalipse, (milhares de milhares e milhões de milhões) já daria algo em torno de 600 bilhões de demônios. A diferença entre sua nobreza, filho do Deus vivo e sua condição humana, carpinteiro, nazareno, pobre é o maior contraste social que se poderia imaginar. Os sofrimentos de sua jornada são terríveis, incluem a rejeição de sua nação, a traição de um amigo, a tortura e a morte. Seu trabalho não para sequer na morte e ele percorre a mesma dimensão da morte dos mitos da antiguidade, descendo até a morte não como um espírito errante, mas como um poder tão grande que ele a abala de modo definitivo. Todos os heróis a muito custo, quando conseguem, saiam da dimensão da morte após riscos incalculáveis, deixando-a mais ou menos incólume. Jesus a destrói, a corrompe, muda todas as realidades invisíveis e ainda trás nas mãos o domínio sobre a morte no mundo, quando revela em Apocalipse ter as chaves da morte e do inferno. Poeticamente, Jesus desce até o Lethe, mas é o rio do esquecimento que bebe dele e quando retorna promete que em breve o Lethe haverá de secar. Ele realiza um ato sagrado tão poderoso que Mnemosyne o estabelece para sempre, como verdade suprema, a Alheteia nunca mais será a mesma depois do que Jesus faz. Os atos de Jesus são tão dignos de louvor que os anjos proclamam um cântico sobre sua vitória eterna. Jesus é o cumprimento do mito do herói, nele se reúnem todas as características para admiração de todos os povos da antiguidade, para que não mais divinizassem figuras míticas e de ficção, heróis literários e frutos da imaginação humana, ou de homens de feitos espetaculares

do passado, mas que jamais poderiam se igualar aos tremendos feitos de Jesus. Jesus ultrapassa as expectativas, as realizações, os arquétipos, os motivos de louvor, a profundidade e significância dos feitos dos heróis e deuses da antiguidade, para que a ele fosse tributado a honra devida, para que o mundo o reconheça como “o mais notável dentre os filhos dos homens”.

Jesus que ama a Igreja, que ama a Humanidade, por ela é traída, vendida por 30 moedas, como um assassino para uma morte tremenda. Ele tinha a sabedoria e a inteligência necessária para livra-se da condenação. Ele poderia anular a condenação injusta que caía sobre ele, usando a Herodes e a Pilatos que tinham autoridade sobre o Sinédrio. Mas se faz isso, seria como José que entrega sua amada ao apedrejamento. A salvação da moça Humanidade dependia de sua coragem absurda e de seu silêncio. Por isso como um ovelha muda ele não abriu a boca diante de seus acusadores.

Porque o herói sabia que nem mesmo a morte seria capaz de impedir o que ele estava para fazer.

Então a DIGNIDADE almejada pelos reinos humanos, pelos príncipes deste mundo, representado em rituais, em histórias míticas, ritualizadas em atos mágicos, em protocolos de sacralidade e rituais de autoridade, em demonstrações de força ou coragem em jogos, competições e mesmo guerras, no imaginário dos povos, declaram na verdade um desejo profético, uma aspiração da humanidade, que só pode ser cumprida integralmente na pessoa de Cristo, O Messias.

O AMOR AO REI

Essa identificação do rei com o herói mítico, como um enviado da deidade, como governante de um reino humano com origem numa família separada ou santa, lhe torna de sobremaneira especial aos olhos dos seus súditos. Exaltado na cultura, nas expressões religiosas, na esfera de dignidade legislativa, pública e política, legavam ao soberano não somente temor ou reverência. Se a todo esse conjunto de coisas se unisse a uma postura ética, com preocupação em realizar

atos de justiça, um rei que se impusesse não por seu poder, antes por sua sabedoria, geraria uma tremenda admiração pela família real, e até mesmo profundo amor da comunidade pelo seu soberano. Esse amor se declararia em termos de sacrifício de suas tropas, dos soldados e dos generais e até dos cidadãos. Milhares de pessoas se disporiam a morrer para defender a família real, se necessário fosse arriscando suas vidas, para que o rei pudesse sobreviver em caso de guerra. Podemos ter uma nítida noção da fidelidade prestada aos reis no episódio de Absalão quando traíndo a seu pai Davi, intenta assassiná-lo, estupra suas concubinas, consegue apoio do seu exército, e só não triunfa em sua sedição porque o grupo que cercava o rei não permite que ele seja tocado. Foge com o rei envelhecido, passam através de rios, florestas e só param quando conseguem abrigo temporário na fazenda de um agricultor estrangeiro.

O TEMPO DO REI

Reis que são mortos quando sua força decai.

Se os altos deuses, que vivem distantes das agitações da vida terrena, devem finalmente morrer, não se pode esperar que um deus que tenha sua morada num frágil tabernáculo de carne escape à mesma sorte, embora tenhamos ouvido falar de reis africanos que se imaginavam imortais em virtude de suas feitiçarias. Os povos primitivos, como já vimos, acreditam que sua segurança e mesmo a segurança do mundo dependem da vida de um desses deuses- homens ou encarnações humanas da divindade. É natural, portanto, que tenham o maior cuidado com a vida do rei, como medida de preservação de suas próprias vidas. Mas, por mais cuidado que tiverem, será impossível impedir que o homem-deus envelheça, se torne fraco e acabe morrendo. Seus fiéis têm de aceitar essa triste necessidade e enfrentá-la da melhor maneira possível. O perigo é formidável, pois, se o curso da natureza depende da vida do homem-deus, que catástrofes podem ocorrer com o enfraquecimento gradual de seus poderes e a extinção final deles pela morte? Só há uma maneira de evitar esses perigos. O homem-

deus deve ser morto tão logo demonstre sintomas de que os seus poderes estão começando a diminuir, e sua alma deve ser transferida para um vigoroso sucessor antes que tenha sido seriamente prejudicada pela temida degeneração. As vantagens de eliminar, dessa forma, o homem-deus, em lugar de permitir que morra de velhice ou de doença, são bastante óbvias para o antigo. Primeiro, se o homem-deus morre do que chamamos de morte natural, isso significa, de acordo com o antigo, que a sua alma abandonou voluntariamente o corpo e se recusa a voltar, ou, mais comumente, que foi arrancada, ou pelo menos retida em suas andanças, por um demônio ou feiticeiro. Em qualquer desses casos, a alma do homem-deus está perdida para seus fiéis, e com ela desaparece a prosperidade destes, e a sua própria existência corre perigo. Mesmo que pudessem recapturar a alma do deus agonizante no momento em que deixa o seu corpo pela boca ou pelas narinas e transferi-la para um sucessor, isso não atingiria os objetivos desejados, pois, se o rei morresse de doença, sua alma necessariamente deixaria o corpo no último estágio de debilidade e exaustão, e, assim enfraquecida, continuaria a arrastar uma existência lânguida, inerte, em qualquer corpo para o qual fosse transferida. Mas se eles próprios eliminarem o rei, os fiéis podem, em primeiro lugar, ter certeza de capturar sua alma no momento em que deixa o corpo e transferi-la a um sucessor adequado.

Em segundo lugar, eliminando-o antes que sua força natural diminua, estarão seguros de que o mundo não sofrerá a mesma decadência do homem-deus. Todos os objetivos são, portanto, atendidos, e evitados todos os perigos, com a eliminação do homem-deus e a transferência de sua alma, ainda em pleno vigor, para um sucessor digno.

Os reis místicos do fogo e da água, do Camboja, não podem morrer de morte natural. Assim, quando um deles adocece seriamente, e os anciãos acham que não se pode curar, matam-no a punhaladas. O povo do Congo acreditava, como já vimos, que, se seu pontífice chitóme percesse naturalmente, o mundo desapareceria com ele, e a terra, mantida por seu poder e mérito, seria imediatamente aniquilada. Assim sendo, quando ele adoecia e sua morte tornava-se provável, aquele que estava indicado para sucedê-lo entrava na casa do pontífice com uma corda ou uma clava e o estrangulava ou golpeava até a

morte. Os reis etíopes de Méroe eram adorados como deuses, mas, sempre que os sacerdotes assim o desejavam, enviavam um mensageiro ao rei, anunciando-lhe que havia chegado a hora de morrer; sua autoridade para emitir tal ordem encontrava fundamento num suposto oráculo dos deuses. A ordem foi sempre obedecida até o reinado de Ergámenes, contemporâneo de Ptolomeu II, rei do Egito. Tendo recebido uma educação grega que o libertou das superstições de seus concidadãos, Ergámenes aventurou-se a desobedecer a ordem dos sacerdotes e, entrando no Templo de Ouro com um grupo de soldados, passou-os a fio de espada.

O hábito de eliminar os reis divinos aos primeiros sintomas de debilidade ou velhice existiu até recentemente, se é que chegou mesmo a desaparecer totalmente, e não apenas hibernar, entre os chiluks do Nilo Branco. A região em que vivem os chiluks é quase que totalmente coberta de pastagens, e, por isso, a principal riqueza é constituída por seus rebanhos, embora também plantem, em quantidades consideráveis, uma variedade de painço, conhecida como milhete da Índia. Embora os chiluks sejam principalmente pastores, não são nômades, vivendo em muitas aldeias fixas. A tribo conta atualmente com cerca de quarenta mil almas, e é governada por um único rei (rei), cuja residência é em Fachoda. Seus súditos cuidam muito bem dele, cumulando-o de honrarias.

Reis que são mortos ao fim de um prazo determinado

Nos casos que descrevemos até agora, o rei ou sacerdote divino conserva sua função com o assentimento do povo até que alguma deficiência evidente, algum sintoma visível de má saúde ou envelhecimento, mostre sua incapacidade de cumprir os deveres divinos; mas só quando tais sintomas são claros é ele eliminado. Há certos povos, porém, que julgam pouco seguro esperar até mesmo pelo mais leve sinal de decadência, e em lugar disso preferem matar o rei enquanto ainda está em pleno vigor.

Temos as cidades refugio que abrigavam os homicidas presos até a morte do sacerdote. A decadência do rei/sacerdote vai descortinar o significado da enfermidade lançada sobre Cristo!

Assim, fixam um prazo para o seu reinado, findo o qual ele tem de morrer. Esse prazo é bastante curto, para excluir a possibilidade de degeneração física durante o reinado. Em certas regiões do sul da Índia, o período fixado era de doze anos. Assim, de acordo com um velho viajante que percorreu a província de Querala, cerca de vinte léguas a nordeste do cabo Comorim, "há uma casa de orações dos gentios, onde há um ídolo por eles muito respeitado, e, a cada doze anos, celebra-se uma grande festa para esse ídolo, à qual os gentios comparecem como se fossem a um jubileu. Esse templo tem muitas terras e muitas rendas: é um negócio de grandes proporções. A província tem um rei, cujo reinado dura apenas doze anos, de jubileu a jubileu. O comportamento do rei é, quanto a isso, sábio, ou seja: quando os doze anos se completam, no dia da festa, reúnem-se muitas pessoas, e muito dinheiro é gasto para dar comida aos brâmanes. O rei faz com que seja erguido um catafalco de madeira, forrado de seda e, nesse dia, vai banhar-se num tanque com grandes cerimônias e muita música, depois do que se dirige ao ídolo e faz orações, sobe ao catafalco e ali, à frente de todos, com facas muito afiadas, começa cortando o nariz, depois as orelhas, os lábios e todos os seus membros, e o máximo de carnes que pode cortar de si mesmo, lançando tudo isso fora, apressadamente, até que tanto sangue se derrama que ele começa a desmaiar, quando então corta a própria garganta. Realiza esse sacrifício para o ídolo, e quem desejar reinar durante doze anos e sofrer esse martírio por amor ao ídolo tem de estar presente, presenciando o acontecimento, e daquele lugar o levam, como rei".

Quando os reis estavam condenados à morte ao término de um certo prazo, era natural que procurassem delegar o penoso dever, juntamente com alguns dos privilégios da soberania, a um substituto que sofresse em seu lugar.

A transferência do dever de morrer pelo seu país talvez tenha sido praticada pelos sultões de Java.

Isso pelo menos explicaria uma cena estranha, testemunhada na corte de um deles pelo famoso viajante Ibn Battuta, natural de Tânger, que visitou as Índias holandesas na primeira metade do século XIV. Diz ele: "Durante minha audiência com o sultão, vi um homem que tinha na mão uma faca semelhante à que é usada

por um colhedor de uvas. Colocou-a contra o próprio pescoço e falou durante muito tempo numa língua que eu não compreendi. Depois disso, segurou-a com as duas mãos e cortou a própria garganta. Sua cabeça caiu no chão, tão afiada era a lâmina e tão grande a força por ele empregada. Fiquei estarelecido com esse comportamento, mas o sultão me disse: 'Ninguém faz isso, em seu país?' Respondi: 'Jamais vi tal coisa'. Ele sorriu e respondeu: 'São escravos nossos e se matam por amor a nós'. Mandou em seguida que levassem o corpo e o queimassem. Os oficiais, os dignitários, os soldados do sultão e o povo em geral compareceram à cremação. O soberano fixou uma pensão bastante liberal para os filhos do morto, para sua mulher e seus irmãos, que receberam muitas honrarias devido ao seu comportamento. Alguém que estava presente à audiência em que ocorreu o fato descrito informou-me que o discurso feito pelo homem que se sacrificara falava de sua dedicação ao monarca.

Disse que desejava imolar-se por afeição ao soberano, como seu pai havia feito por amor do pai do príncipe, e seu avô também fizera por amor do avô do príncipe". Podemos conjecturar que antigamente os sultões de Java, como os reis de Querala, estavam condenados a cortar a própria garganta ao término de um determinado prazo, mas que posteriormente passaram a delegar o dever, doloroso, embora glorioso, de morrer pelo seu país aos membros de uma certa família, que, como recompensa, recebiam generosa assistência durante toda a vida e um belo funeral.

Jesus cumprirá esse ato mágico invertendo de modo maravilhoso os valores humanos nele incorporados. Ele é o justo morrendo pelo bom, ele é o Rei que entrega sua vida pelos escravos, ele é aquele que se oferece voluntariamente pelos pecados cometidos não por ele mesmo, mas pelos de sua nação. Ele não se entrega para perpetuação de seu reino, para manutenção de seu status quo, antes para que através de sua morte seu reino possa ser doado, como herança aos seus súditos a quem através da morte dignifica e exalta tornando-se não superior a eles em virtude de seu sacrifício, antes igual, elevando o ser humano a estatura que ele tinha antes de vir ao mundo, ou a nova que recebe como título, filho de Deus.

Há também algumas razões para supor que o reinado de muitos dos antigos soberanos gregos era limitado a oito anos, ou pelo menos que, ao cabo de cada período de oito anos, uma nova consagração, uma nova unção de graça divina, era considerada como necessária para permitir-lhes o bom desempenho de seus deveres civis e religiosos.

A constituição de Esparta determinava que, a cada oito anos, os éforos escolhessem uma noite clara e sem luar e, sentando-se, observassem os céus em silêncio. Se durante essa vigília vissem um meteoro ou estrela cadente, deduziam que o rei havia pecado contra a divindade e o suspendiam de suas funções até que o oráculo deifico (De Delphos) ou o olímpico (De Olimpos) o restabelecesse no cargo. Esse costume, que tem toda a aparência de ser muito antigo, não foi letra morta nem mesmo no período final da monarquia espartana, pois, no século II a.C., um rei, que se havia tornado desagradável ao partido reformista, foi deposto sob várias acusações forjadas, entre as quais a alegação de que o pressago sinal havia sido visto.

Lucas 10

17 Então, os setenta e dois discípulos retornaram muito felizes e relataram: "Senhor! Até os demônios se submetem ao nosso comando, em teu Nome". 18 Ao que Jesus lhes revelou: "Eu vi Satanás caindo do céu como relâmpago

É a esse costume ao qual faz referência Jesus quando fala da queda do reino passageiro, quando afirma que via satanás cair do céu como se fosse uma estrela cadente, ou um meteoro, ou um raio, estava profetizando sob a luz do pensamento mágico que Satanás estava para perder o reino que usurpou no Éden!

Esta é uma sobrevivência, sob forma atenuada, de uma instituição que pode ter desfrutado outrora de grande significação, e lança uma luz importante

Sobre as restrições e limitações impostas antigamente, pela religião, aos reis dórios. Qual era exatamente a importância de um meteoro na opinião dos

antigos dórios, dificilmente podemos ter esperanças de determinar; mas uma coisa é clara: consideravam-no como um sinal tão sombrio e ameaçador que seu aparecimento em certas circunstâncias justificava, e até mesmo exigia, a deposição do rei.

Esse medo exagerado de um fenômeno natural tão simples é comum a muitos selvagens até hoje, e dificilmente estaremos errados supondo que os espartanos o herdaram de seus ancestrais bárbaros, que podem ter visto com consternação, em muitas noites estreladas nas florestas da Alemanha, um meteoro cruzar o céu.

Na Babilônia, em tempos históricos, o reinado era praticamente vitalício, mas, em teoria, ao que parece, era apenas anual. Isso porque todos os anos, no festival de Zagmuk, o rei tinha de renovar seus poderes segurando as mãos da imagem de Marduck, em seu grande templo de Esagil, na Babilônia. Mesmo quando a Babilônia ficou sob o domínio assírio, os monarcas da Assíria deviam legitimar sua pretensão ao trono todos os anos indo à Babilônia e realizando a antiga cerimônia na festa do Ano-Novo.

Alguns deles acharam tão incômoda essa obrigação que, em lugar de cumpri-la, preferiram abrir mão do título de rei, contentando-se com outro, menos importante, de governador. Parece, além disso, que em épocas remotas, embora não no período histórico, os reis da Babilônia, ou seus predecessores bárbaros, perdiam não apenas a coroa, mas também a vida, depois de um ano de monarquia. Pelo menos é essa a conclusão a que as evidências que se seguem parecem levar. De acordo com o historiador Beroso, que, como sacerdote babilônico, falava com amplo conhecimento, celebrava-se anualmente na Babilônia um festival chamado Sacaea. Começava no décimo sexto dia do mês de lous e durava cinco dias. Durante a festa, senhores e criados trocavam de lugar, passando os segundos a dar ordens e os primeiros a obedecer-lhes. Um prisioneiro condenado à morte era vestido com as roupas do rei, sentado no seu trono, e podia dar as ordens que desejasse, beber, comer, divertir-se e dormir com as concubinas do rei. Mas, ao fim dos cinco dias, era despido de suas vestes reais, flagelado e enforcado ou empalado. Durante seu breve reinado, tinha o título de Zoganes.

Se na Babilônia, antes do alvorecer da história, o próprio rei costumava ser imolado no festival de Sacaea, é natural supor que Sacaea não fosse outra senão Zagmuk ou Sakmuk, a grande festa do Ano-Novo, durante a qual, até os tempos históricos, o poder do rei tinha de ser formalmente renovado por uma cerimônia religiosa no templo de Marduck. Uma reminiscência da festa de Zagmuk parece perdurar na crença dos iezídis de que, no dia do Ano-Novo, Deus senta-se em seu trono, ordenando os decretos para o novo ano, atribuindo aos dignitários as suas várias funções e entregando-lhes credenciais, com a sua assinatura e selo.

Essa compreensão de que, na Babilônia, o prisioneiro condenado que vestia as roupas reais era imolado como um substituto do rei pode ser reforçada pela prática da África ocidental, onde, nos funerais de um rei, os escravos costumavam ser vestidos como ministros de Estado e, em seguida, sacrificados como tais em lugar dos verdadeiros ministros, seus senhores, que compravam por uma soma de dinheiro esse privilégio de morrer por procuração. Esses sacrifícios de substitutos foram testemunhados por um missionário católico em Porto Novo, na Costa dos Escravos. Os banyoros ou bakitaras, de Uganda, tinham um notável costume, que parece indicar que, até tempos recentes, observavam o hábito semelhante de limitar a um só ano o reinado e a vida de seus monarcas.

O costume é assim descrito pelo Cônego Roscoe:

"Aproximadamente na época do ano em que o rei havia sido enterrado, o monarca reinante disse a Bamuroga que preparasse uma festa para o falecido rei. Bamuroga escolheu um homem pobre do clã babito para representar o rei morto, e o escolhido passou a viver regamente no túmulo do rei e a ser chamado pelo nome do monarca que representava, pois se acreditava ser ele o velho rei ressuscitado. Vivia no túmulo, era festejado e cumulado de honrarias e tinha pleno uso das mulheres do túmulo, isto é, as viúvas do velho rei. O monarca reinante mandava-lhe presentes e ele retribuía com bênçãos que enviava ao rei, à terra e aos animais. Distribuía à vontade presentes de vacas pertencentes ao rei e, durante oito dias, viveu ele mesmo como um rei. No nono dia, foi retirado do túmulo e estrangulado, e não se ouviu mais falar dele. Era uma cerimônia anual". Parece provável que esse falso rei que reinava por oito dias todos os anos fosse

um substituto do próprio rei, que, dessa forma, morria anualmente na pessoa de seu substituto. Em tempos mais remotos, o rei talvez não tivesse outra escolha senão morrer ele próprio ao final de um breve reinado de apenas um ano.

Alternativas à eliminação do rei Reis temporários

Em certos lugares, a forma modificada do antigo costume de regicídio que parece ter predominado na Babilônia foi ainda mais amenizada.

O rei ainda abdicava anualmente por um curto período e seu lugar era ocupado por um soberano mais ou menos nominal; este, porém, ao final de seu breve reinado, já não era morto, embora por vezes um simulacro de execução ainda pudesse sobreviver como lembrança da época em que ele era realmente eliminado.

No mês de méac (fevereiro), o rei do Camboja abdicava, todos os anos, por três dias. Durante esse tempo, ele não exercia sua autoridade, não tocava nos selos, nem mesmo recebia as rendas que lhe eram devidas. Em seu lugar ficava um rei temporário, chamado de sdach méac, isto é, rei de fevereiro. O papel de rei temporário era hereditário entre os homens de uma família remotamente ligada à casa real: os filhos sucediam aos pais, os irmãos mais novos aos mais velhos, tal como na sucessão real. Num dia favorável, fixado pelos astrólogos, o rei temporário era levado pelos mandarins em procissão triunfal. Era conduzido sobre um dos elefantes reais, sentava-se no palanquim real e era escoltado por soldados que, vestidos de forma apropriada, representavam os povos vizinhos do Sião, do Anam, do Laos e assim por diante. Em lugar da coroa de ouro, usava um gorro branco de pala, e os seus símbolos do poder, em vez de serem de ouro incrustados de diamantes, eram de madeira tosca. Depois de prestar homenagem ao verdadeiro rei, de quem recebia seu mandato de três dias, juntamente com toda a receita recolhida durante esse período (embora esse último costume tenha sido deixado de lado por algum tempo), desfilava em procissão em torno do palácio e pelas ruas da capital. No terceiro dia, depois da procissão habitual, o rei temporário dava ordens para que os elefantes esmagassem sob seus pés a "montanha de arroz", que era uma armação de bambu, cercada de montes de

arroz. O povo catava e recolhia o arroz espalhado, do qual todos levavam consigo um pouco para assegurar uma boa colheita. Um pouco desse arroz era também levado ao rei, que o mandava cozinhar e o oferecia aos monges.

No Sião, no sexto dia da lua no sexto mês (fim de abril) é nomeado um rei temporário, que durante três dias desfruta das prerrogativas reais, enquanto o verdadeiro soberano fica trancado em seu palácio. Esse rei temporário envia seus numerosos acólitos em todas as direções para que se apossuem e confisquem tudo o que encontrem no bazar e nas lojas abertas. Até mesmo os navios e juncos que chegam ao porto nesses dias passam a ser de sua propriedade e têm de ser resgatados. O falso rei vai para um terreno no meio da cidade e para ali também é levado um arado dourado, puxado por bois enfeitados. Depois que o arado é ungido e os bois são esfregados com incenso, o falso rei traça nove sulcos com o arado, no que é seguido pelas damas idosas do palácio, que vão espalhando as primeiras sementes da estação. Tão logo os nove sulcos são abertos, a multidão de espectadores se precipita e luta pelas sementes que acabaram de ser semeadas na crença de que, de mistura com as sementes de arroz, virá uma colheita abundante. Depois, os bois são desatrelados, e, à sua frente, são colocados arroz, milho, sésamo, bananas, cana-de-açúcar, melões, etc. Aquilo que os bois comerem primeiro constituirá, segundo a crença comum, um gênero caro no ano seguinte, embora certas pessoas interpretem o presságio de maneira contrária. Durante todo esse tempo, o rei temporário fica encostado a uma árvore com o pé direito sobre o joelho esquerdo. Por ficar assim num pé só, é conhecido popularmente como o rei pernetá, embora seu título oficial seja phaya phollathep, "senhor das hostes celestiais". É uma espécie de ministro da agricultura; todas as disputas sobre campos, arroz, etc, lhe são submetidas. Há, além disso, outra cerimônia na qual personifica o rei, realizada no segundo mês do ano (que cai na estação fria) e que dura três dias. Nessa ocasião, ele é levado em procissão a um lugar a céu aberto, em frente ao templo dos brâmanes, onde vários mastros foram levantados, como os mastros de maio, e sobre os quais se balançam os brâmanes. Enquanto estes se balançam e dançam, o senhor das hostes celestiais tem de ficar de pé, sobre apenas um dos pés, num palanque de

tijolos, forrado de tecido branco e adornado de tapeçarias. O falso rei fica em cima de um suporte de madeira dotado de uma cobertura dourada, com um brâmane de cada um dos lados. Os brâmanes que dançam têm consigo chifres de búfalo com os quais tiram, de um grande recipiente de cobre, água que aspergem sobre os espectadores. Acredita-se que isso trará boa sorte, fazendo com que as pessoas vivam em paz e tenham tranquilidade, gozem de boa saúde e sejam prósperas. O tempo durante o qual o senhor das hostes celestiais tem de ficar sobre um dos pés é de cerca de três horas. Acredita-se que isso "ponha à prova as disposições dos devattas e dos espíritos". Se ele baixar o pé, "estará sujeito a perder suas propriedades, e sua família poderá ser escravizada pelo rei, pois isso é considerado como um mau presságio, prenunciando a destruição do Estado e a instabilidade do trono. Mas, se ele aguentar com firmeza, acredita-se que tenha conquistado uma vitória sobre os espíritos malignos, e lhe é conferido o privilégio suplementar, pelo menos ostensivamente, de confiscar qualquer navio que entre na baía durante aqueles dias e ficar com sua carga, bem como o privilégio de entrar em qualquer loja da cidade e levar o que quiser". Eram esses os deveres e os privilégios do rei perneta siamês até meados do século XIX ou mais tarde ainda.

Alguns aspectos relativos a esses reis temporários merecem comentário especial antes de passarmos às evidências seguintes. Em primeiro lugar, os exemplos mostram claramente que só são transferidas para o substituto temporário do rei as funções mágicas ou divinas. Isso se evidencia pelo detalhe de que, ao manter levantado o seu pé, o rei temporário do Sião conquistava uma vitória sobre os maus espíritos e, se o deixasse pousar no chão, punha em risco a existência do Estado. A cerimônia cambojana dos elefantes pisando a "montanha de arroz" e a cerimônia siamesa de dar início à aradura e à sementeira da terra são encantamentos destinados a propiciar uma seara abundante, como se percebe pela crença de que aqueles que levarem para casa um pouco do arroz pisoteado ou da semente espalhada terão uma boa colheita. Além disso, quando o representante siamês do rei manobra o arado, o povo o observa ansiosamente, não para ver se abre um sulco reto, mas para marcar o ponto exato de sua perna a que chega a barra de sua roupa de seda, pois disso parecem depender as condições do tempo e a colheita na estação seguinte. Se o senhor das hostes

celestiais levanta sua saia acima do joelho, o tempo será chuvoso e as plantações poderão ser prejudicadas. Se deixa a roupa arrastar-se até o calcanhar, haverá uma seca. Mas haverá bom tempo e boas colheitas se a barra da roupa ficar exatamente no meio da sua canela. O curso da natureza, e com ele a felicidade ou desgraça do povo, tem, portanto, uma ligação extremamente íntima com os menores atos ou gestos do representante do rei. Mas a tarefa de fazer com que as plantações cresçam, assim transferida ao rei temporário, é uma das funções mágicas que devem ser cumpridas pelos reis na sociedade primitiva. A exigência de que o falso rei fique em um pé só sobre um suporte elevado num campo de arroz talvez significasse originalmente um encantamento para fazer com que as plantações crescessem bastante, e em boa posição.

Vimos como o rei temporário é nomeado anualmente de acordo com o costume. Em outros casos, porém, a nomeação é feita apenas para atender a uma emergência, como, por exemplo, para proteger o verdadeiro rei de um mal real ou potencial, que é desviado para um substituto que ocupa o seu lugar no trono por um breve período. A história da Pérsia nos oferece exemplos desses substitutos ocasionais do Xá.

Um deles relaciona-se com o Xá Abas, o Grande, o mais eminente de todos os reis persas, que reinou de 1586 a 1628 de nossa era. Seus astrólogos advertiram-no de que, no ano de 1591, um sério perigo pairava sobre ele, e o rei tentou contorná-lo abdicando do trono em favor de um certo infiel, de nome Yussuf, provavelmente um cristão. O substituto foi devidamente coroado e, durante três dias, a acreditar nos historiadores persas, não só usou o nome do rei, como também gozou da sua condição e do seu poder. Ao fim desse breve reinado, foi executado: a vontade das estrelas foi cumprida com esse sacrifício, e Abas, que reassumiu seu trono numa hora mais propícia, teve de seus astrólogos a promessa de um longo e glorioso reinado.

Texto de Daniel,

Mas, nos dias desses reis, **o Deus do céu levantará um reino que não será jamais destruído; e este reino não passará a outro povo;**

Podemos compreender o anúncio de um rei que não seria TEMPORÁRIO. Jesus se assentará para sempre num trono como uma divindade que não pode ser deposta, que não pode ser substituída. Todos os reinos humanos são temporários, todas as transferências de poder ou identidade real passavam por um rito de renovação, e para expiação da maldade nacional, ou casos de degeneração da saúde do soberano, eram necessários ritos de substituição, onde ou o rei seria deposto e um novo assumiria seu posto, ou um rei temporário seria coroado, como se fosse um 'bode expiatório' para levar os pecados da nação e assim legitimar sua continuidade no trono. Ou ritos de conexão entre o rei e a divindade teriam que ser realizados continuamente para reafirmação da ligação entre o rei e sua ascendência divina.

Jesus assumirá em sua pessoa messiânica todas as visões religiosas, míticas e mágicas da antiguidade, todos os simbolismos creditados aos reis do passado. Sua ascendência divina real, sublime que nos reis era imaginada, nele será uma verdade incontornável, seu nascimento anunciado tanto por profecias, centenas delas, como acompanhado de uma estrela que era sinal da chegada de um grande soberano, sua perfeição em santidade, onde não se negava a aproximação humana, mas o vivendo em sua alma o que o rito da 'intocabilidade' significava, a separação de sua essência espiritual do pecado humano. A terra, a saliva, o abraço, o toque de prostitutas, a algazarra das crianças, o alvoroço de uma multidão, a abstenção de práticas de purificação meramente humanas, ele transcende as inúteis tentativas de preservarem a 'decência' ou a 'transcendência' dos homens-deuses ou dos reis-divinos misturando-se as gentes sem se contaminar. A paixão de Jesus o torna igual ao rei desvalido, enfermo, o que teria que ser rejeitado ou condenado a morte, e assim é realizado com perfeição profética, sem aceitar substituto para tal humilhação pública, para a execração, para a tortura e mesmo morte. Jesus é o rei enfermo, quando crucificado de modo profético em três línguas estava escrito – Rei dos judeus - cumprindo nele o terror supremo dos soberanos da Ásia, que escondiam veementemente qualquer sinal de cansaço, ou de enfermidade para não serem mortos pelos próprios nobres ou oficiais da corte. Jesus então é tornado rei temporário, apesar dele ser o rei eterno, e cumprindo o tempo de seu pesadelo, toma pelas próprias mãos a vida que derramou para purificar o mundo do qual é o dono das terras, incluindo o

monte no qual morreu. Quando ele ressuscita dos mortos cumpre os rituais de renovação dos reis do mundo inteiro, reassume sua coroa para sempre, do mesmo modo que os reis do mundo o fazem, temporariamente. A perfeição da representação da religiosidade mágica é suprema quando Jesus toma sobre si a nossa enfermidade. Quando ele adocece. Quando ele sofre. Isso é inadmissível para os reis da antiguidade. Seria seu fim, seria sua destituição sumária. Então Jesus faz o que nenhum rei do mundo pode realizar. É rejeitado, é deposto, é morto e retorna curado, entronizado, imortal para exercer um domínio que jamais passará.

OS PRÍNCIPES E SUAS ARMAÇÕES. O PRÍNCIPE OCULTO

Por final, um costume antigo que esclarecerá de modo surpreendente ao enredo do Livro de Cantares de Salomão. Muitos teólogos não compreenderam o caráter lúdico de Cantares. Não compreenderam que o pastor e o rei eram o mesmo personagem e ao interpretarem o livro colocam Sunamita apaixonada pelo pastor e sendo tomada a força para o harém do rei, criando uma trama insolúvel. Os discursos se confundiriam, o maior cântico de Salomão, cantaria, não o seu grande amor, mas o amor de outro, que roubou dele, seu grande amor. Há uma qualidade nos discursos do amado que o identificam como uma única pessoa. Sua unidade. Sua sabedoria, seu profundo conhecimento sobre as questões do palácio, seu tremendo conhecimento sobre os procedimentos da guarda. O modo como o amado a nomeia do início ao fim de Cantares. O modo como o amado ama Sunamita. Pode se ver até na generosidade a alegria de Salomão, que ao final recompensa regamente aos guardas da Vinha, com uma comissão assombrosa ao final do texto, que não condiz com a lamentação de alguém que perdeu o amor de sua vida. Mas, vem a questão. Como podem possuir Salomão e o pastor das ovelhas, A MESMA IDENTIDADE? A resposta é LUDICA, diz respeito ao modo com que os nobres ou membros da família real se DISFARÇAVAM para poderem TRANSITAR livremente entre o povo comum. E Como seria esse "disfarce"? Basicamente NÃO UTILIZAR AS VESTES OFICIAIS. Os membros das famílias reais eram vistos sempre a distância, somente um círculo íntimo de

serviçais, eunucos, oficiais e guardas reconheciam pelos ROSTOS aos príncipes e princesas. A identidade racial, a padronização do aspecto das pessoas de determinado grupo homogêneo, facilitaria ainda mais sua "mistura" junto aos plebeus.

E eis que chegara a época da primavera nas terras libanesas. A ecologia de Israel explodia multicolorida, as neves derretiam sobre o cume do monte Hermon. Corredeiras e cascatas eram criadas em vários locais, nas subidas das encostas. Dava-se início a migração de diversas aves, ao tempo de acasalamento de diversos animais, incluindo as pombas selvagens e os gamos dos bosques, bosques cheios de figueiras, oliveiras e lírios.

Os pastores iniciariam as atividades de retirada da lã dos carneiros e tinha início variadas festas primaveris, as fabulosas festas das colheitas. Entre as comunidades não-israelitas aconteciam festivais a Baal com referência ao amor de sua esposa Anat que o traria de volta da morte e com relação aos judeus, ocorriam as danças da vinha, as concorridas festas de Benjamim. As festas de Benjamim não tinham origem na Lei, eram festividades civis, tinham um caráter cultural. Estas festas das vinhas surgiram para festejar ou rir de **uma 'trapaça'**. Ou rir de uma situação criada por uma promessa impensada fruto de tremenda hostilidade entre as tribos. A hostilidade envolveu uma tragédia, a morte da esposa de um levita, estuprada por cinco homens. Eram habitantes de uma cidade benjamita, cidade que se recusou a entregá-los para a justiça, após assassinato brutal de uma jovem israelita. A situação gerou uma guerra, cerca de 120 anos antes do reinado de Salomão. Benjamim contra todas as demais tribos. Depois de terríveis batalhas toda a tribo dos benjamitas (Binyāmîn, "filho da felicidade) é quase totalmente extinta, menos 600 homens que sobreviveram, fugindo para uma montanha conhecida como rocha de Rimon, próxima a Galiléia, que é JUSTAMENTE o palco de Cantares.

Antes das batalhas os líderes das tribos amaldiçoaram a si mesmo e se ESCONJURAM dizendo "maldito aquele que oferecer uma de suas filhas em casamento a um benjamita"

Após a guerra eles se arrependeram de terem dizimado uma tribo inteira. Porém, como haviam **conjurado uma maldição contra si mesmos**, não podiam ceder mulheres para os sobreviventes. Fizeram um censo para ver se alguma tribo não havia participado da guerra contra os benjamitas e descobriam que duas delas não haviam guerreado. Então, enviaram uma carta de paz aos benjamitas e disseram que fossem **e raptassem as moças** que pudessem pegar entre os vinhais daquelas tribos e com elas se casassem e pudessem crescer novamente.

Afinal "raptar" não significa "oferecer", elas não foram "dadas" foram "tomadas".

Os pais das moças "raptadas" vieram reclamar no conselho das tribos e os líderes os convenceram a não tentar retomá-las. Foram devidamente "recompensados" e assim que puderam, visitaram suas filhas já casadas. Quando as viram tratadas como esposas e não como servas ou escravas e que teriam netos e netas, se tranquilizaram. E então as moças de todas as tribos que ansiavam se casar *também queriam a chance de serem raptadas*. E começaram a correr no meio das vinhas brincando com seus futuros pretendentes. E assim nascia uma das mais engraçadas, festivas e alegres festas de Israel, **a festa das vinhas**. Milhares de adolescentes dançavam e cantavam em busca de seus amores.

E não seria diferente para a Sunamita de Cantares.

Ela irá se misturar as milhares de jovens que irão entrar nas vinhas, ainda que seus guardas não permitam, correndo pelo interior dos vinhais enquanto fogem de seus pretendentes. Um festival regado a cânticos, instrumentos, danças, brincadeiras e muito vinho. E é no meio dessa bagunça toda, que chegará o rei Salomão.

O contexto rural da festa também transparece com vigor em 4,12-15, que fala de rebentos, flores silvestres e correntes d'água. A água das chuvas, ou a neve derretida, parece ter sido um elemento muito celebrado na festividade que deu origem a estes poemas. Sunamita participa da festa regada a vinho, regado à danças, canções e gritaria. **Então chega o rei, com seus soldados, seus nobres, sua corte real**, suas provisões e administradores, com inumeráveis camelos de

provisões e protegido por centenas de cavaleiros e soldados armados, cercado de carros de guerra.

A moça vê ao cortejo real e certamente, em algum momento, os olhos dela se encontram com o do rei, que curioso com a jovem, deve ter parado a procissão.

Só que ela foge.

Não quer contato com o homem **que a explora através de seus irmãos**. A noite chegará e Salomão, imerso na atmosfera das diversas festas, tentará ir até um de seus vinhais, para participar da festa. No que entendemos do poema de amor, ele não o fará declaradamente. **Irá oculto**. Salomão sabe que não poderá participar das festas de seu povo manifestamente. Não poderia dar um passo sem **estar literalmente cercado de centenas de oficiais do estado**. Então, ele se disfarça de pastor com um grupo de amigos e vai escondido para a grande festa.

E é lá que começará a aventura narrada em Cantares. Podemos imaginar ele observando as moças correndo, as brincadeiras e finalmente a jovem Sunamita dançando, **que não reconhece ao rei, a quem na verdade, odeia**.

Indo em direção a Vinha onde avistou a Sunamita, Salomão a verá correndo e dançando maravilhosamente, a herdeira das tradições de dança das filhas de Siló. Ao se aproximar dela descobrirá OUTRO encanto da moça. Sua voz maravilhosa. Ela é uma exímia cantora.

Como ele... também o é.

Ela dança diante dele e o convida a correr atrás delas nas vinhas, após muito beber vinho. Perde-se por entre as vides. Salomão convidado por ela a persegue como um adolescente. Em algum instante ele a perde de vista. Porém, quando

ELA começa a cantar... Ele se guia pela sua voz e a alcança... a derruba no chão. E então beija a menina.

Ele faz aquilo que Ariel estava tentando com o príncipe, sem ter sucesso

E então foge! Salomão FOGUE da Sunamita... Deixando para trás de si, uma moradora de Sunem, embriagada e absolutamente apaixonada.

E assim começa o Cântico dos Cânticos.

Beije-me ele com os beijos da sua boca; porque melhor é o teu amor do que o vinho.

A moça tentará encontrar o jovem, procurando-o em virtude de suas roupas, junto aos grupos de pastores que estão nas festas. Na medida que lermos Cantares veremos que Salomão investigou profundamente a "vítima" de sua paixão. E elaborou um esquema minucioso para ficar com a moça. Usou todos os seus recursos, sua juventude, seu charme, disfarçou-se, tocou e cantou para ela em algum momento. Sunamita necessita encontrar o sujeito ousado. E da mesma forma, ela agirá, com inigualável ousadia.

Sabe-se lá como, a **menina ROUBOU um bando de cabritos**. Na pior hipótese, na melhor, ela os pediu emprestado. Com certeza os cabritos não lhe pertenciam, porque cuidar das vinhas e correr atrás de raposas o dia inteiro não lhe dariam tempo para exercer um segundo ofício.

A **doce trapaceira**, usurpando o grupo de desnorreados cabritos, vai até onde estão o grupo de pastores, aonde se encontra disfarçado, Salomão. O encontra com seus amigos. Tudo **não passa de 'armação'**. A frase em que pergunta onde é que ele leva as ovelhas para beber água é uma desculpa esfarrapada, só para dar uma "cantada" nele. Na primeira frase já insinua que sem não quer ficar "errante" aos pés de seus companheiros... "sem você estou perdida"... Salomão percebe a deixa e ESTRATEGICAMENTE imagina um lugar longe dos olhos da multidão, que seja conhecido e de fácil acesso, cuidando para que a moça não se perca!

Marcarão um encontro na manhã seguinte, num lugar que Salomão escolhe, longe dos olhos da multidão, perto de onde ficam os rebanhos, em campos fora da cidade. Em dado instante de Cantares Sunamita irá elogiar a voz melodiosa do amado. Salomão cantava para ela um dos seus primeiros...1000 Cânticos!... Afinal ele ainda estava começando sua carreira de compositor.

Lá, no pasto, o conquistador cantará, dançará e passará com ela a primeira noite de liberdade, para ambos. Ela, livre de seus afazeres na vinha (fugiu!) e ele livre das atividades administrativas reais.

O príncipe oculto é um estratagema utilizado pelos governantes coreanos para frequentarem as casas das gigaengs, locais de prostituição do reino de Joseon, mesmo estratagema dos príncipes da maioria dos reinos asiáticos. O príncipe e mesmo rei oculto era possível pela determinação de que ninguém poderia utilizar-se das roupas reais, cujos padrões eram proibidos aos súditos, e porque a família real possuía um alto padrão de vestimenta. E vestuário praticamente cerimonial. Jamais se apresentariam em público com roupas que não fossem TRADICIONAIS, recomendadas por inúmeras tradições, repletas de detalhes. Seria impensável pelos demais setores da sociedade que um príncipe caminhasse sem ostentar insígnias, emblemas reais, roupas que não refletissem o status real. O outro motivo era do preconceito com as vestes comuns. As classes sociais eram estratificadas também por meio de suas vestes. Um rei utilizando uma veste de um serviçal quebraria todos os protocolos e etiqueta. Geraria reprimenda dos conselheiros. Reclamação dos nobres. A rainha mãe teria uma crise. O príncipe oculto é hoje imortalizado na ficção ou nos dramas históricos de origem coreana.

Rei dos Reis!!!!

Poucos textos dos manuscritos do Novo Testamento possuem a diversidade de termos que esse verso possui. No mistério de preservação dos manuscritos das

palavras dos apóstolos esse texto chegou até nós com três expressões diferentes na língua grega:

E cantavam o cântico de Moisés, servo de Deus, e o cântico do Cordeiro, dizendo: Grandes e maravilhosas são as tuas obras, Senhor Deus Todo-Poderoso! Justos e verdadeiros são os teus caminhos, ó Rei dos santos (Basileus hagios). Apocalipse 15:3

Basileus hagios, Basileus Ages E Basileus Ethnón Rei dos Santos, Rei das eras, e Rei das nações.

Todas as expressões em Cristo se cumprem com perfeição. Ele é o rei dos santos porque sua separação espiritual, psicológica e física ao cumprimento de seu "destino" é perfeito. Ele é o rei das eras porque o seu reino é realizado por uma pessoa imortal, num reino que jamais terá fim. Ele é o rei das nações porque cumpre os requerimentos necessários para ser o governante supremo de todas as nações, cumprindo a essência de seus ritos e exigências espirituais até as raias do absurdo.

E então deixamos parcialmente a carta magna profética que designa, que estabelece JESUS como regente da humanidade, nele cumprida integralmente:

Uma equipe rabínica após anos de estudo disse: "As profecias da Bíblia só podem ser cumpridas por uma única pessoa da raça humana". Baseado em 456 passagens, 558 referências das mais antigas Escrituras rabínica. Na Bíblia há 109 profecias diferentes em que o messias deve se encaixar. A probabilidade de que 20 destas profecias serem preenchidas por um só homem é de uma para cem milhões de pessoas.

Só uma pessoa na história humana que preenche todas estas profecias; o Seu nome é Jesus de Nazaré! Então vejamos algumas das profecias que garantem suas credenciais como o messias e que se cumpriram na vida de Jesus.

Os reis da antiguidade eram considerados santos por realizarem uma vida que cumpria dezenas ou centenas de requisitos que ordenariam todos os passos de sua existência. Essas normas de conduta já estavam escritas antes que nascessem e tinham origem em prescrições sacerdotais, mágicas ou frutos de oráculos

diversos e do cumprimento destas normas dependeria o universo. Um faraó tinha que realizar milhares de ritos, incluindo invocar as cheias do Rio Nilo. Jesus será chamado santo e cumprirá todos os preceitos da Lei divina sem errar em nenhum de seus pontos sendo sua vinda ao mundo para realizar o cumprimento cabal e completo dos desígnios divinos. Ele é comissionado pelo verso "eis-me aqui vim ao mundo para cumprir a Tua Vontade". Ele possui a dignidade e a força espiritual para realizar e dele, de verdade, de seus gestos, de seus atos, depende toda a Criação! O que os reis faziam "dramatizando" realidades cósmicas, imitando com gestos mágicos uma influência inexistente na natureza que o cercava, de modo simbólico, lúdico, teatral, Jesus o fez de verdade. Os reis deveriam cumprir um rígido cronograma, muitas vezes sorteado que simbolizava andar ou viver segundo a vontade dos deuses, seguindo épocas determinadas para seus atos rituais. Jesus então viverá cada momento de sua vida CUMPRINDO uma profecia, realizando atos que foram SOBRENATURALMENTE elegidos antes que nascesse para que ele os realizasse. A vindicação de seu REINO sobre o mundo vem de cumprir-se nele sinais e eventos que não deixam dúvida de sua ESCOLHA DIVINA para ocupação de tal cargo e de tão grande comissão. O ser humano escolhido por deus para ser guia da raça humana, para ser o mentor, o líder e governador supremo não poderia ter manchas no seu caráter, erro em sua conduta diante do "mandato dos céus" sendo o que dele se esperava e cuidando para que suas palavras jamais ofendessem aquele que o convocou ao cargo. Os reis do mundo passavam por diversos rituais de purificação, Jesus seria "purificado" pela estrita obediência em espírito a normas divinas estabelecidas antes da criação do universo. Toda palavra dita por Cristo é um mistério de obediência divina: 10 Não crês tu que eu estou no Pai, e que o Pai está em mim? As palavras que eu vos digo não as digo de mim mesmo, mas o Pai, que está em mim, é quem faz as obras. Ele não dizia coisas vãs, ele abria sua boca para falar de acordo com a vontade de Deus. Essa identidade entre o que diz e o que o Espírito santo diz é tamanha que mesmo debaixo de humilhação ele PROFETIZA. Na cruz, cada palavra dita, debaixo de tremenda dor e agonia foram PROFETIZAS 1000 anos antes que nascesse. Ele não julga, não blasfema nem debaixo de tremenda provação. Essa identidade entre o que ele é e o que veio realizar lhe concede uma dignidade incomensurável. Quando Jesus ensinava as coisas celestiais ele usava

parábolas, cumprindo uma antiga profecia: "Todas essas coisas falou Jesus à multidão por meio de parábolas e nada lhes dizia sem usar palavras enigmáticas. 35E assim cumpriu-se o que fora dito por meio do profeta: "Abrirei em parábolas a minha boca; proclamarei coisas ocultas desde a fundação do mundo" Quando mais de 300 profecias da antiguidade se cumprem em seu ministério, 109 diretamente relacionadas a fatos independentes de seus atos, ele está vivendo um tipo de SANTIDADE jamais experimentadas pelos atos rituais dos reis da antiguidade. Ninguém teve sobre si tamanha necessidade de realização de preceitos espirituais. Jesus sobrepuja a todos os seres humanos e todas as obrigações sacerdotais, mágicas ou ritualistas do mundo antigo, sendo perfeito em todos os passos de sua caminhada do nascimento até a morte. Essa visão da perfeição ritual profética, do cumprimento do mágico em sua vida é de tremenda significância para qualquer sacerdote, rei-sacerdote, ou homem santo da antiguidade. Podemos compreender então o texto de Apocalipse "justos e verdadeiros são os teus caminhos, 'Ó REI DOS SANTOS! Porque nenhum rei da terra foi tão maravilhoso no cumprimento de ordenanças celestiais como CRISTO foi!

E cantavam o cântico de Moisés, servo de Deus, e o cântico do Cordeiro, dizendo: Grandes e maravilhosas são as tuas obras, Senhor Deus Todo-Poderoso! Justos e verdadeiros são os teus caminhos, ó Rei dos santos (Basileus hagios). Apocalipse 15:3